



# CEC 2020

*ANAIS DO VII CONGRESSO DE EXTENSÃO  
E CULTURA DA UFPEL*



**PR**  
Pró-Reitoria de  
**EC**  
Extensão e Cultura



**6ª SIIPE**  
SEMANA INTEGRADA  
UFPEL 2020

▶ INOVAÇÃO ▶ ENSINO ▶ PESQUISA ▶ EXTENSÃO



## VII CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA DA UFPEL

# ORGANIZAÇÃO

### **Comissão Científica VI CEC**

*Francisca Ferreira Michelin  
Felipe Fehlberg Hermann  
João Fernando Igansi Nunes  
Silvana de Fátima Bojanoski*

### **Equipe de apoio (acadêmicos)**

*Bárbara dos Santos Kurz  
Betina Dummer Uczak  
Carlos Eduardo Vetromille Brito  
Gianlucca de Mendonça Buzo  
Guilherme Bueno Alcântara  
Isabela Almeida Nogueira  
Jéssica Cristina Alves  
Joice Vieira Soares*

### **Equipes das salas virtuais**

#### **Debatedores**

*Adriana Schuler Cavalli  
Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos  
Ana da Rosa Bandeira  
Andréa Lacerda Bachettini  
Annelise Montone  
Carla Rodrigues Gastaud  
Chris de Azevedo Ramil  
Diego Lemos Ribeiro  
Douver Michelin  
Fabiane Borelli Grecco  
Fabiane Tejada da Silveira  
Franciele Costa Berni  
Francisca Ferreira Michelin  
Giselda Pereira  
Giselle Molon Cecchini  
Helenice Gonzalez de Lima  
Jerri Teixeira Zanusso  
Leticia Kirst Post  
Luciana Bicca Dode  
Michele Mandagara de Oliveira  
Noris Mara Pacheco Martins Leal  
Norlai Alves Azevedo  
Paula Garcia Lima  
Roberto Heiden  
Sarah Maggitti Silva  
Silvana Bojanoski  
Stefanie Griebeler Oliveira  
Teila Ceolin  
Valdecir Carlos Ferri  
Viter Magalhães Pinto*

### **Comissão Organizadora VI CEC**

*Ana Carolina Oliveira Nogueira  
Andréa Lacerda Bachettini  
Cátia Aparecida Leite da Silva  
Desirée Nobre Salasar  
Elias Lisboa dos Santos  
Jerri Teixeira Zanusso  
Leticia Silva Dutra Zimmermann  
Mateus Schmeckel Mota  
Nádia Najára Krüger Alves  
Norlai Alves Azevedo  
Paula Garcia Lima  
Rogéria Aparecida Cruz Guttier  
Valdecir Carlos Ferri*

### **Mediadores**

*Andréa Lacerda Bachettini  
Desirée Nobre Salasar  
Felipe Fehlberg Hermann  
Francisca Ferreira Michelin  
Silvana de Fátima Bojanoski  
Valdecir Carlos Ferri*

### **Design Editorial**

*Carlos Eduardo Vetromille Brito  
Guilherme Bueno Alcântara*

### **Organizadores dos anais**

*Francisca Ferreira Michelin  
João Fernando Igansi Nunes  
Mateus Schmeckel Mota  
Paula Garcia Lima*



## VII Congresso de Extensão e Cultura: um mundo transformado

---

Os Anais da sétima edição do Congresso de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas registram fortes e memoráveis decisões. A primeira delas — e a mais elementar — é a decisão sobre o evento acontecer integralmente no formato digital, porque assim o foi com toda a Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Ou era assim, ou não seria.

Quando começamos o trabalho de organização do CEC, sentíamos que as curvas da pandemia não nos poupariam. Continuaríamos, pela resistência do vírus, testando a nossa capacidade de enfrentar o isolamento, o distanciamento e o trabalho remoto. Optamos que o faríamos, porque já confiávamos na experiência acumulada nos meses de pandemia e já sabíamos que a tentativa apontava para o sucesso. Não desistir do evento já era, em si, um sucesso.

Transformamos ainda mais. Mudamos de linha: ao invés de manter a submissão de trabalhos nas oito áreas temáticas de extensão, avançamos para a proposição de temas transversais que trariam aos inscitos reflexões sobre os resultados atingidos. Queríamos pensar a extensão para além dos enunciados já conhecidos, tão empregados, tão protocolados, tão classificatórios que já pouco faziam sentido. Estabelecemos um seminário interno para entabular as novas propostas de temas, do qual advieram oito títulos, que expressam a nossa concepção de extensão e de presente.

O evento tornou-se digital, assim nenhuma inscrição foi paga. Não haveria os custos das atividades presenciais e, desse modo, não haveria por que cobrar. Desejávamos a gratuidade há um tempo.

Tê-la conseguido durante a pandemia tornou o momento ainda mais inclusivo. Nas edições anteriores, o pagamento da taxa permitia que o evento brindasse os inscitos com um conjunto de objetos (sacola, camiseta e caneca) com a marca da UFPel. Ao suprimir a presença e optar-se pela virtualidade, os objetos perderam sua função. Não os produzir permitiu que a taxa de inscrição deixasse de ser necessária. Foi uma boa decisão porque dela decorreu a possibilidade de atravessar fronteiras e convidar os extensionistas de todo o Brasil para participarem do evento.

Uma ação interna movida pelo colega da PREC, Mateus Schmeckel Mota, levou-nos a um resultado entusiasmante: o aumento do número de inscrições de trabalhos advindos de outras instituições, inclusive, de fora do Estado. Mateus empreendeu uma campanha de divulgação em outras universidades, dirigindo um convite personalizado para cada Pró-Reitoria de Extensão. Já nos primeiros dias de inscrição, a resposta foi sentida. Isso também reverberou no número de trabalhos submetidos que, ao contrário do que houve nos demais eventos desta SIIPE, aumentou em relação aos anos anteriores. Ficamos felizes, muito felizes. Isso nos provou o que já sabíamos: que a extensão é aberta, acolhedora e convidativa.

Não foram essas, apenas, as mudanças. No sistema digital, os agentes precisam estar esclarecidos de como será o processo. A consciência sobre esse esclarecimento decorre em necessidade de maior organização interna. Mateus assumiu essa função e tomou para si a tarefa de pensar nos detalhes que, no geral, apontam e respondem pelo sucesso ou fracasso do evento. A organização do CEC 2020 foi impecável e o resultado foi um transcurso sereno, seguro e agradável para todos. Ao final, foi Mateus que leu os nomes dos 30 apresentadores, cujos trabalhos tiveram destaques nas temáticas. Representou a equipe e representou o nosso evento. Sem dúvidas, todos se sentiram por ele representados.

Mas o CEC foi além. A mesma equipe que operou todo o processo de recepção dos trabalhos, inscrição de avaliadores (inclusive, externos à UFPel), organização dos destaques e das salas de debate também esteve em outras frentes da SIIPE. Coordenamos uma das palestras da SIIPE, a Revista Cultural e o Forcult, novidade máxima do nosso evento.

## VII Congresso de Extensão e Cultura: um mundo transformado

O FORCULTSUL 2020 – Fórum Regional de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior ocorreu exatamente no meio da SIIEPE, dias 24 e 26 de novembro, integrado à programação do VII CEC. O evento paralelo, promovido pela Coordenação de Arte e Inclusão da PREC e organizado e presidido pelo colega João Fernando Igansi Nunes, reuniu os setores e agentes culturais das Instituições Públicas de Ensino Superior da Região Sul: Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foram dias de debates essenciais, que abordaram as políticas culturais no âmbito acadêmico e discutiram os elementos basilares para futuras diretrizes de integração dos seus agentes, trabalhadores e público da Cultura. O evento, inédito no Sul do país, deu continuidade às discussões iniciadas no FORCULT Nacional, sobretudo, a proposição de um Corredor Cultural Nacional, a realização de pesquisas e indicadores, além de um mapeamento dos equipamentos culturais das Instituições de Ensino Superior (IES). João Fernando coroou, desse modo, o importante trabalho que vinha desenvolvendo com o Plano de Cultura da UFPel, também inédito e, igualmente voltado para o diálogo com outras instituições e ciente da necessidade de construir uma política cultural institucional. Foi merecido o reconhecimento que os participantes devotaram ao trabalho do nosso coordenador e à extensão da UFPel.

Também foi o Coordenador João Fernando que tomou para si a iniciativa de coordenar a Revista Cultural da VI SIIEPE. Foram 25 espetáculos gravados em vídeo: música, dança, teatro e cinema, apresentados nos cinco dias da Semana. Sob a organização curatorial dos professores Leandro Maia, Giselle Cecchini e Cintia Langie, a Revista Cultural reuniu docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade externa na realização de espetáculos que manifestaram a diversidade qualificada das expressões artísticas da UFPEL.

Ainda, o Coordenador João Fernando operou a terceira palestra da programação noturna da SIIEPE, convidando e compartilhando uma hora de diálogo cultural com a artista e intelectual Giselle Beiguelman, livre docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Giselle contemplou a temática da SIIEPE falando sobre pandemia, cidade e cultura, apresentando seus trabalhos recentes com os quais fez da cidade o palco para profundas reflexões de uma crise que transcende a grave questão sanitária para a esfera da desvalorização da vida no país.

E, por fim, destaco a contribuição da equipe da PREC, liderada pelas colegas Ana Carolina Oliveira Nogueira e Silvana de Fátima Bojanoski, que conduziram do início ao fim todo o processo do Edital que selecionou propostas de oficinas e, depois, as operacionalizou, desde a inscrição até sua realização efetiva. Foram, ao todo, 15 oficinas, com temas inéditos e profundamente sociais, muito identificadas com as diretrizes da extensão universitária e que foram capazes de reunir um público amplo e diverso.

Finalizo esta apresentação dos Anais do VI Congresso de Extensão e Cultura celebrando o trabalho de equipe. A pandemia, que nos isolou em nossas casas, não conseguiu impedir-nos de trabalhar conjuntamente. Não consegui evitar o nosso esforço — e sucesso — em buscar outros diálogos, em abrir as portas simbólicas do evento para outros, além do nosso público local. Não diminuiu a nossa vontade em propor soluções, em reunir pessoas, em pensar e debater, em avançar e continuar existindo e operando sobre a realidade.

Em nome da atual equipe da PREC, que finaliza a gestão 2017-2020, agradeço as pessoas que se juntaram a esse trabalho de organização e fizeram possível o evento com a quantidade de satisfação e alegria que rendeu a todos nós: os muitos discentes que atuaram junto com a equipe (imprescindíveis), os muitos colegas que se propuseram e atuaram na seleção dos destaques e nas salas dos debates, os colegas de outras instituições que aceitaram nosso convite para integrar o evento, os muitos apoiadores de diferentes formas que estiveram ao nosso lado.

Assim, com todas essas pessoas, transformamos o VII CEC em celebração, em reunião e em superação.

Uma salva de palmas aos valores humanos que nos reúnem e motivam.

Francisca Ferreira Michelon

Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas

Gestão 2017-2020

Dados de catalogação na fonte:  
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901  
Biblioteca de Ciência & Tecnologia - UFPel

C749a Congresso de Extensão e Cultura da UFPel (7. : 2020 : Pelotas)  
Anais do... [recurso eletrônico] / 7. Congresso de Extensão e Cultura ; org. Francisca Ferreira Michelin... [et al.]. – Pelotas : Ed. da UFPel, 2020. – 2188 p. : il.

ISSN: 2359-6686

Modo de acesso:

<http://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao/anais/anais-2020>

1. Extensão. 2. Cultura. 3. Museus. I. Michelin, Francisca Ferreira. II. Nunes, João Fernando Igansi. III. Mota, Mateus Schmeckel. IV. Lima, Paula Garcia. V. Título.

CDD: 378.1554

# SUMÁRIO

---

## **ALUNOS DA MEDICINA ENGAJADOS NO AUMENTO DA ACESSIBILIDADE A CONGRESSOS ACADÊMICOS**

*THALES MOURA DE ASSIS<sup>1</sup>; BIANCA BRASIL ALMEIDA FERNANDES<sup>2</sup>; MARIANA LÓPEZ GONZÁLEZ<sup>3</sup>; ELLEN CRISTINA DUPSK<sup>4</sup>; ALEXANDRE MESSIAS MENDES FILHO<sup>5</sup>; CELENE MARIA LONGO DA SILVA<sup>6</sup>*

**1**

---

## **O FAZER EXTENSÃO A DISTÂNCIA: AÇÕES SOCIAIS JUNTO A COMUNIDADE.**

*MARIANI DA SILVA EINHARDT<sup>1</sup>; DIANA CECAGNO<sup>2</sup>; ANA EMILIA COELHO PALMEIRA<sup>3</sup>; PATRICIA DUTRA FRANK<sup>4</sup>; DEISI CARDOSO SOARES<sup>5</sup>*

**5**

---

## **UM MUSEU PARA TODOS: ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA EM INSTITUIÇÕES CULTURAIS**

*YASMIN SANTOS BOANOVA DE SOUZA<sup>1</sup>; KARINA DO NASCIMENTO SOUSA LIMA<sup>2</sup>; BETHÂNIA LUISA LESSA WERNER<sup>3</sup>; ANA PAULA DOS SANTOS DUARTE<sup>4</sup>; LARISSA GOUVÊA SOARES; DESIRÉE NOBRE SALASAR<sup>6</sup>*

**9**

---

## **AMIGOS DA SAÚDE MENTAL: UM PROJETO DE EXTENSÃO INCLUSIVO**

*ISABELLA FERREIRA MICHELON<sup>1</sup>; ELIANE MAZZUCO DOS SANTOS<sup>2</sup>*

**13**

---

## **CARTOGRAFANDO VIRTUALMENTE: DESAFIOS DE INTERLOCUÇÃO DA REDE**

*MIRNA DE MARTINO DAS CHAGAS<sup>1</sup>; EDUARDA SOCOOWSKI PIRES<sup>2</sup>; ELLEN CRISTINA RICCI<sup>3</sup>*

**17**

---

## **MIGRAÇÃO VENEZUELANA: O CASO DA POPULAÇÃO WARAO NO BRASIL**

*Lauren Nicole Gonçalves Duarte <sup>1</sup> ; Adriana Portella*

**20**

---

## **UM MUSEU PARA TODOS: ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA ATRAVÉS DE OFICINAS DE SENSIBILIZAÇÃO**

*JÉSSICA VERAS ARAÚJO <sup>1</sup> ; AMANDA CORREA BOTELHO <sup>2</sup> ; TALITA GARCIA DE OLIVEIRA <sup>3</sup> ; CAROLINA DA CUNHA AIRES <sup>4</sup> ; BRUNA CRISTINA GENTIL DOS SANTOS <sup>5</sup> ; DESIRÉE NOBRE SALASAR <sup>6</sup>*

**24**

---

# SUMÁRIO

---

## **DESAFIOS PARA O ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO AO PACIENTE COM NECESSIDADE ESPECIAL DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19**

*ROSIANE PEREIRA DE OLIVEIRA<sup>1</sup>; LISANDREA ROCHA SCHARDOSIM<sup>2</sup>; JOSÉ RICARDO SOUSA COSTA<sup>3</sup>; MARINA SOUSA AZEVEDO<sup>4</sup>*

**28**

---

## **PROJETO MUSEU DE CIÊNCIAS MORFOLÓGICAS: INOVAR PARA CONTINUAR**

*LUCAS SCHNEIDER LOPES<sup>1</sup>; ANELISE LEVAY MURARI<sup>2</sup>; ROSANGELA FERREIRA RODRIGUES<sup>3</sup>*

**32**

---

## **A COMUNIDADE DO LOTEAMENTO ANGLO: EXTENSÃO EM TEMPO DE PANDEMIA**

*LUANA HELENA LOUREIRO ALVES DOS SANTOS<sup>1</sup>; SARA PARLATO<sup>2</sup>; ROGÉRIA APARECIDA CRUZ GUTTIER<sup>3</sup>; NIRCE SAFFER MEDVEDOVSKI<sup>4</sup>*

**35**

---

## **MÁSCARAS CUIDATIVAS: UMA EXTENSÃO VINCULADA À POPULAÇÃO**

*FERNANDA LAMPERT<sup>1</sup>; LAURA DE AZEVEDO GRACIANO<sup>2</sup>; KAUANY NOELLE EWALD<sup>3</sup>; GILMARA NOLASCO BILHARVA<sup>4</sup>; WILLIAN SILVA BARROS<sup>5</sup>*

**39**

---

## **RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA: PROJETO PELEJA E A EDUCAÇÃO POPULAR AJUDANDO A CONSTRUIR OS SONHOS DOS TERCEIRIZADOS DA UFPEL**

*ROSANA IVANETE OLIVEIRA DA ROCHA 1 ; ALESSANDRA GASPAROTTO 3*

**43**

---

## **EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: NOTAS E VIVÊNCIAS DE UM CURSINHO POPULAR**

*EVELYN SAMPAIO ALVES<sup>1</sup>; KETELIN DA SILVA MACIEL<sup>2</sup>; DANIELA DE CARVALHO CIRIACO<sup>3</sup>*

**47**

---

# SUMÁRIO

---

## **TEATRO DO OPRIMIDO NA COMUNIDADE: UMA EXPERIÊNCIA DA EXTENSÃO NA ESCOLA PÚBLICA**

*ISMÁILER RODRIGUEZ BORGES; PROFª FABIANE TEJADA DA SILVEIRA*

**51**

---

## **INTEGRAÇÃO ENTRE OS NÚCLEOS DO IFRS CAMPUS ERECHIM: NAPNE, NEPGS, NEABI**

*MILENA MARIA BENDER 1 ; PÂMELA IARA GRANOSIK 2 ; GIOVANE RODRIGUES JARDIM*

**55**

---

## **A EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO MECANISMO DE PROMOÇÃO DA RAZÃO CRÍTICA E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

*JAHERT JOST1; MARIA DAS GRAÇAS PINTO DE BRITTO2*

**59**

---

## **O PROGRAMA RADIOFÔNICO ‘SOCIAL EM QUESTÃO’ NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES**

*CAROLINE SILVA DA SILVA1; ELIANA MOURGUES COGOY2*

**63**

---

## **ANIMAIS E AUTISMO: UMA PROPOSTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA INCLUSIVA NO MUSEU DE ZOOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA/BA**

*AMANDA DOS SANTOS FELIX DA SILVA1; HOZANA DE BARROS CASTRO2; TÉO VEIGA DE OLIVEIRA3*

**67**

---

## **VULNERABILIDADE SOCIAL E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A APROXIMAÇÃO ENTRE O DIREITO E A REALIDADE SOCIAL ATRAVÉS DO PROJETO DE EXTENSÃO “O DIREITO DE OLHO NO SOCIAL” DA UFPEL**

*ISRAEL DAS NEVES PORTO; KARINNE EMANOELA GOETTEMS SANTOS; MÁRCIA RODRIGUES BERTOLDI; GABRIELA MILLER*

**70**

---

## **INVISIBILIDADE TRADUZIDA EM NEGLIGÊNCIA PARA COM A POPULAÇÃO LÉSBICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA**

*LETIANE BORGES CANEZ1; LISIANE DA CUNHA MARTINS DA SILVA2; RENATA VIEIRA AVILA3; MARINA SOARES MOTA4; MICHELE MANDAGARÁ DE OLIVEIRA5; POLIANA FARIAS ALVES6*

**73**

---

# SUMÁRIO

---

## **AÇÕES FARMACÊUTICAS DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DO COVID-19**

*RAPHAEL DORNELES CALDEIRA BALBONI<sup>1</sup>; NICOLE GOMES MACHADO<sup>2</sup>; CLAITON LEONETTI LENCINA<sup>3</sup>; GIANA DE PAULA COGNATO<sup>4</sup>; JULIANA BIDONE<sup>5</sup>; JOSÉ MÁRIO BARICHELLO<sup>6</sup>*

**77**

---

## **AS CONSEQUENCIAS DO RACISMO ESTRUTURAL**

*WENDEL FARIAS RODRIGUES<sup>1</sup>; HELENA DOS SANTOS CARDOSO<sup>2</sup>; VITORIA PERES TREP-TOW<sup>3</sup>; ÍRIA RAMOS OLIVEIRA<sup>4</sup> POLIANA FARIAS ALVES<sup>5</sup>*

**81**

---

## **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA PANDEMIA QUE NÃO CESSA**

*LISIANE DA CUNHA MARTINS DA SILVA<sup>1</sup>; MIRIAM QUÊNIA COSTA DA ROSA<sup>2</sup>; VITÓRIA PERES TREPTOW<sup>3</sup>; MARINA SOARES MOTA<sup>4</sup>; MICHELE MANDAGARÁ DE OLIVEIRA<sup>5</sup>; POLIANA FARIAS ALVES<sup>6</sup>*

**85**

---

## **AS RELAÇÕES ENTRE A PANDEMIA DE COVID-19 E ÁREAS DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL EM PELOTAS**

*ANELIZE SOUZA TEIXEIRA<sup>1</sup>; FLÁVIA PAGNONCELLI GALBIATTI<sup>2</sup>; RODOLFO BARBOSA RIBEIRO<sup>3</sup>; NIRCE SAFFER MEDVEDOVSKI<sup>4</sup>*

**89**

---

## **DISTÂNCIAS PROJETUAIS: REFLEXÃO SOBRE O DESIGN EDITORIAL COMO FERRAMENTA PARA ACESSIBILIDADE**

*GUILHERME BUENO ALCÂNTARA<sup>1</sup>; PAULA GARCIA LIMA<sup>2</sup>*

**93**

---

## **I CIRANDA VIRTUAL “NATUREZA, CONSERVAÇÃO E DIVERSIDADE”**

*MARIANA ACCORSI TELES<sup>1</sup>; AMANDA ANDERSSON PEREIRA STARK<sup>2</sup>; CAROLINA OLIVEIRA BONFADA<sup>3</sup>; FABÍOLA CARDOSO VIEIRA<sup>4</sup>; GREICI MAIA BEHLING*

**97**

---

## **A MÁSCARA E O CORONAVÍRUS: UMA EDUCAÇÃO EM SAÚDE À POPULAÇÃO EM VULNERABILIDADE SOCIAL**

*ALLEF ALGEMIRO GAWLINSKI DE ÁVILA<sup>1</sup>; LORENA ALMEIDA GILL<sup>3</sup>*

**101**

---

# SUMÁRIO

---

## **O ENSINO DA LÍNGUA ESPANHOLA E A UTILIZAÇÃO DE DIFERENTES RECURSOS TECNOLÓGICOS: O CONTEXTO DE UM CURSO PRÉ-VESTIBULAR E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

*FRANCYNE DE OLIVEIRA 1 ; ANA CLARA MOLINA 2 ; FRANCELE DE ABREU CARLAN 3*

**105**

---

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXTENSÃO E INCUBAÇÃO EM ÉPOCA DE DISTANCIAMENTO SOCIAL.**

*CARLOS GASSEN NASCIMENTO<sup>1</sup>; BRUNA SIGALES<sup>2</sup>, HENRIQUE ANDRADE FURTADO DE MENDONÇA<sup>3</sup>; ANTÔNIO CRUZ<sup>4</sup>*

**109**

---

## **ISOLAMENTO SOCIAL NA PANDEMIA E ADAPTAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.**

*BRUNA SIGALES<sup>1</sup> ; CARLOS GASSEN NASCIMENTO<sup>2</sup>; ANTÔNIO CRUZ <sup>3</sup>*

**113**

---

## **“NO MEU PROCESSO DE ACEITAÇÃO SÓ RECEBI NEGAÇÃO E VIOLÊNCIA”: FAMÍLIA, HOMOFOBIA E PRECONCEITO**

*TAMIRES RODRIGUES SIQUEIRA 1 ; IARA VENANCIO LOPES LARA 2 ; FLÁVIA RIETH 3*

**116**

---

## **CONTEXTOS DE ATUAÇÃO DO ARTISTA: ARTE POSTAL E INTER-AÇÕES EXTENSIONISTAS COM O MEIO QUE VIVEMOS: ADAPTAÇÕES DA VIDA ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA**

*RAFAEL DA SILVA GONÇALVES<sup>1</sup>; VIVIAN MAURER PARASTCHUK; RAQUEL SANTANA BETUN<sup>3</sup>; EDUARDO TOLEDO SILVA 4; ALICE JEAN MONSELL<sup>5</sup>*

**120**

---

## **AMBULATÓRIO VETERINÁRIO CEVAL - AÇÃO SOCIAL E SUPORTE À COMUNIDADE NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA: VOCÊ FEZ PARTE DESSA HISTÓRIA**

*REBIS ARAUJO<sup>1</sup>; TÁBATA P. DIAS<sup>2</sup>; GABRIELA DE CARVALHO JARDIM<sup>3</sup>; ALESSANDRA A. ANDRADE<sup>4</sup>; HELENA P. GONÇALVES<sup>5</sup>; MARLETE B. CLEFF<sup>6</sup>*

**124**

---

## **O RACISMO PRESENTE NA LINGUAGEM: FRASES DE CUNHO RACISTA USADAS NO COTIDIANO**

*ROSE MARI FERREIRA 1; SÔNIA MARIA FERREIRA CRUZ<sup>2</sup>; DANIEL CANAVESE DE OLIVEIRA <sup>3</sup>*

**128**

---

## ALUNOS DA MEDICINA ENGAJADOS NO AUMENTO DA ACESSIBILIDADE A CONGRESSOS ACADÊMICOS

THALES MOURA DE ASSIS<sup>1</sup>; BIANCA BRASIL ALMEIDA FERNANDES<sup>2</sup>;  
MARIANA LÓPEZ GONZÁLEZ<sup>3</sup>; ELLEN CRISTINA DUPSK<sup>4</sup>; ALEXANDRE  
MESSIAS MENDES FILHO<sup>5</sup>; CELENE MARIA LONGO DA SILVA<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – thales.moura@ymail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – biancabalmeida@hotmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – marilopegon@hotmail.com

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – ecdupsk@gmail.com

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas – alexandremendesfilho@gmail.com

<sup>6</sup>Universidade Federal de Pelotas – celene.longo@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 ficará na história de muitas pessoas, depois do surgimento do primeiro caso da COVID-19, na China, em 2019 (OLIVEIRA, 2020). No final do referido ano, alunos coordenadores do “Internato Extracurricular na Maternidade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas” (**projeto de extensão**) e o aluno presidente da “Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia (LAGO) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)” (**projeto de ensino**), coordenados pela mesma professora, tiveram a ideia de organizar uma jornada de GO.

Diante das modificações do nosso cotidiano pela pandemia do novo coronavírus, começaram a acontecer eventos on-line, então surgiu a ideia de transformar o que seria uma jornada presencial num congresso on-line. Foram convidados mais 6 alunos para ajudar nessa elaboração. Foi feita a primeira reunião com os 9 colaboradores no dia 08/06/2020, surgindo o “I Congresso Online da LAGO-UFPel” nos dias 22 e 23 de agosto de 2020, tendo como público-alvo principal alunos do ensino superior e secundários profissionais da saúde, comunidade em geral e mulheres.

Participação dos alunos: escolher a plataforma; montar o site do evento; estratégias e apoio para a divulgação; patrocínio para sorteio; assunto das artes; contato com palestrantes; administração das redes sociais do evento; cuidar de atas e planilhas do evento.

A pandemia da COVID-19, impede de fazer essa organização presencial, pela suspensão de atividades acadêmicas e aglomeração.

A saúde das mulheres tem sido alvo de estudo mais minucioso, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Nota-se uma transformação no perfil de morbidade da mulher através das mudanças como: acesso ao mercado de trabalho, redução da natalidade e inversão da pirâmide etária do brasileiro e fica mais evidente a essencialidade de fundamentos científicos para o atendimento da mulher (AMARAL, 2007).

Dada a importância das organizações estudantis na formação do aluno - indissociável da pesquisa, ensino e extensão – as ligas acadêmicas são importantes organizações e propiciam meios para divulgação do conhecimento em diferentes temas e áreas (OKAJIMA, 2019). A experiência em organização das atividades da LAGO-UFPel foi instrumento importante para tornar possível a realização desse projeto.

Muitos estudantes não têm condições econômicas de participar de um congresso nacional presencial, porque envolve gastos com ingresso, passagens, deslocamento local, hospedagem e alimentação. Somando essas despesas o custo poderia exceder em muito o valor recebido do auxílio moradia dos beneficiários ou mesmo implicar em mais custos para as famílias desses estudantes.

Portanto, o evento on-line pretende levar conhecimento para toda comunidade com custo reduzido.

## 2. METODOLOGIA

As reuniões do grupo eram feitas na plataforma Zoom (Figura 1). Na primeira reunião foram discutidos os detalhes, como data, plataforma para hospedagem e gravação, programação, palestrantes, arte visual, custos, divulgação e quais seriam as responsabilidades de cada membro da equipe.

Figura 1. Reunião Online da Equipe da Organização do Congresso Acadêmico



A plataforma escolhida foi a Even 3 porque possibilita a gestão de todos os recursos em um só local. Foi pensado na possibilidade do evento ser totalmente gratuito, mas tem a limitação de até 300 pessoas em sala. Para disponibilizar mais tempo e espaços na sala, esse serviço é cobrado. Essa plataforma foi escolhida pela forma de cobrança (10% sobre o valor de cada inscrição), visando minimizar prejuízo financeiro para o grupo, porque foi programado um evento sem qualquer tipo de financiamento.

As palestras foram gravadas previamente para evitar risco de atraso na programação. Teve um chat ao vivo para dúvidas em cada palestra. As palestras continuarão disponíveis até um mês após o evento. Os participantes tiveram direito a certificado de 40 horas. O valor dos ingressos foram: estudantes (R\$ 10,00), profissional da saúde e público geral (R\$ 20,00) e inscrito solidário (R\$

50,00). As artes do evento foram produzidas pela equipe. A primeira divulgação foi lançada dia 23/06/2020.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Congresso teve 1301 pessoas inscritas, destas 1019 fizeram o pagamento e confirmaram a inscrição, 14 foram convidadas (palestrantes) e 1 organizador. Das 1019 pessoas inscritas 867 eram estudantes, 136 profissionais ou público em geral e 16 inscritos solidários. Esperava-se que o I Congresso On-line da LAGO-UFPeL conseguisse ampliar o conhecimento da comunidade interna e externa à Universidade sobre a saúde da mulher, para isso contamos com uma abordagem multiprofissional.

Igualmente, houve uma grande expectativa de acessibilidade com o fato do ingresso ter sido cobrado no valor de R\$ 10,00 para estudante, sendo que para alunos de instituições parceiras era emitido um cupom com 50% de desconto; R\$ 20,00 para o público geral e R\$ 50,00 para os inscritos solidários. Objetivando ofertar maior acessibilidade às pessoas, sobretudo estudantes acadêmicos, haja visto que esse modelo de eventos científicos e os valores mais acessíveis, proporcionaram mais facilidade à participação de graduandos nesse tipo de organização.

Além disso, arrecadar valores simbólicos com a taxa de inscrição e o ingresso solidário para quem tiver interesse em colaborar com um valor mais alto para doar materiais e/ou equipamentos para as maternidades que atendam o Sistema Único de Saúde da cidade de Pelotas, as quais contribuem para a formação de acadêmicos nos cursos da área da saúde do Hospital Escola da UFPeL (HE UFPEL/EBSERH) e o do Hospital São Francisco de Paula da UCPeL (HUSFP), assim como atendem à população feminina de baixa renda local, ratificando a importância desse serviço e de equipamentos fundamentais para essa prestação de serviço, pensando nisso um dos principais objetivos do evento foi doar todo o valor para essas entidades. (Figura 2)

Figura 2. Divulgação dos Valores Cobrados com Fins Beneficentes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

**I CONGRESSO ONLINE** 22 E 23 AGOSTO

LIGA ACADÊMICA DE GINECOLOGIA & OBSTETRICIA

Renda revertida às Maternidades SUS de Pelotas/RS

<b>VALORES</b>	
> ESTUDANTES	<b>R\$ 10,00</b>
> PROFISSIONAL DA SAÚDE E PÚBLICO GERAL	<b>R\$ 20,00</b>
> INSCRITO SOLIDÁRIO	<b>R\$ 50,00*</b>
> PARCEIROS	<b>R\$ 5,00**</b>

INSCRIÇÕES PELO SITE [WWW.CONGRESSOLAGOUFPEL.COM.BR](http://WWW.CONGRESSOLAGOUFPEL.COM.BR)

\*O INSCRITO SOLIDÁRIO TERÁ O MESMO ACESSO ÀS ATIVIDADES QUE OS DEMAIS. O VALOR ADICIONAL SERÁ CONSIDERADO COMO ACRÉSCIMO NA DOAÇÃO PARA AS MATERNIDADES SUS DE PELOTAS/RS

\*\*MEMBROS DE INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DO EVENTO TÊM DIREITO À CUPONS DE DESCONTO DE 50% REFERENTES AO VALOR DA CATEGORIA ESTUDANTE.

[WWW.CONGRESSOLAGOUFPEL.COM.BR](http://WWW.CONGRESSOLAGOUFPEL.COM.BR) @LAGOUFPEL @CONGRESSOLAGOUFPEL

#### 4. CONCLUSÕES

A experiência de organizar e executar um projeto como esse é muito trabalhosa, mas enriquecedora. Os alunos estiveram envolvidos nas gravações e conseguiram ter uma visão do funcionamento nos bastidores das apresentações, o que tornou mais nítido a preocupação do profissional em ter uma didática acessível para os alunos/participantes. Igualmente, a necessidade de ter empatia para entender o quanto podem ajudar na acessibilidade e na construção do protagonismo do aprendizado durante a graduação. Algumas dificuldades técnicas de acesso a plataforma precisaram ser resolvidas em tempo real, no início do evento. Além de agregar vivência em organização de eventos, possibilitou conhecer com mais detalhes assuntos atuais e de relevância social, mas pouco frequentes nas disciplinas regulares dos cursos de graduação, como por exemplo a importância dos assuntos como a Saúde LGBTQ+. Diante disso, surgiram novas ideias para apresentar aos gestores dos cursos para que, em conjunto, se possa ajudar a modificar o acesso a eventos científicos para alunos com restrições financeiras.

A acessibilidade a eventos de qualidade, como congressos, que propaga o conhecimento científico, pode ser aplicada no valor cobrado dos ingressos, o que facilita aos estudantes de baixa renda ter mais oportunidades e acesso em poder agregar aprendizado na construção de sua bagagem intelectual.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral E, De Azevedo GD, Abbade J. The teaching and learning of gynecology and obstetrics at the undergraduate level: Challenges and trends [Internet]. Vol. 29, **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetricia**. Federacao Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetricia; 2007 [cited 2020 Jul 20]. p. 551–4. Available from: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES04.pdf>.

Okajima LT, Tardelli LM, Mota MMY, Barabosa MTA, Sorpreso ICE, Baracat EC. Percepções de aprendizado entre os alunos da Liga de Ginecologia. **Revista Médica**. 2019; 98:72–6.

Oliveira E de S, Morais ACLN de. **COVID-19: UMA PANDEMIA QUE ALERTA À POPULAÇÃO**. Interam J Med Heal [Internet]. 2020 Apr 2 [cited 2020 Jul 8]; 3:1–7. Available from: <https://iajmh.com/iajmh/article/view/80>

## O FAZER EXTENSÃO A DISTÂNCIA: AÇÕES SOCIAIS JUNTO A COMUNIDADE.

MARIANI DA SILVA EINHARDT<sup>1</sup>; DIANA CECAGNO<sup>2</sup>; ANA EMILIA COELHO PALMEIRA<sup>3</sup>; PATRICIA DUTRA FRANK<sup>4</sup>; DEISI CARDOSO SOARES<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – nanieinhardt@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – cecagnod@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Instituto de Menores Dom Antônio Zattera - anaemiliacoelhopalmeira@gmail.com

<sup>4</sup>Universidade Católica de Pelotas - patricia.frank@sou.ucpel.edu.br

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas – soaresdeisi@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O Instituto de Menores Dom Antônio Zattera (IMDAZ), localizado na zona Leste de Pelotas, é uma instituição de cunho filantrópico, que visa proporcionar assistência para famílias em situação de vulnerabilidade social. Através do atendimento de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, fornecendo 2 refeições e diversas atividades como música, dança, culinária e reforço escolar. A instituição atende 224 alunos, funcionando de segunda a sexta, recebendo-os no turno inverso às atividades escolares regulares.

O projeto de extensão “Levando educação em saúde para crianças e jovens do Instituto de Menores Dom Antônio Zattera”, foi criado em julho de 2019, na Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (FEn/UFPEL), registrado no cobalto sob o número 1776. O projeto tem por objetivo ofertar aos educandos do IMDAZ, educação em saúde em diversos âmbitos. As ações, antes da pandemia, eram desenvolvidas por meio de atividades lúdicas e criativas, com encontros dinâmicos, e as temáticas selecionadas a partir das necessidades observadas pela instituição.

Em 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou estado de Pandemia Mundial, devido ao novo corona vírus (SARS-COV-2), que rapidamente se disseminou pelo mundo (OPAS/OMS, 2020). O Covid-19 é uma doença de origem infecciosa e de vertiginosa propagação, tem como uma das estratégias de prevenção, o distanciamento social, considerado uma das formas de redução de sua disseminação (WHO, 2020).

Neste sentido, a fim de proteger os estudantes e suas famílias, as instituições de ensino público e privado em todo Brasil, precisaram fechar suas portas. Esse fato aconteceu também com a UFPEL e o IMDAZ, que suspenderam suas atividades presenciais, provocando um redirecionamento das ações do projeto para o âmbito remoto online, a partir da demanda atual da instituição.

Diante deste contexto, o objetivo deste, é relatar a experiência extensionista em ações sociais junto à comunidade de crianças, adolescentes e suas famílias do IMDAZ.

### 2. METODOLOGIA

Diante da situação atual, e, na impossibilidade de realizar ações presenciais, optou-se em manter o vínculo extensionista com a instituição por meio de participação voluntária, via remota, a fim de tornar possível a continuidade da proposta de apoio ao IMDAZ, aos seus alunos e familiares.

Ciente que as refeições que eram fornecidas pelo IMDAZ, passariam a pesar no orçamento das famílias, a equipe realizou um levantamento do número de famílias que necessitavam de algum tipo de auxílio, e das 163 famílias assistidas, 25 informaram que precisavam de ajuda. Diante desta informação, teve início a distribuição de alimentos em estoque na despensa da instituição e assim se deu por duas semanas. Com o agravamento da pandemia e a ampliação do tempo de distanciamento social, mais famílias começaram a buscar ajuda, entre elas, pessoas do bairro, e também de outras áreas da cidade.

Para conseguir prestar assistência a essas famílias houve a necessidade de buscar, junto à comunidade pelotense, apoio para dar continuidade a ação de distribuição de cestas básicas e produtos de higiene. Assim, o trabalho de educação em saúde, realizado pela extensionista com os alunos foi substituído pela atividade remota de angariar doações e obter parcerias, através das redes sociais, organizar cadastros e fluxo de distribuição para as famílias, orientar funcionários a respeito das medidas de prevenção e preparar material de informação às famílias.

Nas primeiras semanas da pandemia a instituição estava com número de funcionários e voluntários suficiente para a realização das tarefas necessárias, as entregas eram diárias, apenas para as famílias acolhidas. No entanto, com o avanço da pandemia, o número de famílias necessitadas aumentou, e a rigidez dos protocolos exigiu afastamento de colaboradores.

Como parceiros do projeto institucional, o envolvimento extensionista nas atividades foi mantido, e a sua readequação necessária, através de ações sociais e de educação em saúde direcionada a COVID-19, na modalidade remota.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação em saúde é uma importante função da enfermagem, tendo como objetivo assegurar a preservação da saúde de cada indivíduo, e de todos ao seu redor, dentre as formas para a realização desta ação, temos o diálogo de forma dinâmica, que visa esclarecer as pessoas sobre assuntos importantes referentes à saúde (SOUSA, 2010). Nas primeiras semanas de abril, observando a dificuldade de acesso a informações de qualidade, por parte das famílias atendidas, os integrantes do projeto produziram um folder explicativo com informações de prevenção ao Covid-19 abordando de forma objetiva e direta os seguintes tópicos: sintomas, medidas de prevenção, locais para buscar ajuda, e instruções básicas a respeito do uso de máscaras e álcool gel, passando a ser um dos itens das cestas básicas.

A entrega das cestas básicas inicialmente era uma forma de auxiliar as famílias atendidas pelo IMDAZ, entretanto houve a procura de pessoas externas à instituição. Diante da nova realidade, para melhor organização, os colaboradores do IMDAZ realizaram cadastro das famílias, por meio de planilhas contendo nome, endereço, número de telefone, documento de identificação e número de crianças em casa. Esse controle permitiu que mais famílias fossem atendidas, e que houvesse um intervalo de 3 semanas entre as retiradas. Pensando em evitar as aglomerações, as fichas são distribuídas no dia anterior à entrega das cestas.

A educação em saúde, realizada em encontros virtuais, está direcionada a orientações aos profissionais que realizam as entregas, seja sobre a importância do distanciamento na fila, assim como uso correto da máscara. A equipe permanece o tempo todo de máscara, fazendo o uso constante de álcool gel, e informando as pessoas da importância da higiene como prevenção do covid-19.

Desde o início da pandemia, a distribuição de alimentos teve alteração de dias de entrega, atualmente ocorre uma vez na semana. O número de fichas também oscila, pois estas dependem da quantidade de alimentos recebidos, para a confecção das cestas. A cada semana a fila está maior, e com considerável número de novas famílias. Muitas são as histórias relatadas, seja na entrega das fichas, na retirada das cestas, ou por pedido de ajuda via telefone dentre os depoimentos, temos:

“Busco cesta desde abril, tenho dois filhos, e a única renda da casa é minha, antes da Pandemia trabalhava como cozinheira, porém não tinha carteira, em abril o restaurante fechou e fui demitida sem direito algum, me vi sem condições de sustentar meus filhos, desde então busco sacola de alimento onde há distribuição, ontem fui para a fila daqui 1h da manhã, para conseguir pegar uma ficha.”

Várias pessoas relatam estar em busca de emprego, entretanto a oferta ainda está limitada, muitas não possuem qualificação profissional. Há relatos no qual a pessoa necessitou de apoio no começo da pandemia e, depois conseguiu emprego.

Uma situação que impactou a equipe foi de um pai de alunas da instituição, que antes contribuiu com doações, agora pede ajuda, por que ele e a esposa ficaram desempregados. Situações como estas, infelizmente estão cada vez mais presentes na vida das pessoas que procuram assistência.

A composição das cestas, varia de acordo com os insumos recebidos, sempre que possível, são compostas por alimentos básicos como arroz, feijão, açúcar, massa, leite, óleo, sal, entre outros, assim como um kit com hortifrúti, produtos de higiene e limpeza, sendo sempre ressaltado a importância de uma alimentação equilibrada e a higiene correta dos alimentos, ambiente doméstico e principalmente das mãos.

Até o momento (18 de setembro de 2020) já se passaram 25 semanas nesta nova forma de atuar, e 5.050 cestas básicas foram distribuídas, totalizando 101.000 quilos de alimentos e mais de 2.350 famílias atendidas.

#### 4. CONCLUSÕES

Conclui-se que as desigualdades sociais, durante a pandemia, ficaram ainda mais evidentes, e a carência das pessoas por auxílio está cada vez maior sendo assim, é necessário um olhar atento para a população em vulnerabilidade social.

Destaco que a solidariedade e ajuda da comunidade tem um papel muito importante nessa tentativa de amenizar o contexto atual.

Da mesma forma, as orientações de educação em saúde, com linguagem clara e objetiva, que facilita o entendimento, é capaz de tornar o indivíduo coparticipante do cuidado de si e dos outros, melhorando sua qualidade de vida.

Vivenciar esse momento pandêmico é algo novo para todos, é uma fase de muitas mudanças, aprendizagem e adaptações. Para a extensionista a experiência traz a positiva manutenção da inserção na Instituição, mesmo que de forma remota, assim como a oportunidade de trabalhar melhor a escuta terapêutica, olhar de cidadã ao outro, e compreender que muito além do pedido de ajuda, há uma história que precisa ser ouvida e compreendida para que assim o auxílio realmente seja eficaz. Reitera-se a percepção acerca da importância de instituições assistenciais que visam a preservação dos direitos humanos.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OPAS/OMS (BR). Organização Pan-Americana de Saúde. Organização Mundial da Saúde. **Folha informativa COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)** [Internet]. 2020.

SOUSA, L.B; TORRES, C.A.; PINHEIRO, P.N.C.; PINHEIRO, A.K.B. Práticas de educação em saúde no Brasil: a atuação da enfermagem. **Revista de Enfermagem**. Rio de Janeiro, v.18, n.1, p 55-60, 2010.

**World Health Organization (WHO). Coronavirus Disease (COVID-19) pandemic** [Internet]. 2019/2020.

## UM MUSEU PARA TODOS: ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA EM INSTITUIÇÕES CULTURAIS

YASMIN SANTOS BOANOVA DE SOUZA<sup>1</sup>; KARINA DO NASCIMENTO SOUSA LIMA<sup>2</sup>; BETHÂNIA LUISA LESSA WERNER<sup>3</sup>; ANA PAULA DOS SANTOS DUARTE<sup>4</sup>; LARISSA GOUVÊA SOARES; DESIRÉE NOBRE SALASAR<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – yasmminbs@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – ka.nslima@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas - bethaniawerner@hotmail.com

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – anapaula.sduarte@hotmail.com

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas - gslarislena@gmail.com

<sup>6</sup>Universidade Federal de Pelotas – dnoBRE.ufpel@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A cultura é um dos pilares que baseiam as relações sociais e a perpetuação de diferentes modos de viver. Sendo essencial para o estabelecimento de continuidades, “a função da cultura, dessa forma, é, entre outras coisas, permitir a adaptação do indivíduo ao meio social e natural em que vive”. (SILVA, 2006, p. 86). Nesse sentido, proporcionar autonomia e independência para os indivíduos e tornar ambientes culturais mais acessíveis é uma forma de garantir acesso ao direito de fruição cultural pertencente a todas as pessoas.

Desta forma, um conceito fundamental que dialoga com os ambientes culturais é o de acessibilidade, sendo definida como a garantia do exercício de cidadania das pessoas com deficiência através da viabilização de seu acesso a ambientes, produtos e equipamentos em igualdade de oportunidades às demais pessoas. (SALASAR, 2019).

Dessa forma, o conceito de acessibilidade cultural é uma das sementes que deu origem ao Projeto de Extensão *Um Museu para Todos: Programas de Acessibilidade*<sup>1</sup>, iniciado no segundo semestre de 2019 através da Rede de Museus da UFPEL, como uma das metas do Plano<sup>2</sup> de Acessibilidade da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. O projeto visa o desenvolvimento da acessibilidade programática, para que os museus tenham um planejamento e uma política institucional de acessibilidade, os quais, por consequência, buscam estabelecer a universalidade na recepção. Além disso, busca estabelecer um diálogo com as instituições parceiras fomentando a interdisciplinaridade a partir da participação de alunas voluntárias dos cursos de Terapia Ocupacional, Ciências Biológicas, História, Artes Visuais, Ciências Sociais, Pedagogia e Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, contando também com a presença de um consultor com deficiência graduando em Museologia e mestrando em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Estão, portanto, entre os museus parceiros do projeto: o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, o Museu do Doce, o Memorial do Anglo e o Museu Municipal Parque da Baronesa, o qual integra o projeto a partir do contato que a direção do museu fez com a coordenação, solicitando parceria com o projeto para tornar o museu mais acessível.

Nesse sentido, o Projeto de Extensão *Um Museu para Todos: Programas de Acessibilidade* atua através de diálogos e ações que buscam praticar o conceito de

<sup>1</sup> Projeto coordenado pela Profª Me. Desirée Nobre Salasar.

<sup>2</sup> O Plano de acessibilidade da PREC foi desenvolvido em resposta à solicitação da Comissão de Apoio ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – CONAI.

desenho universal, sendo esse o “desenvolvimento de produtos, equipamentos e ambientes que pressupõe o uso por grande parte da população, respeitando à diversidade humana.” (SALASAR, 2019, p. 60). Orientando-se a partir do respeito às diferenças busca-se promover uma sociedade centrada em todos os indivíduos e a sensibilização para a temática da acessibilidade cultural.

## 2. METODOLOGIA

As ações do projeto baseiam-se nas sete dimensões de acessibilidade, são elas: Atitudinal (modo como tratamos as pessoas com deficiência), Arquitetônica (adaptações estruturais do espaço), Comunicacional (modo que a instituição se comunica com o público), Instrumental (recursos de tecnologia assistiva), Metodológica (planejamento institucional de fruição do público nos ambientes), Programática (legislações/normas que visam eliminar barreiras de acesso das pessoas com deficiência aos mais diferentes contextos) e Web (acessibilização dos conteúdos de mídias digitais).

O projeto distribuiu as suas ações em dois momentos: O primeiro corresponde às ações desenvolvidas em 2019, que consistiram na realização de encontros presenciais com os museus para o desenvolvimento de diagnósticos baseados em dois instrumentos de avaliação desenvolvidos pelas autoras Dilma Negreiros e Marta Dischinger que levaram em consideração as dimensões de acessibilidade mencionadas acima, resultando na elaboração de relatórios<sup>3</sup> para cada museu a partir dos dados coletados nas visitas. Isso foi importante para em seguida apresentar um retorno às instituições e dimensionar os problemas existentes nesses espaços para assim, desenvolver planos de resolução dessas fragilidades para execução a curto, médio e longo prazo. O segundo momento está em andamento durante esse ano e consiste na apresentação dos diagnósticos de acessibilidade aos museus, a realização de oficinas de capacitação das equipes e a elaboração e aperfeiçoamento dos planos de acessibilidade, considerando as especificidades de cada instituição. Em função da pandemia e do isolamento social foram adotadas reuniões online para a realização de encontros duas vezes por semana.

Os assuntos das oficinas foram levantados no momento dos encontros com as equipes durante o repasse dos diagnósticos, onde eles apresentaram as suas dúvidas e demandas para posterior sistematização e diluição em atividades teórico-práticas. Os assuntos escolhidos foram: Conceitos referentes à temática e recepção de públicos com deficiência; Linguagem simples e comunicação alternativa; Audiodescrição; Design Expositivo e comunicação acessível; Acessibilidade Web e Museus pós-pandemia.

A fase de instrumentalização através das oficinas foi concluída, e a partir de então nos encaminhamos para a fase final do projeto que consiste na elaboração e aprimoramento dos Programas de Acessibilidade<sup>4</sup> de cada instituição. Os programas serão desenvolvidos seguindo três eixos: Teórico: abordando a visão do museu frente às questões de acessibilidade, respeitando a história da

---

<sup>3</sup> A equipe se baseou no “formulário de avaliação em ambientes culturais” desenvolvido pela UFRGS, com base na norma brasileira ABNT NBR9050, que configura parâmetros de acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

<sup>4</sup> Os Programas de Acessibilidade reúnem uma série de estratégias que perpassam 6 eixos norteadores: Diagnóstico de Acessibilidade; Equipe Multidisciplinar; Respeito pela história da instituição; Delimitação ou não do público alvo; Recursos Inclusivos; Plano de Evacuação de Emergência para pessoas com deficiência. Esses programas visam garantir o acesso à maior gama de públicos possíveis a instituição.

instituição; Objetivos: Práticas referentes aos profissionais que trabalham na instituição e aos acervos e a sua relação com o ambiente físico do museu; Continuidade: Previsão de revisão do diagnóstico e renovação do Plano de Acessibilidade.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O momento de apresentação dos diagnósticos aproximou as equipes dos museus e do projeto, ambas interdisciplinares, proporcionando diversos olhares para a mesma questão. Embora a acessibilidade em museus já tenha se expandido no Brasil, alguns conceitos e práticas ainda eram desconhecidos pelas equipes, por isso o acolhimento e a sensibilização foram de extrema importância nesse processo, viabilizando diálogos que trouxeram à tona além da acessibilidade, a inclusão e diversidade de públicos, as histórias dos museus, dos casarões e o contexto histórico da sociedade.

Em todas as ações desenvolvidas buscou-se sensibilizar as equipes sobre a importância da inclusão que dá suporte à acessibilidade. Como já mencionado, a realização das oficinas e a apresentação dos diagnósticos foram de grande importância para que as equipes se familiarizassem com os conceitos trabalhados e pudessem pensar, em conjunto com a equipe do projeto, em estratégias de acessibilização dos ambientes, conteúdos e redes sociais para uma melhor recepção dos diversos públicos passíveis de visitar as instituições. Além disso, também foi salientada a valorização da extensão universitária em ações de acessibilidade.

Embora as oficinas tenham sido disponibilizadas para todas as equipes dos museus parceiros, por razões diversas, em alguns dias ocorreram ausências de equipes e falta de representação de algumas instituições. Assim, entendendo a relevância do conteúdo compartilhado, todas as oficinas foram gravadas e serão enviadas junto aos relatórios dos diagnósticos de acessibilidade, para que os museus tenham esse material para posteriores consultas. A partir da próxima etapa espera-se que para o desenvolvimento e atualização dos programas de acessibilidade, todas as equipes consigam estar presentes para que o documento fique em consonância com a realidade de cada museu.

O Programa de Acessibilidade deve fazer parte do Plano Museológico, segundo a Lei Nº 13.146, do Estatuto dos Museus, que está incluído pela Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que fala sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência. No documento deverá conter as possibilidades e disponibilidades do ambiente museológico para que se torne um lugar inclusivo para as pessoas com deficiência, considerando todas as dimensões de acessibilidade. Espera-se que os programas desenvolvidos possam ser executados de forma contínua, em constante evolução e atualização, proporcionando novas maneiras de pensar esses ambientes.

### 4. CONCLUSÕES

Como atividade extensionista, o projeto e suas ações justificam-se como essenciais, principalmente a partir da inclusão dessas pautas tanto na formação acadêmica quanto no retorno que proporciona para a comunidade, criando espaços que pensem e ponham em prática a possibilidade de todos e todas exercerem os seus direitos de maneira independente.

Devido à pandemia, o projeto sofreu algumas adaptações, dentre elas a abertura de um novo edital para voluntários, o que resultou no ingresso de novas integrantes na equipe, aumentando essa para 10 alunas. Além disso, contar com

um consultor com deficiência no projeto é de suma importância, dada a necessidade de elaborar políticas considerando a representatividade durante todo o processo.

Outro aspecto importante consequente do projeto é o fomento à formação continuada por parte das equipes dos museus parceiros. Esse processo é construído a partir de diferentes formas de sensibilização, como por exemplo, àquela que foi dada através da apresentação dos diagnósticos de acessibilidade, os quais buscaram elucidar as sete dimensões de acessibilidade e sair do senso comum que atrela a acessibilidade somente ao acesso físico aos ambientes.

Um ponto que merece destaque é o fato de alguns prédios não pertencerem às instituições, fator que impede intervenções em sua estrutura. Por isso, outra barreira, se dá devido à falta de verba das instituições públicas de ensino superior. Com exceção do Museu da Baronesa, todos os demais museus parceiros do projeto são universitários, ou seja, estão ligados aos institutos da universidade, os quais enfrentam dificuldades estruturais e financeiras. Logo, os museus acabam sofrendo as consequências dessa desvalorização com a ausência de verbas destinadas para suas necessidades. Tal aspecto foi inclusive lembrado durante as oficinas pelos próprios diretores, além do excesso de trabalho causado pela escassez de recursos humanos, fazendo com que ocorra sobrecarga na equipe e dificulte a realização de um trabalho mais minucioso. Por isso, é importante pensar sempre em como articular o máximo de experiências no museu, sem que isso fira a história de cada instituição e que respeite as particularidades de cada museu.

Por conta dos aspectos apresentados o projeto possui, portanto, sua importância relacionada à preocupação da Rede de Museus em oferecer ambientes mais inclusivos. A partir dessa ação, então, ao final do projeto os museus universitários de Pelotas terão suas políticas institucionais de acessibilidade, como preconiza o Estatuto dos Museus. Dessa maneira, sensibilização e instrumentalização, tanto das equipes das instituições parceiras quanto do público em geral, retomam a importância das discussões sobre acessibilidade e do projeto *Um Museu para Todos*. A partir dessa conscientização é possível que se pensem esses espaços de outras formas, sendo essas mais inclusivas e pautadas na valorização da diversidade humana.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 162. 2015

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de jan. de 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**. Brasília, DF, jan. 2009.

SALASAR, D. N. **Um museu para todos: manual para programas de acessibilidade**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2019.

SILVA, K. V. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

## AMIGOS DA SAÚDE MENTAL: UM PROJETO DE EXTENSÃO INCLUSIVO

ISABELLA FERREIRA MICHELON<sup>1</sup>; ELIANE MAZZUCO DOS SANTOS<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Católica de Pelotas (UCPel) – [isabellafmichelon@gmail.com](mailto:isabellafmichelon@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) – [mazzuco\\_9@hotmail.com](mailto:mazzuco_9@hotmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O indivíduo portador de transtorno mental é, historicamente, visto com hostilidade e medo pela sociedade, o que reverte em discriminação, exclusão do mercado de trabalho e isolamento social desse grupo (MACIEL *et al*, 2008). Contrapondo-se a tal fato, na década de 1970, foi proposta a Reforma Psiquiátrica no Brasil, movimento social, econômico, cultural e político em prol da visibilidade, acessibilidade e inclusão dos pacientes psiquiátricos (Brasil, 2005, p. 6). Sob essa perspectiva, surgiu em março 1999, na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), na cidade de Tubarão, o Projeto de Extensão Amigos da Saúde Mental com a finalidade - que ainda mantém - de planejar e promover ações terapêuticas, de reabilitação, prevenção e inclusão na área de saúde mental. Embasado nos princípios que regem a Reforma Psiquiátrica no Brasil, o projeto é pautado na inclusão social, no atendimento integral e individualizado e na valorização do vínculo, acolhimento e escuta do portador de sofrimento psíquico. Dessa forma, visa desenvolver a autoestima e garantir o acesso e a cidadania desta população. Ainda, mostra-se um espaço à prática do ensino e pesquisa universitários.

O projeto Amigos foi elaborado pelas professoras Ingrid May Brodbeck, Eliane Mazzuco dos Santos (atual coordenadora) e Rosane Romanha, com o intuito de expandir a colaboração da Universidade com a prefeitura do município de Tubarão. Durante quatro anos, o programa foi executado juntamente com a Secretaria de Saúde da cidade. Em 2003, a Universidade forneceu um espaço específico para o desenvolvimento das atividades, que consiste numa casa próxima ao campus da Universidade.

Inicialmente, o projeto encontrava-se diretamente vinculado ao curso de Enfermagem da UNISUL. Conforme sua expansão, passou a associar-se também ao curso de Psicologia. No presente, a equipe atuante é interdisciplinar e participam alunos e professores de diversos cursos de graduação.

A população alvo constitui-se de portadores de transtornos mentais ou psicológicos e seus familiares, residentes no município de Tubarão, com ênfase naqueles com história de internação em hospitais psiquiátricos.

A maioria dos usuários chega ao projeto encaminhados por serviços municipais, tais como o Centro de Atenção Psicossocial, Estratégia da Saúde e da Família e Ambulatório de Medicina da UNISUL. Contudo, são aceitos todos os indivíduos com transtornos mentais graves e persistentes - com exceção dos dependentes químicos - desde que sob acompanhamento médico. No momento, há em torno de 200 integrantes cadastrados.

Os distúrbios mais comumente manifestados entre os pacientes compreendem transtorno afetivo bipolar, depressão maior, esquizofrenia e transtornos psicóticos. Quanto à idade dos frequentadores, encontram-se adolescentes, adultos (que correspondem à maioria) e idosos.

Os indivíduos costumam frequentar o projeto diariamente, de acordo com os horários da Casa, que se estendem das tardes de segunda à quinta-feira. Lá, há

uma sala de entrada, uma cozinha, onde são preparados lanches e cafés, duas salas de atendimento, uma sala destinada às dinâmicas e atividades em grupo e uma área externa disponível para lazer (jogar cartas, tomar café, conversar) e realização de oficinas terapêuticas (artesanato, bordado, canto). Realiza-se outras atividades no espaço da universidade, como educação em saúde, assembleias, computação, psicoeducações entre outras.

A relevância do projeto Amigos da Saúde Mental encontra-se na compreensão de que não se deve isolar ou ajustar o indivíduo com transtorno mental, e sim construir um espaço social destinado a ele, uma vez que a discriminação é tão prejudicial quanto a doença. À vista disso, o projeto objetiva assegurar a cidadania e autonomia desta população através da valorização e desenvolvimento de suas habilidades e competências para trabalhar e, assim, inseri-los na comunidade. Isso é feito através de palestras sobre os mais diversos temas, oficinas de nutrição, computação, teatro, psicologia, entre outras dinâmicas. Todas as atividades reforçam as particularidades e a autoestima do sujeito, muitas vezes perdida pelo processo de internação e como decorrência da própria doença. O convívio com outros em situação semelhante proporciona, também, um espaço para o autoconhecimento e compreensão em relação a sua própria condição e a criação de vínculos. Assim, sob o lema: "cuidar sim, excluir não", o projeto Amigos da Saúde Mental busca recuperar os direitos desses cidadãos.

## 2. METODOLOGIA

Regularmente, a equipe técnica realiza reuniões para planejar as tarefas semanais do projeto. Contudo, há atividades fixas, como a oficina de teatro, artesanato, computação e grupos terapêuticos. Muitas envolvem profissionais e professores específicos, outras atuam visando a confraternização e desenvolvimento ou resgate das potencialidades individuais. Ambas sempre enfatizam os sentimentos e expectativas do paciente.

As atividades de psicoeducação ocorrem semanalmente e consistem em discussões direcionados à compreensão dos transtornos mentais e instigam a valorização da vida e do cotidiano. Um exemplo é o Grupo das Mulheres, guiado por alunos do curso de Psicologia. Nesses momentos, abordam-se temas como autoestima, amizade e felicidade.

Esporadicamente, ocorrem encontros e grupos operativos. Estes, referem-se à realização de dinâmicas sobre diferentes temas, como as oficinas de nutrição, em que professores e alunos do curso efetuam palestras sobre a importância de uma alimentação saudável e como obtê-la. Ainda, executam-se atividades práticas no laboratório de gastronomia da Universidade, possibilitando aos pacientes, conhecer e cozinhar diversos pratos de forma equilibrada e saudável.

As oficinas terapêuticas constituem outro exemplo de grupos operativos e ocorrem semanalmente. Tratam-se de aulas de artesanato ministradas por voluntários, nas quais os usuários realizam bordados e pinturas. Posteriormente, suas obras são expostas em uma feira que ocorre na cidade.

Também fazem parte do cronograma regular da Casa as oficinas computacionais, que ocorrem nos laboratórios de computação da universidade. Lá, os pacientes realizam tarefas que estimulam o desenvolvimento cognitivo.

Além disso, ocorrem oficinas de canto (ministrada por musicista voluntária), dança e zumba, que aliam o lazer ao estímulo e prática de atividades físicas. Também são ofertadas sessões de teatro, auxiliada por acadêmico de psicologia.

As peças ensaiadas, de criação dos próprios pacientes, são apresentadas nas festas que ocorrem anualmente na Casa.

A universidade disponibiliza o auditório para que os pacientes possam assistir filmes, geralmente referentes a valores como amor-próprio e respeito.

O controle da frequência dos usuários é feito a partir de uma ata disponível na porta de entrada da Casa. Em caso de muitas faltas de um paciente sem aviso prévio, a equipe contata a família ou o próprio paciente para verificar seu bem-estar.

Os pacientes são acompanhados regularmente dentro do projeto através de atendimentos terapêuticos, tanto individuais quanto grupais. Se necessário, são realizadas intervenções técnicas a nível domiciliar e institucional.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Somente no ano de 2018 foram realizados mais de 2.000 atendimentos gratuitos dentro do Amigos (INFOSUL, 2019). Tal dado já seria suficiente para verificar a relevância do projeto na garantia do acesso a serviços de saúde mental qualificados à população tubaronense. Todavia, o empenho da maioria dos usuários é outro parâmetro importante. Muitos atravessam a cidade e caminham longas distâncias diariamente a fim de comparecer à Casa.

Ainda, vale ressaltar que, em 2015, um dos participantes publicou um livro autobiográfico com o apoio das coordenadoras do projeto, intitulado "Notas de uma mente com esquizofrenia". Em entrevista sobre a obra, o autor descreve suas batalhas ao enfrentar a doença e finaliza agradecendo os integrantes do projeto (BRESSAN, 2015).

O projeto é um espaço que os usuários encontram para fazer amigos, serem ouvidos e compreender sua situação, o que proporciona uma melhora significativa dos sintomas. Assim, as ações do projeto não se restringem somente às horas de funcionamento. Os aprendizados, orientações e as conexões criadas acompanham os pacientes após deixarem a Casa. Não raro, vários deles (ou seus familiares) relatam que as tardes no projeto os fazem se sentir muito melhores.

Ainda, o projeto entende que acolher os portadores de sofrimento psíquico significa também, assistir aos que, diariamente, enfrentam o mesmo desafio sob outra perspectiva: seus familiares e cuidadores. Vários deles dedicam-se quase que integralmente ao portador de transtorno mental. Em função disso, sobrecarregam-se e encontram pouco tempo para destinar à sua própria saúde e tarefas diárias. Logo, o Amigos também ampara os familiares, proporcionando um período para que realizem suas atividades, seguros do bem-estar dos pacientes.

O ambiente construído pelo projeto oportuniza o desenvolvimento das individualidades, auto-respeito e a formação de vínculos sociais livre de julgamentos e discriminações. Sobretudo, o projeto proporciona um sentimento de pertencimento a uma coletividade, isto é, a criação de uma identidade.

### 4. CONCLUSÕES

A partir de suas ações, o Amigos da Saúde Mental enfatiza a desospitalização e reinserção sociofamiliar do portador de transtorno mental. Como resultado, vivenciam uma melhoria na qualidade de vida, seja pela convivência social, seja pelo resgate de habilidades perdidas (tanto pela patologia quanto pelo processo de internação). O projeto evidencia, também, outros aspectos que envolvem esses indivíduos, como a dedicação e angústia dos

cuidadores e familiares, a busca pelo entendimento da própria condição e o conforto de encontrar outros em situação semelhante.

Ademais, a integração entre portadores de transtornos mentais, futuros profissionais da saúde e de outras áreas e a comunidade mostra-se essencial para uma nova percepção da pessoa com transtorno mental, livre de julgamentos e estigmas. Para tanto, é fundamental discutir e conhecer os aspectos referentes à saúde mental desde o início dos cursos de graduação.

Todo esse processo torna-se possível devido à extensão universitária, que possibilita a interação transformadora entre os mais diversos setores da sociedade e evidencia a cultura como um lugar onde os conceitos podem ser confrontados e alterados.

Formar profissionais críticos e éticos é de extrema relevância. Contudo, nós, como sociedade, devemos construir uma nova visão sobre o tema, adotar uma postura de inclusão do portador de transtorno mental no convívio com outras pessoas e assim, devolver-lhes sua cidadania, em todos os aspectos. Afinal, tal qual afirma Maciel *et al.*:

Devemos romper com o paradigma da loucura como sinônimo de incapacidade e de periculosidade e com as práticas que advogam medidas de tutela e de exclusão. Destacamos que tais rupturas não ocorrem por determinação legal ou por empenho solitário. A mudança é mais ampla: trata-se da desconstrução das representações que naturalizam a patologia e a exclusão e da construção de um novo olhar ancorado na história, na cultura e na singularidade do sujeito. (MACIEL, 2008, p.124)

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**: documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília: OPAS, 2005.

BRESSAN, Pamela. A vida tem dois lados: você decide. Entrevista com Israel Vieira Rocha. In **Nossa Causa** (blog). 09 nov. 2015. Disponível em: <https://nossacausa.com/a-vida-tem-2-lados-voce-decide/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

INFOSUL. Mauri Heerdt: Efetuada a aliança que está em curso, teremos as condições de reestruturar a Universidade. Entrevista. Tubarão: 16 out. 2019. Disponível em: <https://portalinfosul.com.br/unisul-efetuada-a-alianca-que-esta-em-curso-teremos-as-condicoes-de-reestruturar-a-universidade/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

MACIEL, Silvana Carneiro *et al.* Exclusão social do doente mental: discursos e representações no contexto da reforma psiquiátrica. **Psico-USf**, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 115-124, jun. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-82712008000100014>.

## CARTOGRAFANDO VIRTUALMENTE: DESAFIOS DE INTERLOCUÇÃO DA REDE

MIRNA DE MARTINO DAS CHAGAS<sup>1</sup>; EDUARDA SOCOOWSKI PIRES<sup>2</sup>; ELLEN CRISTINA RICCI<sup>3</sup>

<sup>1</sup>UFPeI – [mirnadmartino@gmail.com](mailto:mirnadmartino@gmail.com)

<sup>2</sup>UFPeI – [eduardasocoowskip@gmail.com](mailto:eduardasocoowskip@gmail.com)

<sup>3</sup>UFPeI – [ellenricci@gmail.com](mailto:ellenricci@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O presente projeto unificado (ensino, pesquisa e extensão) pretende (re)conhecer as pessoas com sofrimento psíquico do território Dunas (bairro do município de Pelotas - RS com problemas socioeconômicos e demandas relacionadas à vulnerabilidade), avaliar a rede de cuidados e desenvolver estratégias de promoção, prevenção e tratamento de saúde mental a partir dos referenciais da Atenção Psicossocial e Reabilitação Baseada na Comunidade em Terapia Ocupacional.

Pelotas tem uma população estimada de 342.405 pessoas, sendo a quarta cidade com maior número de habitantes do Rio Grande do Sul. O Bairro Dunas, hoje com mais de 20.000 moradores (MEREBS, 2011), se encontra fora da média de desenvolvimento do restante do município, ou seja, não possui condições urbanas básicas para o convívio e direitos mínimos dos moradores.

Na saúde mental passamos por mudanças significativas, de políticas, métodos e referenciais teórico-metodológicos. No Brasil, a Reforma Psiquiátrica, iniciada na década de 1970, trouxe consequências importantes, transformando o modelo da assistência psiquiátrica. Este movimento envolveu diversos atores (incluindo as terapeutas ocupacionais) e instituições, constituindo-se como um processo político e social complexo que provoca transformações das práticas, dos saberes e dos valores relacionados ao tratamento dos problemas mentais (AMARANTE, 2007).

A OMS (WHO, 2013) propôs um plano de ação aos Estados-nação (Action-Plan 2013/2020), tendo como princípio que não existe saúde sem saúde mental, reforçando os índices alarmantes e crescentes de adoecimento psíquico dos povos. Apesar dos avanços no financiamento e na cobertura (BRASIL, 2015), estudos apontam o isolamento dos equipamentos e dificuldades na comunicação entre os serviços e para a estruturação da rede de cuidados principalmente o diálogo entre os serviços especializados e a atenção básica.

O sistema em que o sujeito está inserido, tanto econômica quanto politicamente, intervém de forma desigual em seus projetos de vida, sujeitando-se a seu posicionamento no estrato social (MORIN apud. GALHEIGO, 2020). Por esse motivo, o autor reconhece a importância de que as singularidades dos indivíduos sejam consideradas pelos terapeutas ocupacionais, tais como aspectos sociais, étnicos, vulnerabilidades territoriais e condições de vida sócio-histórico-culturais.

Portanto esse projeto buscará reconhecer a realidade da saúde mental e atenção psicossocial da população vinculada ao território Dunas, a partir de diferentes atores e serviços públicos envolvidos neste processo reconhecendo as vulnerabilidades e buscando recursos e potências nas redes socioafetivas, para além das institucionais.

## 2. METODOLOGIA

O presente projeto unificado se inicia com ações de extensão, tendo como abordagem a cartografia, que possibilita vislumbrar diversas circunstâncias através de diferentes perspectivas. Dessa forma, cartografar torna-se a arte de acompanhar processos, em vez de representar um objeto (FERIGATO E CARVALHO, 2011; CARVALHO E FRANCO, 2015). Isto posto, permite ao pesquisador a comunicação com o objeto de estudo, e não sobre o mesmo, sendo executada através de situações reais (FERIGATO E CARVALHO, 2011). Desse modo, a proposta é concentrar-se em territórios existenciais, não apenas geográficos. O cartógrafo tem como alguns de seus objetivos acompanhar as linhas que se traçam, identificar e sinalizar os pontos de ruptura e analisar os cruzamentos dessas linhas (CARVALHO E FRANCO, 2015).

O projeto envolve os diferentes atores do bairro: usuários, familiares, trabalhadores e gestores da Rede Dunas e os diferentes serviços públicos da comunidade, como UBS, Ambulatórios, CRAS e Escolas.

O primeiro mapeamento vem sendo realizado a partir de dados secundários da assistência social, saúde e das escolas através de cadastros, prontuários dos serviços e matrículas. Durante o segundo semestre do ano de 2020 estamos mapeando as pessoas com sofrimento psíquico no território.

Com os dados secundários coletados através dos serviços citados acima, será possível um mapeamento de todas as pessoas em sofrimento psíquico no território. O mapeamento é uma técnica utilizada com o objetivo de conhecer e ter noção do “todo” quanto objeto de estudo. Tal procedimento é utilizado para identificar compreensões, comportamentos e relações locais, não apenas o detalhamento de locais ou de doenças, por exemplo (MÄDER, HOLANDA E COSTA, 2019).

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, as participantes do projeto reuniram-se a fim de entrar em contato com as agentes comunitárias de saúde, com o objetivo de coletar os dados necessários para o mapeamento. Tal processo foi facilitado devido ao vínculo já criado anteriormente a partir do LAPET. Entretanto, o contato com os demais serviços mostrou-se mais dificultoso, portanto, o projeto de extensão foi transformado em um projeto de pesquisa. Por essa razão, o levantamento de dados foi interrompido com a finalidade de garantir a conformidade de todos os trâmites éticos, incluindo a aprovação do comitê de ética, resultando assim a coleta de informações de apenas uma ACS.

O projeto ainda está em andamento, sendo importante destacar que foi preciso adaptá-lo ao projeto unificado à pesquisa para conseguirmos atender as demandas éticas que os serviços estavam colocando quando fomos ao campo com o projeto de extensão remoto. Além disso, algumas adversidades identificadas foram a dificuldade de entrar em contato com os serviços de forma efetiva e a falta de um banco de dados digital das agentes comunitárias, o que resultou em informações escritas a mão prolongando o tempo de análise dos dados e aumentando propensão a erros. Além disso, a pandemia e, por consequência, a virtualidade do projeto, tornaram o processo ainda mais árduo, tendo em vista que o processo depende totalmente dos serviços e seus respectivos horários.

#### 4. CONCLUSÕES

Esperávamos estar presencialmente no território para coletar os dados e iniciar o processo de vinculação com a população. Devido o distanciamento social nosso contato mais direto ficou restrito aos profissionais dos serviços que estão em processos de adoecimento e sobrecarga no trabalho. Portanto esse projeto unificado ainda anda a passos mais lentos do que o planejado, mas com o apoio de algumas agente comunitárias de saúde que, talvez, por serem moradoras do bairro, vislumbram sua melhoria no acesso a assistência em saúde mental.

Buscamos com isso melhorar e ampliar as propostas de tratamento que valorizem a singularidade dos sujeitos em seu contexto cotidiano, respondendo aos desafios contemporâneos, assim esperamos conseguir mapear os indivíduos em sofrimento psíquico, encontrar e avaliar as redes de suporte e propor um projeto de cuidado que converse com as necessidades das pessoas nesse território.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007.

CARVALHO, M.N; FRANCO, T.B. Cartografia dos caminhos de um usuário de serviços de saúde mental: produção de si e da cidade para desinstitucionalizar. **Physis**, Rio de Janeiro , v. 25, n. 3, p. 863-884, 2015.

FERIGATO, S.H.; CARVALHO, S.R. Qualitative research, cartography and healthcare: connections. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, São Paulo, v.15, n.38, p.663-75, 2011.

GALHEIGO, S.M. Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos , v. 28, n. 1, p. 5-25, 2020 .

MAEDER, B.J; HOLANDA, A.F; COSTA, I.I. Pesquisa qualitativa e fenomenológica em saúde mental: Mapeamento como proposta de método descritivo. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 35, e35439, 2019 .

MEREB, H.P. **Loteamento Dunas e sua microfísica de poder**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **Saúde Mental em Dados-12**. 2015. Acessado em 07 Set. 2020. Disponível em:[https://www.mhinnovation.net/sites/default/files/downloads/innovation/reports/Report\\_12-edicao-do-Saude-Mental-em-Dados.pdf](https://www.mhinnovation.net/sites/default/files/downloads/innovation/reports/Report_12-edicao-do-Saude-Mental-em-Dados.pdf)

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental Health Action Plan 2013-2020**. 2013. Acessado em 07 Set. 2020. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/89966/9789241506021\\_eng.pdf;jsessionid=8AED5A43FDF11F94458943DD667775F5?sequence=1](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/89966/9789241506021_eng.pdf;jsessionid=8AED5A43FDF11F94458943DD667775F5?sequence=1)

## MIGRAÇÃO VENEZUELANA: O CASO DA POPULAÇÃO WARAO NO BRASIL

Lauren Nicole Gonçalves Duarte<sup>1</sup>; Adriana Portella<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [lnicoleduarte@hotmail.com](mailto:lnicoleduarte@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [adrianaportella@yahoo.com.br](mailto:adrianaportella@yahoo.com.br)

### 1. INTRODUÇÃO

O Laboratório de Estudos Comportamentais (LabCom), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da UFPel, começou a desenvolver, no ano de 2020, uma pesquisa sobre imigrantes venezuelanos que se estabeleceram no Brasil sob condição de refúgio principalmente. O estudo iniciado visa, ao final do projeto, poder reportar respostas adequadas à situação, como ações específicas de resiliência a essas populações. Para tanto, é necessário identificar quem são e onde se encontram esses estrangeiros, analisar a infraestrutura dos locais de moradia dessas populações, dentre outras iniciativas.

Atualmente, o fluxo migratório de venezuelanos no Brasil tem se destacado frente aos demais grupos de migrantes no país, segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2020); e, dentre essa população venezuelana que visa entrar no Brasil, a fim de buscar refúgio e acolhimento, existem algumas tribos indígenas que fugiram da Venezuela e que procuram apoio e melhores condições de vida no país vizinho.

Em especial, há o povo Warao, que se destaca em quantidade dentro das demais populações indígenas venezuelanas que migraram para o Brasil. Apesar de já existirem ações visando o acolhimento de refugiados, há, ainda, muitos casos de xenofobia, que acabam por desestimular o deslocamento desses migrantes para o Brasil, ou por desencadear novas migrações, tanto dentro do território brasileiro, quanto para países vizinhos. Em alguns casos, inclusive, pela marginalização vivenciada no Brasil, retornar à Venezuela torna-se uma opção.

Assim, o presente trabalho objetiva fazer um recorte na pesquisa elaborada pelo LabCom, e analisar a população Warao, investigando sua estadia em território brasileiro, segundo, sobretudo, agências relacionadas ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e artigos sobre a população Warao. Além disso, a lei de migração atualmente vigente no país será brevemente abordada, de modo a serem examinadas as medidas de amparo ao imigrante e ao refugiado que são previstas no Brasil.

### 2. METODOLOGIA

Os dados coletados para fomentar o projeto desenvolvido pelo LabCom, e, conseqüentemente, o trabalho a ser apresentado, foram obtidos através de pesquisas nos sites internacionais ligados à Organização das Nações Unidas (ONU), para que as informações utilizadas fossem mais devidamente embasadas e seguras. Desse modo, o ACNUR, a OIM e a Plataforma R4V (Response For Venezuelans) foram as principais fontes de estudo quanto ao fluxo e à migração venezuelana.

De acordo com relatórios da Matriz de Monitoramento de Desenvolvimento (DTM) - ligada à OIM -, informações importantes sobre a população indígena venezuelana, residente no Brasil, foram encontradas. Alguns relatórios

desenvolvidos pela DTM foram investigados, mais especificamente o relatório sobre o povo Warao estabelecido no estado do Maranhão, o qual traz informações demográficas importantes sobre essa comunidade.

Consequentemente, após ser notada a significativa migração Warao para o país, novas referências foram buscadas para compreender como está ocorrendo a permanência desse povo indígena no Brasil. Ou seja, quais os empecilhos encontrados, e se há ambientes de acolhimento à tal população, que promovam proteção e cuidados a esses migrantes em possível situação de marginalidade.

Por fim, a análise do papel do Estado, quanto a hospitalidade, abrigo, atendimento, proteção e refúgio à essa comunidade, é necessária à elaboração de uma resposta inteligente para a situação atual desses imigrantes.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **Os Warao**

De acordo com informações da plataforma R4V, desde 2016, mais de 5 mil indígenas venezuelanos se estabeleceram no Brasil, juntamente com os demais venezuelanos que migraram em busca de melhores condições de vida. A comunidade de etnia Warao corresponde a 65% da população total de migrantes indígenas venezuelanos que se deslocou para o território brasileiro.

Os Warao são um povo oriundo, quase na sua totalidade, da região do Delta do rio Orinoco no território venezuelano (DURAZZO, 2020). São uma população heterogênea, unida pela língua falada, que também se chama Warao; além disso, são conhecidos por sua relação íntima com a água, o que se traduz nos seus locais de moradia, estabelecidos em zonas ribeirinhas fluviais e marítimas, por exemplo. Ademais, sua ocupação laboral se baseia em pesca, coleta, e trabalhos ligados à terra, como a agricultura, além de artesanato (PEREIRA, 2019).

Pela posição geográfica da Venezuela no continente, os fluxos migratórios chegam primeiro nos estados do norte do Brasil. Porém, sabe-se que, atualmente, grupos Warao ocupam as cinco regiões do país. Tal deslocamento, muitas vezes, tem relação com situações de conflito nos locais de moradia ou de passagem.

“Na atual conjuntura econômica venezuelana, o deslocamento de indígenas Warao para as cidades brasileiras é motivado fundamentalmente pela busca de alimentos, trabalho fixo ou temporário e dinheiro, além do acesso à saúde” (MPF 2017b, pág 8). De acordo com PEREIRA (2019), a migração para as cidades brasileiras se deu para o setor laboral de mão de obra não qualificada e à situação de mendicância (a qual possui um significado próximo à coleta de alimentos em geral para o grupo étnico em questão, de modo a ação não ser vista por eles como algo problemático). No entanto, o ato de mendigar, por parte dessa comunidade, está intimamente correlacionado com alguns casos xenofóbicos que os Warao têm sofrido em território brasileiro.

#### **Acolhida?**

O estado de Roraima, por fazer fronteira com a Venezuela, é, na grande maioria dos casos, o primeiro contato com o território brasileiro que essa população migrante tem. Em Pacaraima e em Boa Vista, ambas cidades situadas em Roraima e próximas da fronteira com o país vizinho, existem abrigos, que servem como primeiros locais de acolhida para essa população venezuelana. Os estados do Amazonas, Maranhão, Pará, Pernambuco, dentre outros, também contam com abrigos para auxiliar a comunidade indígena migrante. No município

de Boa Vista, por exemplo, os indígenas Warao vivem em um abrigo urbano, gerenciado pela ONG Fraternidade Internacional, em parceria com o ACNUR e o Exército Brasileiro (PEREIRA, 2019).

Além desses locais de acolhida no norte do país, a região sudeste possui locais, em diferentes estados e municípios, que se organizam para abrigar venezuelanos em situação de refúgio ou de vulnerabilidade, através de casas de passagem, as quais servem como moradia intermediária para os viajantes. Muitas dessas moradas de passagem, assim como os abrigos em si, são amparados por doações de ONGs nacionais e internacionais, como a Cáritas.

Entretanto, alguns desses abrigos direcionados à população indígena migrante não possuem condições salubres ou mínimas de instalação, como é o caso do único abrigo público disponível para essa população em Belém, no Pará. O líder Warao que reside no abrigo, relata, inclusive, que a questão do idioma é um problema também; "Quando falamos algo, eles dizem: – vocês não mandam, quem manda somos nós. Vocês são imigrantes", contou Fredy Cardona em entrevista ao site Brasil de Fato. O espaço lá destinado à população Warao é um galpão industrial administrado pela Fundação João Paulo XXIII (Funpapa), instituição da Prefeitura de Belém; no local, além de falta de diálogo, a comunidade ali presente ainda precisa conviver com banheiros precários (não há portas nas cabines, e as necessidades são feitas em um tipo de sanitário localizado no chão), e violência policial. Nesse último caso, tem-se o exemplo de uma comemoração de dia dos pais, que acabou com a expulsão e a agressão de alguns indígenas. "Eu vi a polícia bater em mulheres, crianças e usarem um gás [de pimenta]. Eu pedi que a polícia parasse com o gás, mas eles disseram: 'vocês não são brasileiros, se morrer, morreu, porque vocês não valem nada", relatou Abilio Cardona ao site Brasil de Fato.

Além disso, como alguns brasileiros ainda acreditam que a vinda de imigrantes prejudica a oferta de trabalho aos moradores locais - o que sabe-se ser uma inverdade -, muitos Warao sofrem com a resistência de populações regionais, tanto àqueles que trabalham com artesanato e os vendem, quanto aos indígenas que são vistos em semáforos pedindo dinheiro (PEREIRA, 2019).

### **Direitos do Imigrante no Brasil**

De acordo com a Lei de Migração, sancionada em 2017, alguns direitos são garantidos a qualquer migrante que se desloque para o Brasil. São exemplos: direitos e liberdades civis, sociais; direito à liberdade de circulação em território nacional; e acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória. Além disso, a lei de 2017 reitera a acolhida humanitária; o repúdio e prevenção à xenofobia e a quaisquer formas de discriminação; a promoção de regularização documental; a igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante; e a inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas. Ainda, vale ressaltar o Art. 4º, que traz: "Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)".

## **4. CONCLUSÕES**

Ainda que uma Lei de Migração exista, a vida do imigrante, no território brasileiro, não parece estar sendo devidamente amparada por ela. Dessa

maneira, uma vez que o Estado não supre as demandas dessa população como deveria, outra esfera da sociedade pode desempenhar tal papel valioso, e garantir alguns dos direitos básicos a todos cidadãos. Uma vez que é papel das universidades públicas prestar retorno às comunidades, centros de acolhimento humanitário aos indígenas Warao, ao longo do país, poderiam ser desenvolvidos pelas universidades, a fim de escutar e de conhecer essa população. Esses locais contariam com a participação de estudantes e profissionais de diferentes áreas (como pedagogia, letras, psicologia, arquitetura e urbanismo, e medicina), a fim de amparar os imigrantes, reconhecer suas demandas, e, a partir disso, também desenvolver políticas públicas direcionadas aos Warao e a políticas contra xenofobia. De modo a acolher devidamente esses indivíduos, garantindo as melhores condições de vida que eles buscavam ao migrar para o Brasil.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MPF, Ministério Público Federal. **Parecer técnico n.10/2017. Manaus: MPF, 2017b.** Disponível em:  
<http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/parecer-tecnico-warao>. Acesso em: 2 de setembro de 2020.

DURAZZO, Leandro Marques. **“Os Warao: do Delta do Orinoco ao Rio Grande do Norte”.** Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/warao.html>. Acesso em 2 de setembro de 2020.

R4V. **DTM Maranhão - Março 2020.** Disponível em:  
<https://data2.unhcr.org/es/documents/details/77933>.

OIM Brasil, Organização Internacional para as Migrações. **Maioria dos indígenas venezuelanos Warao que chegaram ao Maranhão possuem até 40 anos e migraram em busca de trabalho e de reunificação familiar.** Disponível em:  
<https://brazil.iom.int/news/maioria-dos-ind%C3%ADgenas-venezuelanos-warao-qu-e-chegaram-ao-maranh%C3%A3o-possuem-at%C3%A9-40-anos-e>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

PEREIRA, André Paulo dos Santos. **O povo indígena warao: um caso de imigração para o Brasil.** Revista Consultor Jurídico, 21 de janeiro de 2019. Disponível em:  
<https://www.conjur.com.br/2019-jan-21/mp-debate-povo-indigena-warao-imigracao-brasil>. Acesso em 2 de setembro de 2020.

**Indígenas Warao sofrem com péssimas condições de vida no abrigo público de Belém.** Brasil de Fato, Belém, 26 de Agosto de 2020. Disponível em:  
<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/26/indigenas-warao-sofrem-com-pessimas-condicoes-de-vida-no-abrigo-publico-de-belem>. Acesso em 2 de setembro de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração.** Brasília, DF, maio de 2017. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm). Acesso em 4 de setembro de 2020.

## UM MUSEU PARA TODOS: ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA ATRAVÉS DE OFICINAS DE SENSIBILIZAÇÃO

JÉSSICA VERAS ARAÚJO<sup>1</sup>; AMANDA CORREA BOTELHO<sup>2</sup>; TALITA GARCIA DE OLIVEIRA<sup>3</sup>; CAROLINA DA CUNHA AIRES<sup>4</sup>; BRUNA CRISTINA GENTIL DOS SANTOS<sup>5</sup>; DESIRÉE NOBRE SALASAR<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [jessica.veras.jva@gmail.com](mailto:jessica.veras.jva@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas– [amandabotelhoag@outlook.com](mailto:amandabotelhoag@outlook.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas- [talitagaroli@yahoo.com.br](mailto:talitagaroli@yahoo.com.br)

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas - [airescarolina2401@gmail.com](mailto:airescarolina2401@gmail.com)

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas - [brunagentil10@gmail.com](mailto:brunagentil10@gmail.com)

<sup>6</sup>Universidade Federal de Pelotas – [dnobre.ufpel@gmail.com](mailto:dnobre.ufpel@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O projeto de extensão “Um Museu para Todos: Programas de Acessibilidade”, pertencente a Rede de Museus da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) visa elaborar programas de acessibilidade nos três museus e no memorial da UFPEL (Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo e Museu do Doce e Memorial do Anglo), englobando apenas instituições ligadas à UFPEL, mas após o contato entre a gestão do Museu Municipal Parque da Baronesa e a equipe do projeto, este também foi incorporado.

Até o presente momento, foram realizados os diagnósticos de acessibilidade das instituições em si e foram finalizadas as oficinas de instrumentalização e sensibilização das equipes, cujas temáticas foram: Conceitos importantes para acessibilidade: Recepção de públicos com deficiência; Linguagem simples e Comunicação Alternativa; Design Expositivo; Comunicação acessível (formatação de textos); Recursos virtuais para o contexto da pandemia: Acessibilidade web; Museus e acessibilidade pós – pandemia; Audiodescrição – descrição de imagens. Futuramente, pretende-se fazer a elaboração do programa de acessibilidade nessas instituições.

De acordo com SASSAKI (2009, p. 1), “a dimensão metodológica é aquela em que não existam barreiras nos métodos e técnicas de lazer, no trabalho, na educação, dentre outros”. As oficinas realizadas junto às equipes dos museus tem como propósito instrumentalizar e sensibilizar o pessoal, de modo que nesses espaços seja possível a utilização de métodos que auxiliem na comunicação entre o público visitante e a instituição. Desta forma, as equipes passam a ter o contato com os recursos metodológicos que podem ser utilizados em seus espaços, visando um melhor acesso ao público acolhido.

O objetivo geral do presente trabalho é, portanto, apresentar os resultados obtidos nas oficinas realizadas com as equipes e público geral ao longo de quatro semanas. Essas oficinas foram pensadas para serem ministradas de modo presencial, mas em razão do cenário da pandemia da COVID-19, as mesmas tiveram de ser ofertadas por meio de videoconferências. Inicialmente planejadas para serem oferecidas às equipes dos museus envolvidos com o projeto de extensão, no entanto, algumas vagas foram disponibilizadas para o público em geral, por meio de uma chamada online via formulário do Google.

## 2. METODOLOGIA

As oficinas de sensibilização e instrumentalização são uma das ações do projeto de extensão “Um Museu Para Todos: Programas de Acessibilidade”. A equipe do projeto responsável conta com 10 alunos de graduação e um da pós-graduação (dos cursos de Terapia Ocupacional, História, Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, Ciências Biológicas, Museologia, Pedagogia e do Programa de pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural).

O processo de organização para as apresentações se deu a partir das divisões da equipe em duplas (interdisciplinares), exceto com uma oficina que foi ministrada pelo Leandro Pereira, consultor do projeto.

Devido a pandemia da COVID-19 houve uma alteração no cronograma do projeto, o que fez com que as oficinas que antes seriam presenciais, fossem realizadas através da plataforma WebConf, com a duração de aproximadamente 1 hora cada. A escolha dos temas se deu a partir de uma ação do projeto anterior as oficinas, onde as equipes dos museus citaram as suas necessidades de aprendizado. Foram realizadas com os temas e datas a seguir:

**Quadro 1 – Temas abordados nas oficinas e datas.**

Tema	Data
Conceitos importantes para acessibilidade: Recepção de públicos com deficiência.	11/08/2020
Linguagem simples e Comunicação Alternativa	18/08/2020
Design Expositivo, Comunicação acessível (formatação de textos)	20/08/2020
Recursos virtuais para o contexto da pandemia: Acessibilidade web	25/08/2020
Museus e acessibilidade pós – pandemia	27/08/2020
Audiodescrição – descrição de imagens	01/09/2020

**Fonte:** desenvolvido pelas autoras.

Estas oficinas auxiliarão na próxima etapa do projeto, que consiste na realização de um programa de acessibilidade para cada uma das instituições parceiras do projeto.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados que ora se apresentam são referentes às oficinas de sensibilização e instrumentalização dos participantes, que de acordo com TOJAL (2015, p.23) é “uma percepção de conteúdos culturais que podem ser explorados de diversas formas, contribuindo para que o museu proporcione novas descobertas que podem ter “repercussões práticas em sua vida presente e futura”. Foram apresentados conceitos de acessibilidade e formas de tornar as visitas aos museus mais inclusivas, tendo como foco principal as equipes dos museus supracitados. Além da parte teórica, também foram desenvolvidas atividades práticas/reflexivas.

A primeira oficina foi voltada aos “Conceitos Importantes para Acessibilidade: Recepção do Público com Deficiência”, na qual foram abordadas as sete dimensões

de acessibilidade, o direito ao acesso à cultura, o histórico das terminologias, que auxilia no entendimento acerca do termo utilizado atualmente (Pessoa com Deficiência – PcD). Também foram compartilhadas dicas anticapacitistas<sup>1</sup>, assim como questionamentos relacionados a inclusão de todas as pessoas. Finalizou-se com uma atividade prática, em que foi solicitado aos participantes que pesquisassem a palavra “pessoa” no Google para refletir do porquê de quase não haver PcD nas imagens.

No encontro sobre “Linguagem Simples e Comunicação Alternativa”, foram apresentadas formas de tornar o texto mais acessível, compreensível a um número maior de pessoas. Sobre a Comunicação Alternativa foi citado o sistema pictográfico para a comunicação, o público que se beneficia deste recurso, como deve ser elaborado, motivos pelo qual os museus devem disponibilizá-lo, quais as plataformas que podem ser usadas. A atividade prática foi a identificação de frases sobre os museus através de pictogramas desenvolvidos pelas ministrantes.

No terceiro dia, a oficina sobre “Design Expositivo e Comunicação Acessível” abordou conceitos e trouxe orientações sobre como tornar a comunicação mais inclusiva, pensando na diversidade dos públicos que o museu pode atingir, a legibilidade e formatação do texto e das cores, o que deve ser evitado e recomendações sobre as legendas. A atividade prática era para sinalizar as possíveis barreiras e acertos em textos e legendas de exposições.

Ao longo da quarta oficina, sobre os “Recursos virtuais para o contexto da pandemia: Acessibilidade web”, abordou-se conceitos relacionados ao tema e os sete componentes essenciais para trabalharem em conjunto, que foi desenvolvido pelo W3C. Apresentou dicas de acessibilização digital nas redes sociais e sites (descrição de imagens, legendagem de vídeos e textos). Finalizado com uma atividade para reconhecer as possíveis barreiras e acertos nos sites propostos, a partir das orientações trazidas nas oficinas.

A oficina sobre “Museus e acessibilidade pós-pandemia” revisou alguns conceitos já abordados, mostrando as perspectivas e desafios a serem enfrentados pelas equipes e público dos museus pós-pandemia do novo coronavírus, trouxe dicas e exemplos de como agir diante desse cenário, recomendações de higiene e segurança, e foi finalizada com uma atividade para indicar a qual museu a imagem pertencia.

Essa ação do projeto foi finalizada com a oficina “Audiodescrição – descrição de imagens”, ministrada pelo Leandro Pereira consultor do projeto e segundo SALASAR (2019) nada será funcional se não tiver a consultoria do público-alvo. Ele tratou conceitos, funções do audiodescritor, a audiodescrição nos museus, dicas sobre a construção do roteiro e finalizou com uma atividade para exercitar a descrição da imagem trazida, com base nos fundamentos para construção do roteiro.

#### 4. CONCLUSÕES

As oficinas de sensibilização são uma parte fundamental do Projeto Um museu para todos, que se estende desde outubro de 2019 até outubro de 2020. Por esta razão, as considerações suscitadas têm caráter parcialmente conclusivo, visto que, servem de preparação para a próxima etapa do projeto ligada ao seu objetivo principal, desenvolver o Programa de Acessibilidade dos Museus.

---

<sup>1</sup> Capacitismo são as atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. (MELLO, 2016).

Esta importante etapa propiciou um diálogo direto com as equipes dos museus, em que foi possível suprir algumas necessidades informativas percebidas nas visitas de diagnósticos, elucidar dúvidas sobre os temas e conceitos apresentados, além de atender às questões levantadas pelas equipes e discutir sobre as barreiras existentes quanto à acessibilidade em ambientes culturais, sobretudo em tempos em que isolamento social e protocolos rigorosos de higiene são primordiais para a preservação da vida e da saúde de todos.

A equipe do projeto ao longo de sua execução, participou de oficinas e estudos sobre legislação, deficiência, acessibilidade, tecnologia assistiva e cultura, entre outros temas, que serviram para fundamentar o desenvolvimento das oficinas. Além disso, cada encontro foi ministrado por duplas interdisciplinares, formadas pelas voluntárias do projeto, havendo uma articulação de saberes de suas áreas de formação e trajetórias, para elaborar e adequar o conteúdo específico de cada uma das oficinas.

A adaptação na modalidade das oficinas (de presencial para virtual) foi necessária para a continuidade do projeto, e com a receptividade das equipes mostrou-se satisfatória. Entretanto, a participação das equipes foi inferior ao esperado, visto que não havia representantes de todas as instituições presentes em todas as oficinas, contudo, espera-se que as discussões aqui escidadas no decorrer dos encontros virtuais sejam compartilhadas com os demais integrantes das equipes em momento oportuno, o que é considerado uma reverberação significativa das potenciais mudanças apresentadas através do projeto.

Muitas discussões sugerem novos projetos, que articulem docentes e discentes de diferentes cursos da Universidade, levando-os para dentro dos museus a fim de permitir que todos se beneficiem desta troca de conhecimentos. A manutenção dos museus universitários não raro lida com a escassez de recursos e com a recorrente objeção da insuficiência das equipes para a implementação das mudanças necessárias. Por isso, destaca-se a relevância da extensão universitária, que preconiza o papel da Universidade perante à sociedade, e propicia o desenvolvimento dos estudantes, ao passo em que estreita a relação com a comunidade, compartilhando o conhecimento produzido no âmbito acadêmico. Além de buscar promover transformações significativas nos grupos com os quais interage.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MELLO, A. G. de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do comitê de ética em pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**. SC, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, out. 2016.

SALASAR, D. N. **Um museu para todos**: manual para programas de acessibilidade. Pelotas: Ed. da UFPel, 2019.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação). São Paulo, v. 12, p. 10-16, mar./ abr. 2009.

TOJAL, A. P. da F. Comunicação museológica e ação educativa inclusiva. In: CARDOSO, E.; CUTY, J. (Orgs.). **Acessibilidade em ambientes culturais: relatos de experiências**. Porto Alegre: Marcavisual, 2015. p 14-33.

## DESAFIOS PARA O ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO AO PACIENTE COM NECESSIDADE ESPECIAL DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19

ROSIANE PEREIRA DE OLIVEIRA<sup>1</sup>; LISANDREA ROCHA  
SCHARDOSIM<sup>2</sup>; JOSÉ RICARDO SOUSA COSTA<sup>3</sup>; MARINA SOUSA  
AZEVEDO<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [rosianepdoliveira@gmail.com](mailto:rosianepdoliveira@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [lisandreas@ufpel.edu.br](mailto:lisandreas@ufpel.edu.br)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [jose.costa@ufpel.edu.br](mailto:jose.costa@ufpel.edu.br)

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – [marinasazevedo@gmail.com](mailto:marinasazevedo@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O novo vírus da síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 (SARS-CoV-2), foi detectado inicialmente na China, em Wuhan no ano de 2019. De acordo com o Plano de Contingência para Epidemia da Doença pelo Coronavírus, esse vírus possui uma alta transmissibilidade entre as pessoas e, por isso, espalhou-se para uma série de países e foi considerado em março de 2020 uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde. Assim, tornou-se um dos desafios mais significativos para os profissionais da área da saúde.

De acordo com estudos, a área da Odontologia, conta com os profissionais com maior risco de contágio, pela alta carga viral presente nas vias aéreas superiores, necessidade de contato próximo com o paciente e devido à grande possibilidade de exposição à saliva e sangue. (MALLINENI et al. 2020)

Desse modo, os protocolos de biossegurança estão sendo revistos e as equipes odontológicas atualizando-se constantemente devido às mudanças frequentes com relação às orientações e cuidados. Ademais, a recomendação ao cirurgião-dentista é a de adiar o procedimento, a não ser aquele que for considerado urgência e emergência.

Segundo o Caderno de Atenção Básica número 17 do Ministério da Saúde, entre as especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Odontologia está a Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais. O paciente com necessidade especial (PNE), na Odontologia compreende todo usuário que apresente uma ou mais limitações, temporárias ou permanentes, de ordem mental, física, sensorial, emocional, que o impeça de ser submetido a uma situação odontológica convencional Além disso, muitos pacientes encontram-se no grupo de risco, ou seja, são pessoas em condições ou com fatores que os colocam em maior risco de desenvolver a forma grave a COVID-19, bem como de os levar a óbito.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é refletir sobre como será feita a abordagem no atendimento odontológico ao PNE no Projeto de Extensão “Acolhendo Sorrisos Especiais” e nos demais cenários de atendimento odontológico que atende este grupo de pacientes, levando em conta a biossegurança, tanto dos pacientes e familiares, quanto dos profissionais da área da saúde bucal, visando estabelecer ou manter a relação de vínculo e de confiança.

### 2. METODOLOGIA

Foram realizadas buscas nas principais bases de dados (Medline, SciELO, Google Scholar), principais associações de odontologia nacionais e internacionais

e busca manual de artigos, guias e recomendações considerando os termos: odontologia ou atendimento odontológico e pandemia COVID-19, COVID-19 ou coronavírus. As buscas foram realizadas por duas pesquisadoras de forma independente (RPO e MAS) até junho de 2020. Sem restrição de língua.

A partir disso, buscou-se verificar se havia alguma menção sobre pacientes com necessidades especiais ou pessoas com deficiência nos documentos que abordavam atendimento odontológica em tempos de COVID-19 para subsidiar a reflexão.

Bem como, buscou-se artigos e guias que pudessem auxiliar com relação à biossegurança e na adaptação do comportamento do PNE no atendimento odontológico diante do novo cenário da pandemia.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos artigos e guias encontrados não foram identificadas publicações relacionadas diretamente ao atendimento odontológico ambulatorial ao PNE e a pandemia COVID. Dois estudos abordam a técnica da sedação odontológica durante a pandemia, tema bastante importante para os PNE, uma vez que são os pacientes que mais necessitam e se beneficiam deste recurso. Como também, foi encontrado um artigo na Revista de Odontopediatria Latinoamericana sobre a necessidade da implementação do atendimento odontológico a distância na atualidade. (ALOP, 2020)

Com relação a sedação, CELESTINO afirma que procedimentos de anestesiologia podem gerar aerossóis. Nesse sentido, a Sociedade Brasileira de Anestesiologia recomenda, que a sedação, quando necessária, seja realizada por meio de circuitos de aspiração fechados, e que os pacientes contaminados ou com a suspeita da COVID-19, sejam tratados com um aparelho específico para eles. Além disso, no caso da sedação realizada no consultório odontológico, a inalação com óxido nitroso e oxigênio, provoca aerossóis, que frequentemente ultrapassam o volume de cinco litros por minutos e a contaminação por esses gases pode atingir até dois metros do raio em que a máscara nasal é instalada, podendo conduzir aerossóis para superfícies de móveis e equipamentos do consultório, além de poder contaminar o profissional, a equipe, e, no caso de PNE, os acompanhantes.

Por outro lado, GIORDANO, após realizar um teste que comparava a vazão do equipamento específico de sedação inalatória com óxido nitroso com o fluxo de aspiração do sugador, afirma que não há formação de aerossóis ao redor da máscara de sedação, e que essa técnica permite, inclusive, diminuir a liberação de ar exalado pela boca do paciente no ambiente do atendimento reduzindo, assim, as chances de contaminação por fluídos liberados pelas vias respiratórias superiores do paciente durante o procedimento.

Em casos de urgências e emergências a consulta odontológica precisa ser realizada. Nestas situações, a sedação talvez seja uma alternativa para pacientes com medo ou ansiedade para com o tratamento odontológico, porém também pode-se, onde existir esta possibilidade, realizar o atendimento sob anestesia geral, por ser um atendimento mais resolutivo, podendo resolver não só a urgência odontológica, mas já realizar procedimentos que visem prevenir progressão de doenças bucais e possíveis dores em sessão única.

Sabe-se que para que o atendimento PNE ocorra, é necessário a diminuição do medo e ansiedade da maioria dos pacientes. As técnicas de manejo comportamentais são muito eficazes, porém, para serem aceitas necessitam da criação de vínculo com o paciente, através do estabelecimento de

uma relação de confiança. Esse processo, geralmente, demanda tempo, necessitando de algumas consultas e de contato físico do profissional com o paciente. Muitos necessitam de uma rotina de consultas para sentirem-se seguros e permitirem atendimento. Contudo, diante da pandemia, esta abordagem fica bastante restrita. (SILVA, 2020)

Além disso, o estudo publicado na Revista de Odontopediatria Latinoamericana referente ao uso do atendimento odontológico a distância (teleodontologia) como a primeira linha de atenção em casos excepcionais que possam surgir em crises de saúde pública. (ALOP, 2020)

A teleodontologia deve ser considerada como uma ferramenta fundamental para poder avaliar o grau de urgência/emergência para atendimento odontológico previamente ao agendamento da consulta. A Utilização desta modalidade em PNE visa identificar a urgência, resolvê-la se identificada e continuar com o acompanhamento virtual, assim, evitar o risco de contaminação devido à exposição desse grupo de pacientes que tem risco aumentado em caso de infecção por COVID-19.

A teleodontologia, inicia-se com uma entrevista que é direcionada principalmente aos pais ou responsáveis do PNE. Uma vez decidido o atendimento do paciente, as ideias são trocadas com os pais ou responsáveis, a fim de prepará-lo para a assistência odontológica. Para isso, pode-se enviar material (vídeos, desenhos, etc.) de acordo com a condição de cada paciente a fim de diminuir a ansiedade e o medo e reforçar o que será realizado na consulta.

A utilização destes recursos, poderão ser soluções eficazes para apresentar aos pais/cuidadores e pacientes a prática odontológica a ser adotada em tempos de pandemia em que a figura do cirurgião dentista é alterada, o dentista já é visto pelos paciente com os equipamentos de proteção individuais, o que gera insegurança. Porém, com o contato prévio através de vídeos feitos pelo profissional de odontologia, um vínculo será estabelecido e esse poderá servir como ferramenta educacional que ajudem os pacientes especiais a estarem preparados para a diferente abordagem que virá no atendimento. O fato do paciente ter em mãos um vídeo que mostre o profissional se paramentando, antes da consulta, o ajuda a identificar que aquele indivíduo paramentado trata-se do profissional que ele conhece. Da mesma forma, poderá usar o recurso para apresentar os protocolos exigidos aos cuidadores e ao PNE no consultório, como também para apresentar o próprio ambiente do consultório para que chegue familiarizado ao ambiente.

Com isso, utilizar-se de vídeos, feitos no próprio consultório odontológico, para que os PNEs assistam antes da consulta, pode ser benéfico para o paciente se familiarizar com os novos Equipamentos de Proteção Individuais, bem como a nova abordagem que limita o contato físico afetivo, como o abraço e o beijo, tão comuns e tão presentes no dia-a-dia de dentistas que atendem PNEs (SILVA, 2020)

Estes recursos poderão ser usados pelo Projeto Acolhendo Sorrisos Especiais quando for possível um retorno mais seguro. Podendo ser uma alternativa para todos os profissionais que atendem PNE.

Ainda é muito difícil estabelecer quando e quais serão as novas medidas a serem tomadas em relação aos atendimentos odontológicos. Ainda há muito para aprender sobre a COVID-19 e as pesquisas estão em andamento em todo o mundo, buscando conhecer melhor a doença, testar possíveis tratamentos e vacinas. Enquanto não existe vacina disponível para prevenir a infecção, adotar ações para impedir a propagação do vírus ainda é a única maneira de prevenir a COVID-19. Dessa forma, os profissionais devem estar sempre informados e

atualizando-se para prestar um atendimento odontológico ao PNE com segurança e respeito à comunidade.

#### 4. CONCLUSÕES

É indiscutível a necessidade de introduzir novas tecnologias para um adequado atendimento e abordagem do PNE no Projeto Acolhendo Sorrisos Especiais nesse período pandêmico, e mesmo após esta período, pois as medidas de biossegurança terão se modificado. Essa população, que já apresenta tanta dificuldade no acesso aos serviços de saúde bucal, merece especial atenção, e uma abordagem focada em suas necessidades, logicamente, prezando sempre pela cautela.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Asociación Latinoamericana de Odontopediatria (ALOP). Recomendações ao atendimento odontológico em crianças com necessidades especiais e alterações sistêmicas durante a pandemia de COVID-19 **Revista de odontopediatria latino-americana**, v.10, n.2, p.18-32, 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2)**. Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020. Atualizada em 08/05/2020. Acessada em 02 de setembro de 2020. Online. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271858/Nota+T%C3%A9cnica+n+04-2020+GVIMS-GGTES-ANVISA/ab598660-3de4-4f14-8e6f-b9341c196b28>

CELESTINO R, SOUZA C, SUCASAS COSTA P, REZENDE COSTA L. Precauções e Recomendações sobre Sedação Odontológica durante a Pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Odontologia**, v.77, n.1, p.1-3., 2020.

GIORDANO C, GIORDANO C, BARBOSA MM, LOTH AL, CUNHA-CORREIA AS. Sedação inalatória com óxido nitroso para assistência odontológica durante a pandemia de COVID-19 - teste de segurança no uso da técnica. **Revista FAIPE**, v.10, n.1, p.69-84, 2020.

MALLINENI SK, INNES NP, RAGGIO DP, ARAUJO MP, ROBERTSON MD, JAYARAMAN J. Coronavirus disease (COVID-19): Characteristics in children and considerations for dentists providing their care. **International Journal of Paediatric Dentistry**, v.30, n.1, p.245–50, 2020.

Ministério da Saúde. Saúde Bucal. **Caderno de Atenção Básica número 17**. Brasil; 2008.

SILVA KFW, Rozek M. **Transtorno do espectro autista (TEA): mitos e verdades**. EDIPUCRS. Porto Alegre; 2020

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Protocolo de manejo clínico da Covid-19 na Atenção Especializada** Online. Ministério da Saúde. 2020. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/20200504\\_ProtocoloManejo\\_ver09.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/20200504_ProtocoloManejo_ver09.pdf)

## PROJETO MUSEU DE CIÊNCIAS MORFOLÓGICAS: INOVAR PARA CONTINUAR

LUCAS SCHNEIDER LOPES<sup>1</sup>; ANELISE LEVAY MURARI<sup>2</sup>; ROSANGELA FERREIRA RODRIGUES<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – luks-s-l@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Santa Maria – anelise.murari@ufsm.br

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – rosangelaferreirarodrigues@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o acesso à educação é garantido pela Constituição Federal e a Lei 9.394/1996, considerado indispensável para o crescimento social, cultural e econômico do país. Porém, em relação a educação inclusiva ainda ocorre necessidade de aprimoramento, seja por parte da formação inicial de professores ou pelos recursos didáticos utilizados no ensino (VITALIANO, 2019). De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), houve um aumento significativo de matrículas, entre 2011 a 2015, no ensino superior, por alunos com alguma deficiência declarada. Segundo Sales e colaboradores (2016) as universidades devem auxiliar esses alunos no processo de ensino-aprendizagem, promovendo sua inclusão. Uma das áreas que precisa ser adaptada é a área das ciências morfológicas, pois apresenta diferentes estruturas anatômicas que podem ser melhor entendidas e compreendidas quando visualizadas e descritas com mais detalhes ou com o auxílio de modelos anatômicos. Entretanto, para os modelos anatômicos serem acessíveis a todos os públicos é necessário que sejam tridimensionais e, muitas vezes, acompanhados de uma descrição, para um melhor entendimento (LO et al., 2020; NEVES et al., 2020; TRIPELS et al., 2020). Entendendo essa demanda, no desenvolvimento de materiais para o ensino de morfologia, o projeto Museu de Ciências Morfológicas pretende favorecer o aprendizado e promover autonomia, através da utilização de tecnologia assistiva em modelos biológicos em 3D, de órgãos e sistemas do corpo humano.

Sendo assim o objetivo do presente trabalho consiste em relatar as estratégias utilizadas, para dar continuidade as ações do projeto e discutir as perspectivas para contornar a situação de distanciamento social.

### 2. METODOLOGIA

Para elaborar estratégias que possibilitassem dar continuidade as ações do projeto, foi agendada uma reunião de forma virtual com alguns integrantes através da plataforma Zoom. Foi definido que as reuniões ocorreriam semanalmente, através da sala de webconferências, para articulação das ações e realização de oficinas de capacitação. As oficinas foram realizadas para os discentes colaboradores, antes do início das atividades individuais. Para auxiliar na capacitação, foram elaborados tutoriais em vídeos que foram compartilhados através da gravação de tela do próprio computador e do software de edição de vídeos Shotcut. Após cada oficina a gravação da reunião e os tutoriais em vídeos foram disponibilizados no Google Classroom para consulta.

Utilizando as informações dos tutoriais os discentes colaboradores realizaram a curadoria de arquivos no formato STL, através do buscador de arquivos para impressão em 3D: *stlfinder.com*. Com o resultado da busca elaboraram catálogos, de órgãos de cada sistema do corpo humano, com o detalhamento das características, compartilhados pelo Google Docs e Google Classroom, para avaliação e seleção pelos demais integrantes.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A situação de distanciamento social, que permeia o mundo inteiro, trouxe novas formas de pensar o processo de ensino-aprendizagem, através da virtualização dos ambientes acadêmicos (FERNANDES et al., 2020). Essa virtualização por sua vez exige a apropriação de tecnologias que oferecem inúmeras possibilidades, como a demonstração de imagens, dados, equipamentos em funcionamento e uma gama de informação de forma atrativa. Segundo Sherer e Shea (2011) uma ferramenta extremamente funcional consiste nos vídeos, motivo pelo qual estão se tornando cada vez mais frequente no processo de ensino-aprendizagem. Foi observado que utilizar essa ferramenta audiovisual, nas oficinas, não somente auxiliou no processo de aprendizagem, como se tornou um recurso fundamental para dar continuidade as ações, com a qualidade e o aprofundamento necessário. A elaboração do tutorial Download STLfinder (Fig. 1a) e compartilhamento durante a webconferência, possibilitou aos alunos praticarem e sanarem dúvidas em tempo real, o que facilitou o entendimento. E o tutorial para a elaboração dos catálogos em STL (Fig. 1b) possibilitou discussões pertinentes, referentes as características essenciais para posterior confecção dos modelos biológicos em PLA (Ácido Polilático), nas impressoras em 3D.

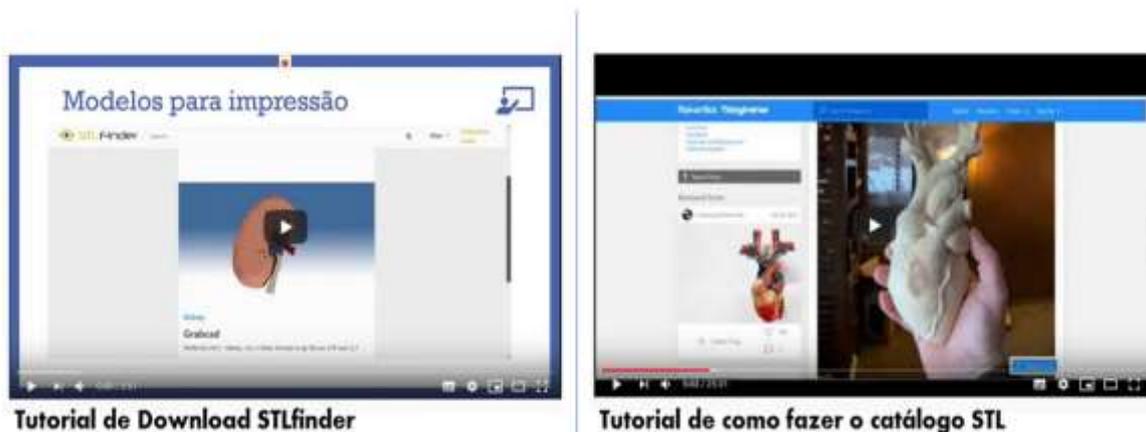


Figura 1 Tutoriais para execução das atividades

Todas as oficinas realizadas até o momento tiveram uma excelente participação da equipe e mobilizações para execução das atividades propostas. As oficinas estimularam o senso crítico e tornaram o aprendizado mais significativo, pois geraram espaços para discussões e reflexões (SILVA, 2019). Dessa forma, cada oficina acabou estimulando novas oficinas com temáticas diferenciadas. Portanto, esses momentos disponibilizados para aprendizagem, reflexão e discussão, mesmo não sendo de forma presencial, não revelaram perda de qualidade, mas pelo contrário propiciaram experiências enriquecedoras e agregaram muito conhecimento, conforme o feedback dos participantes.

#### 4. CONCLUSÕES

A utilização das ferramentas online para as oficinas remotas e os tutoriais em vídeos, foram essenciais para a continuidade das atividades do projeto Museu de Ciências Morfológicas, durante o atual cenário de distanciamento social. A transição para essa nova realidade ocorreu de forma positiva, devido a tecnologia disponível e recursos humanos disponibilizados pela Universidade, para auxiliar no processo.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Censo da Educação Superior**. Brasília. 2014.

FERNANDES, S. M.; HENN, L. G.; KIST, L. B. O ensino a distância no Brasil: alguns apontamentos. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 2, p. 19, 2020.

LO, S. et al. Use of a virtual 3D anterolateral thigh model in medical education: Augmentation and not replacement of traditional teaching? **Journal of Plastic, Reconstructive & Aesthetic Surgery**, v. 73, n. 2, p. 269-275, 2020.

NEVES, E. C. das et al. 3D anatomical model for teaching canine lumbosacral epidural anesthesia. **Acta Cirurgica Brasileira**, v. 35, n. 6, 2020.

SALES, Z. N. MOREIRA. R. M. COUTO, E. S. O convívio acadêmico: representações de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Educação Especial**. V.29. n.55. p.295-308, 2016.

SHERER, P.; SHEA, T. Using Online Video to Support Student Learning and Engagement, **College Teaching**, 56-59, 2011.

SILVA, J. R. R. **Percepção de alunos do ensino médio quanto ao uso das metodologias ativas no ensino de ciências**. 2019. 138f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) - Curso de Pós-graduação em Educação em Ciências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TRIEPELS, C. P. R. et al. Does three-dimensional anatomy improve student understanding? **Clinical Anatomy**, v. 33, p 25-33, 2020.

VITALIANO, C. R. Formação de professores de Educação Infantil para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: uma pesquisa colaborativa. **Pro-Posições**, v. 30, 1-30, 2019.

## A COMUNIDADE DO LOTEAMENTO ANGLO: EXTENSÃO EM TEMPO DE PANDEMIA

LUANA HELENA LOUREIRO ALVES DOS SANTOS<sup>1</sup>; SARA PARLATO<sup>2</sup>;  
ROGÉRIA APARECIDA CRUZ GUTTIER<sup>3</sup>; NIRCE SAFFER MEDVEDOVSKI<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [lualoureiro@gmail.com](mailto:lualoureiro@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [saraparlato@gmail.com](mailto:saraparlato@gmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [rogeriaacruz@gmail.com](mailto:rogeriaacruz@gmail.com)

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – [nirce.sul@gmail.com](mailto:nirce.sul@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho queremos apresentar uma das atividades de Extensão provenientes do Programa Vizinhança, sendo que esta ação tem como principal objetivo fornecer assistência técnica para habitações promovidas pelo programa PAC – Urbanização de Assentamentos Precário. Entretanto, devido a pandemia do novo Coronavírus no ano de 2020, o contato direto com a população, necessário para a realização destas práticas foi comprometido.

Esta ação de Extensão é desenvolvida dentro do projeto “Aprendendo com o usuário. Estratégias de transformação do espaço habitacional.” em conjunto ao projeto “Vizinhança no campus Anglo - interação com a comunidade pelotense!” ambos pertencentes ao programa Vizinhança, que abarca ações e projetos de diversas áreas do conhecimento de modo a promover a interação entre o meio acadêmico e a comunidade.

A criação deste grande programa se justifica a partir do estabelecimento do campus Anglo da UFPel nas instalações de um antigo frigorífico, localizado em uma região da cidade de alta vulnerabilidade econômica e social, dessa forma, requerendo que a universidade atue ativamente naquela área.

A finalidade desta ação extensionista, que necessitou adaptar-se as novas condições impostas pela pandemia do COVID 19 no ano de 2020, é melhorar a qualidade de vida da comunidade do Loteamento PAC Anglo, na área da Balsa, localizado na região portuária da cidade Pelotas/RS. Esta ocorre, através de intervenções construtivas que possam ser realizadas em autoconstrução com materiais de baixo custo e sustentáveis, afim de melhorar o conforto térmico e espacial das unidades habitacionais. Busca também, promover a conscientização da comunidade sobre a relação saúde-moradia por meio de palestras e oficinas ligadas a área da saúde e possibilitar a interação da comunidade com o espaço físico da universidade.

A área do Anglo, região que foi economicamente importante no desenvolvimento da cidade, sofreu um retraimento com o fechamento de grande parte das empresas que localizavam-se naquele local, interferindo diretamente no empobrecimento desta região e na diminuição da qualidade de vida das famílias ali residentes. O Programa de Aceleração do Crescimento - Urbanização de Assentamentos Precários - destinado a famílias de renda entre 0 e 3 salários mínimos e executado em Pelotas através do Programa PAC Farroupilha (DUTRA, 2017), comprometeu-se a requalificar a área por meio de melhorias na infraestrutura urbana e provisão de habitações de cerca de 36m<sup>2</sup>, constituídas de dois dormitórios, sala com cozinha, um banheiro e um pátio, para a realocação de 90 famílias em área de risco e 20 moradias para reversão de precariedade.

Já no primeiro ano após a entrega, muitos dos moradores reformaram em auto construção a casa original ocupando o espaço do pátio para acrescentar

cômodos e aumentar os espaços de serviço. Estas reformas, normalmente geram células estruturalmente precárias, muitas vezes criadas com materiais e componentes de baixa qualidade (Figuras 1, 2, 3 e 4).



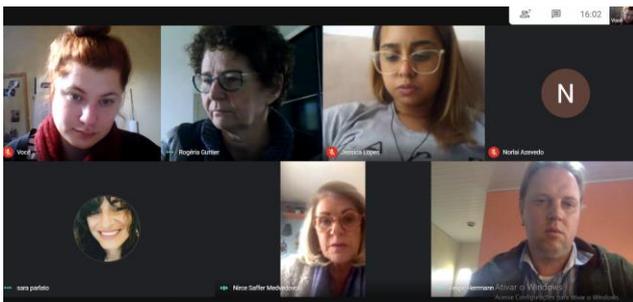
Figuras 1, 2, 3 e 4: Reformas e ampliações realizadas nos pátios das casas.  
Fonte: Acervo dos autores, 2019.

As condições climáticas internas pioram consideravelmente, mesmo que já fossem precárias, devido também a uma distribuição espacial irregular. A falta de aberturas suficientes também afeta a relação das casas com o espaço exterior, muitas vezes percebida como um lugar hostil e inseguro. A proposta da ação de extensão é usar a estratégia de adição – uma intervenção que prevê o enxerto de volumes em arquiteturas já existentes (GASPARI, 2012) - como uma ferramenta para transformar os edifícios e obter melhorias significativas, sobretudo no conforto climático.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para o estudo, ainda em andamento, baseia-se na junção do métodos de pesquisa tradicional com um trabalho de extensão com a comunidade, sendo realizada em 5 grandes etapas. Os dados obtidos com o trabalho de Extensão (levantamentos arquitetônicos, fotográficos e entrevistas) são fundamentais para a realização das avaliações e projetos, assim como, os resultados da pesquisa (simulações computacionais) são necessários para a implementação das ações de extensão, que são o cerne deste projeto.

No caso deste projeto, procuramos nos adequar às novas modalidades impostas pela pandemia. Um programa de trabalho alternativo abrangendo às necessidades de distanciamento social foi obtido através de vídeo chamadas, o que culminou na união de forças de outros projetos do Programa Vizinhança. Isso pôde acontecer porque a pesquisa já estava em estágio avançado, e toda a atividade de extensão inicial já havia sido feita, também foram realizadas visitas ao bairro respeitando os decretos emitidos pelo município (Figura 5 e 6).



Figuras 5 e 6: Reuniões realizadas por vídeo chamada e visita ao bairro com medidas de proteção e distanciamento. Fonte: Acervo dos autores, 2020.

A primeira etapa consistiu no estudo da história do bairro e da região, para entender as evoluções e transformações que ocorreram na área, para isso, foram examinados outros trabalhos realizados no mesmo local (JORGE, L. O. et al., 2017; KERKHOFF, 2017; DUTRA, 2017).

Na segunda fase ocorreu a definição dos participantes do projeto: sete famílias se dispuseram a reformar suas casas. Por meio de entrevistas e levantamentos as problemáticas e necessidades dos moradores começaram a emergir. As sete habitações analisadas são unifamiliares e térreas com diferentes orientações.

A ação seguinte consistiu na verificação das questões críticas climáticas e espaciais dessas moradias através da simulação computacional. As variáveis de saída nas análises de conforto térmico são a temperatura externa e a temperatura operativa de cada uma das zonas térmicas. Como índice térmico para a definição da zona térmica de conforto foi utilizado o Conforto Adaptativo com 80% de aceitabilidade da ASHRAE 55 (ASHRAE, 2013). Para realização das simulações o software utilizado foi o EnergyPlus, versão 8.7.

A fase atual compreende o desenvolvimento dos projetos e análise das simulações computacionais dos mesmos. O dispositivo de melhoria do comportamento térmico, para essas habitações, envolve o isolamento do telhado, que é a zona das unidades habitacionais com as maiores perdas de calor e também um dispositivo de absorção de calor para anexar à fachada. A simulação do nível de conforto térmico das zonas térmicas das habitações, foi realizada com base na coleta de dados reais de uso, ocupação e operação de janelas, por meio de entrevistas e levantamentos.

A última etapa do projeto prevê a realização de um mutirão - focado na autoconstrução - com os moradores do Loteamento Anglo para a produção dos dispositivos arquitetônicos propostos, de modo que estes sejam facilmente replicados pela comunidade na posterioridade.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento fichas com o levantamento e modelagem 3D da situação atual e seus respectivos projetos já foram apresentadas aos habitantes, também já foram realizadas as simulações computacionais dos mesmos. Essas fichas que foram entregues tem o intuito de criar uma relação de confiança entre o usuário e o pesquisador extensionista: o habitante participa de fato do projeto.

As principais problemáticas já foram identificadas e se repetem em todas as unidades analisadas. Além dos problemas climáticos, a falta de espaço disponível na residência foi um dos principais problemas que emergiram.

Dois dispositivos foram idealizados: o primeiro utiliza embalagens Tetra Pak para a criação de uma manta isolante que será anexada ao telhado das edificações para evitar a perda de calor interna; o segundo dispositivo funciona como um elemento de captura solar, feito de placas de PVC com coloração escura em uma de suas faces propiciando a absorção de calor durante o inverno e na outra uma coloração mais clara para o uso durante o verão, são removíveis e ficam anexadas à fachada.

Como resultado final, para cada casa examinada, têm-se um projeto que melhora o conforto, a estética e o bem-estar dos moradores. Devido a pandemia causada pelo Coronavírus o mutirão para a construção destes dispositivos, previsto como última etapa do projeto, teve que ser adiado.

#### 4. CONCLUSÕES

Buscamos ilustrar aqui como uma das atividades de extensão da Universidade Federal de Pelotas adaptou-se às necessidades recentes em decorrência da pandemia, descrevendo como foi necessário transformar a abordagem com a comunidade e o método de trabalho. Foi um grande desafio para os docentes e discentes encontrar novas formas de interação. Ainda assim os objetivos do projeto de extensão foram alcançados. Conclui-se, que as habitações e suas modificações apresentam um déficit acentuado em sua qualidade térmica, o que força o usuário a viver em condições precárias e que a realização de um mutirão para a construção dos dispositivos arquitetônicos pode ser uma solução pós pandemia.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHRAE. **Standard 55-2013**: Thermal environmental conditions for human occupancy. [S.I.] Atlanta, 2013.

DUTRA, Janice, J. C. **Construindo a cidade e a cidadania: avaliação da implementação e da satisfação do usuário do PAC Urbanização de Assentamentos Precários no loteamento Anglo, Pelotas-RS**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

GASPARI, Jacopo. **Trasformare l'involucro. La strategia dell'addizione nel progetto di recupero. Tecnologie per la riqualificazione sostenibile del costruito**. Monfalcone: EdicomEdizioni, 2012.

JORGE, Liziane O. A transformação espontânea das unidades habitacionais do loteamento Anglo em Pelotas/RS: Reflexões sobre a urgência do conceito de Habitação Social Evolutiva. **Cadernos PROARQ 29**. Rio de Janeiro, p.122-153, 2017.

KERKHOFF, Hélen V. **Mobiliário para Habitação de Interesse Social: conflitos, percepção e satisfação dos usuários. O caso PAC-Anglo, Pelotas, RS**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas

MEDVEDOVSKI, Nirce. S.; DUTRA, Janice, C. Loteamento Anglo/Pelotas -RS - uma avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento - urbanização de assentamentos precários. In: **3º CIHEL . CONGRESSO INTERNACIONAL DA HABITAÇÃO NO ESPAÇO LUSÓFONO, - HABITAÇÃO, CULTURA E ECOLOGIA DOS LUGARES**. São Paulo, 2015, p. 232-251.

## MÁSCARAS CUIDATIVAS: UMA EXTENSÃO VINCULADA À POPULAÇÃO

FERNANDA LAMPERT<sup>1</sup>; LAURA DE AZEVEDO GRACIANO<sup>2</sup>; KAUANY NOELLE EWALD<sup>3</sup>; GILMARA NOLASCO BILHARVA<sup>4</sup>; WILLIAN SILVA BARROS<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas - felampert97@gmail.com

<sup>2</sup>Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas - lauraagraciano@hotmail.com

<sup>3</sup>Faculdade de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas -  
kauanynoelle@gmail.com

<sup>4</sup>Universidade Católica de Pelotas - bilharvagilmara@gmail.com

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas - willian.barros@ufpel.edu.br

### 1. INTRODUÇÃO

Os primeiros casos de um novo coronavírus foram notificados em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Esse vírus é responsável por causar a COVID-19, doença que apresenta um alto contágio (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020a). Em meados de abril de 2020, o Ministério da Saúde notificou que “recomenda o uso de máscaras de pano entre toda a população brasileira”; a partir daí, surgiu a necessidade de fabricação, distribuição e uso de máscaras caseiras entre todos os indivíduos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020b).

Nesse sentido, foi idealizado pela equipe do ambulatório de cuidados paliativos da UFPel, o Projeto - “Máscara CuidATIVA: manto protetor da vida”. O objetivo inicial deste projeto foi manter o vínculo com os pacientes atendidos pelo instituto nesse contexto de pandemia, além de buscar evitar o progresso de contágio da doença. Diante da tamanha demanda de máscaras por parte da população, principalmente a mais carente, entendeu-se ser necessário ampliar o número de produção e distribuição de máscaras, juntamente com: informativo de como manusear e higienizá-las e panfletos de conscientização acerca da COVID-19. A ampliação destas ações foi possível devido à ajuda e trabalho realizado pelas equipes voluntárias, composta por costureiras, doadores financeiros para a produção de material impresso, alunos, técnicos e professores da Universidade Federal de Pelotas, além de pessoas físicas e empresas que realizaram doações de tecidos.

Os bairros carentes, com dificuldade de acesso, periferias e projetos sociais desenvolvidos no município de Pelotas/RS foram o principal foco de ação do projeto, sendo os primeiros contemplados. Em 4 meses, foram 50 mil máscaras *cuidATIVAS* distribuídas pelo projeto contemplando mais de 20 bairros da cidade. Além disso, também foram alcançadas comunidades quilombolas, indígenas, comunidade de pescadores artesanais, comunidades carcerárias e pessoas em situação de rua (MULLER, 2020).

Dessa forma, percebe-se que a distribuição gratuita de máscaras para a população pelotense de maior vulnerabilidade social foi benéfica e eficiente. Através de uma solução estratégica e de baixo custo, o projeto contribuiu para a proteção coletiva, colaborando com o controle da disseminação do COVID-19 na cidade (BUBLITZ, 2020). Dito isso, o presente trabalho tem como objetivo expor o vínculo do projeto com a população a que presta auxílio. Além disso, mostrar a importância do projeto no sentido de proteção da comunidade pelotense, principalmente se tratando de indivíduos vulneráveis.

## 2. METODOLOGIA

De acordo com o artigo "Uso de máscara facial para limitar a transmissão da COVID-19", é evidenciado que as máscaras caseiras de tecido atuam na captação de gotículas, as quais são o principal meio de contágio; essa forma de barreira protetiva possui um baixo custo de produção, além de fácil acesso a matéria prima, o que permite que todas as camadas sociais usufruam dessa medida de proteção (GARCIA, 2020). Em virtude disso, as máscaras caseiras, produzidas com duas camadas de algodão, foram confeccionadas e distribuídas para a população interna e externa à comunidade da UFPEL, usuária dos serviços da Unidade CuidAtiva.

Visto o avanço de casos de COVID-19 e a necessidade de que todos tenham acesso à proteção, o projeto aumentou a atividade, de forma gratuita e voluntária, abrangendo inicialmente o bairro Fragata, junto aos Supermercados Nicolini e Peruzzo. Posteriormente, de acordo com a necessidade da população se prevenir com o uso de máscaras, deu-se início ao processo de distribuição em diferentes bairros e comunidades (como, por exemplo: quilombolas, pescadores, indígenas, ONGs e UBS). Desse modo, aumentaram-se os esforços na busca de doativos de material e voluntários disponíveis para produzir e distribuir mais máscaras e folders explicativos. Todas essas ações de entrega das máscaras e de diálogo com a população sobre formas de proteção individual foram realizadas por voluntários equipados com máscaras, luvas e álcool 70%.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As práticas recomendadas de prevenção para o coronavírus não são totalmente acessíveis para a parcela da população que é carente e marginalizada. Isso ocorre devido à grande parte dessa comunidade sofrer de desabastecimento de água, renda baixa, pouco acesso à informação, moradias pequenas e impróprias e falta de saneamento básico, o que faz com que a pandemia tenha impactos diferentes sobre essa parcela da população (DE LIMA, 2020).

Conforme o aumento por medidas de prevenção e proteção por parte da população foram realizadas duas ações de distribuição chamadas de "Dia D", que resultaram na distribuição simultânea de 10.000 máscaras CuidATIVAS, tanto no Centro quanto nos bairros mais periféricos de Pelotas.

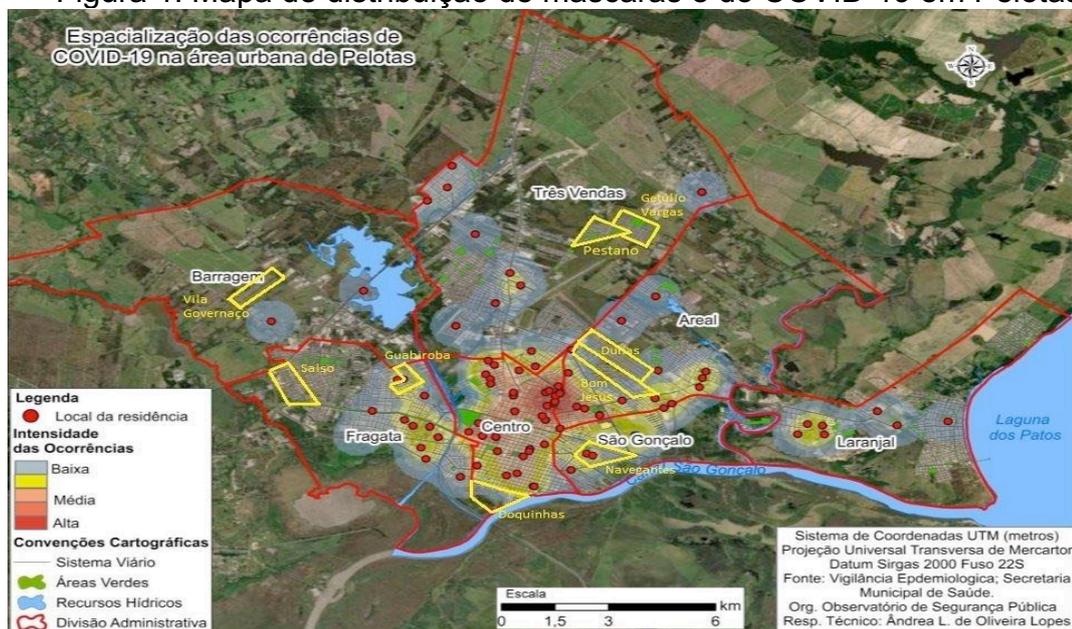
Dessa forma, o projeto Máscara CuidATIVA foi fundamental no processo de diminuição da dificuldade de acesso a essa forma específica de proteção, tendo inicialmente seu foco principal pessoas atendidas pela Unidade CuidATIVA e posteriormente em locais onde a população pelotense carece de recursos para realizar o isolamento e para adquirir máscaras. Até a primeira quinzena de setembro, foram distribuídas mais de 65 mil máscaras, todas gratuitas, para a população dos diversos bairros do município, por meio de parcerias com instituições, ONGs, projetos acadêmicos, empresas, pessoas da sociedade civil, lideranças e associações de bairros.

Algumas dessas parcerias foram fundamentais para a realização das entregas em bairros e lugares estrategicamente carentes, como, por exemplo, a ação das lideranças comunitárias com o projeto "Máscaras CuidATIVA: Manto Protetor da Vida", no qual essas lideranças exerceram o papel de diálogo entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa, facilitando o ingresso da universidade dentro das comunidades, organizações e projetos externos. No geral, foram parceiros no auxílio da conscientização da comunidade sobre as medidas de

higiene, sobre o cuidado com o próximo e sobre os cuidados que são essenciais para a higiene e saúde em tempos de pandemia. É importante ressaltar essa questão, uma vez que essas lideranças desenvolvem o papel zelo pelas questões comuns de sua comunidade, contribuindo para resolução de suas problemáticas, e, indiretamente, cooperando com o projeto Máscara CuidATIVA, atingindo o maior número de pessoas e regiões do município.

Segundo o Observatório de Segurança Pública de Pelotas, em sua análise de zoneamento de casos confirmados do COVID-19, até o dia 10 de setembro do corrente ano, as zonas de periferia tiveram prevalência da doença reduzida de infectados se comparados com bairros mais centrais (SENNÁ, 2020), como pode ser visto na Figura 1, em que as áreas circuladas em amarelo representam os locais onde as máscaras foram entregues.

Figura 1. Mapa de distribuição de máscaras e do COVID-19 em Pelotas.



Fonte: Grupo de Pesquisa do projeto Máscara CuidATIVA (junho 2020)

Esse dado é muito relevante, uma vez que mostra que o projeto cumpriu seu papel de desacelerar o alcance da COVID-19 em bairros vulneráveis. Não é novidade, na literatura científica, que bairros e comunidades carentes sofrem mais, quando comparados a comunidades com maior poder aquisitivo, com doenças decorrentes da falta de serviços básicos de higiene, como o caso das enfermidades dengue, febre amarela, poliomielite (DE LIMA, 2020), por isso, conclui-se a relevância do projeto.

#### 4. CONCLUSÕES

Em suma, o projeto “Máscara CuidATIVA: manto protetor da vida” estendeu-se a um grupo organizador muito grande, com envolvimento de muitos colaboradores, através dos donativos dos serviços voluntários, seja de costura ou de distribuição nas comunidades. Além dos inúmeros benefícios que trouxe para a comunidade envolvida na organização (como costureiras voluntárias), atingiu de forma exemplar a população carente de Pelotas. Isso fez-se necessário, uma vez que não é novidade que bairros e comunidades de menor poder aquisitivo sofrem de

falta de higiene básica e problemas com saneamento básico, que se envolvem indiretamente com doenças respiratórias, como a COVID-19.

Além de achatar a curva e diminuir a incidência da doença, o projeto articulou-se de forma que a população pelotense conhecesse mais a Unidade CuidATIVA e se unisse mais a ela. A inovação foi contemplada através de um rápido, fácil e efetivo entrosamento com as comunidades, diminuindo distâncias que separam uma sociedade carente e órgãos de saúde coletiva. Dessa forma, o projeto alcançou o objetivo de cuidar da população e também aperfeiçoou o vínculo da comunidade com a Cuidativa e a Universidade, mesmo após a pandemia.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUBLITZ, J. **Pelotas é o único município com mais de 200 mil habitantes sem mortes por coronavírus no Brasil.** Zero Hora, 17 jun. 2020. Acessado em 19 set. 2020. Online. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/06/pelotas-e-o-unico-municipio-com-mais-de-200-mil-habitantes-sem-mortes-por-coronavirus-no-brasil-ckbjthbtp007w015n4ui211b4.html>

DE LIMA, J.D. **Por que as periferias são mais vulneráveis ao coronavírus.** Nexo Jornal, 18 mar. 2020 (atualizado 23 mar. 2020). Acessado em 20 set. 2020. Online. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/18/Por-que-as-periferias-s%C3%A3o-mais-vulner%C3%A1veis-ao-cornav%C3%ADrus>

GARCIA, L.P. Uso de máscara facial para limitar a transmissão da COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v.29, n. 2, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sobre a doença.** Ministério da Saúde, Brasília. Acessado em 21 set. 2020a. Online. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Máscaras caseiras podem ajudar na prevenção contra o coronavírus.** Ministério da Saúde, Brasília, 02 abr. 2020. Acessado em 21 set 2020b. Online. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46645-mascaras-caseiras-podem-ajudar-na-prevencao-contra-o-coronavirus>

MÜLLER, J. **Iniciativa já distribuiu 50 mil máscaras em Pelotas.** Diário Popular, Pelotas, 24 jul. 2020. Acessado em 21 set. 2020. Online. Disponível em: <https://www.diariopopular.com.br/geral/iniciativa-ja-distribuiu-50-mil-mascaras-em-pelotas-153077/>

SENNÁ, A. **Areal registra aumento de casos de coronavírus.** Prefeitura Municipal de Pelotas, Pelotas, 15 set. 2020. Acessado em 15 set. 2020. Online. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/areal-registra-aumento-de-casos-de-coronavirus>

## Resistência e resiliência: projeto PELEJA e a educação popular que ajuda a construir os sonhos dos terceirizados da UFPEL

ROSANA IVANETE OLIVEIRA DA ROCHA<sup>1</sup>; ALESSANDRA GASPAROTTO<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas 1 – roserior28@gmail.com 1

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas – sanagasparotto@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa relatar como foram desenvolvidas as ações educativas direcionadas às/aos trabalhadores/as terceirizados/as que atuam na Universidade Federal de Pelotas, através do PELEJA - PROJETO DE EXTENSÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA UFPEL. O projeto foi elaborado para contribuir com a autonomia desses trabalhadores e dessas trabalhadoras, com base nas concepções pedagógicas da educação popular, para que eles se percebam como parte da Universidade. Para autora Renata Vieira Rodrigues Severo na sua tese de doutorado *As relações de trabalho e a terceirização: Um estudo com as trabalhadoras do setor de conservação e limpeza em um órgão público*, “a importância de interligar as relações de trabalho, relações pessoais das trabalhadoras e como elas se figuram dentro de instituição bem como as necessidades que as mesmas poderiam ter”. E ter acesso a educação se configura uma delas, para que eles se percebam sujeitos formadores da sua história e também sujeitos políticos.

O projeto consiste em promover atividades e cursos de formação que possam qualificar estes/as trabalhadores/as e garantir acesso a conhecimentos produzidos na universidade. Para que isso acontecesse foram organizadas aulas preparatórias para a realização da prova do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), que permite que pessoas que abandonam a escola possam concluir o Ensino Fundamental e/ou Médio. No livro *Cultura Rebelde*, produzido por Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Assumpção, “a educação escolar era não só um direito de todos os cidadãos, mas o meio mais imediato, justo e realizável de construção das bases de uma sociedade democrática.

Outro ponto promovido para as/os terceirizados/as de Serviços de Limpeza, que atuam no setor de conservação e limpeza da UFPEL que são formado em sua maioria por mulheres, as colaboradoras variam com as idades 34 anos 61 anos, sendo que em grande parte delas possuem atividades laborais extras além de cuidados com a casa, filhos e parentes idosos, as ações também incluem atividades de formação sobre temas vinculados às áreas da educação, saúde, direito e trabalho, que foram desenvolvidas ao longo do segundo semestre de 2019. Esses processos e ações foram trabalhados de maneira simples com a aplicação de palestras e oficinas administradas por especialistas e voluntários das áreas referente a cada assunto abordado, com intuito de promover formações dos participantes partindo do princípio que todos possuem saberes e que estes saberes podem e devem ser divididos e multiplicados no grupo, salientando que todos os sujeitos podem se tornar atuantes no espaço que dispõe. A autora Caroline Cardoso Silva que relata em seu TCC a importância de dar empoderamentos para estas mulheres, pois elas são capazes de transformar não apenas elas mas todos que estão ao seu redor.

### 2. METODOLOGIA

A estrutura do Projeto PELEJA foi elaborada com base de um diálogo com os/as trabalhadores/as terceirizados/as que atuam na prestação de Serviços de Limpeza, o NUGEST (Núcleo de Gestão de Serviços Terceirizados) e a SUINFRA/UFPEL. Partindo dessa conversa, a proposta metodológica do Projeto focou em duas partes principais. A primeira parte está centrada na oferta de aulas preparatórias para a prova do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) para os/as trabalhadores/as que ainda não possuem o Ensino Fundamental ou Médio completos. No ano de 2019, essas aulas foram aplicadas entre os meses de junho e agosto, até a data de realização da exame, todas as quartas-feiras no período da tarde, iniciando às 13:30 e terminando às 16:00. A outra proposta se constituiu na realização de atividades de formação mensais que se direcionam a todos/as os/as trabalhadores/as que atuam na prestação de Serviços de Limpeza. Os temas destas palestras foram previamente escolhidos com base nos diálogos e de sugestões colhidas com os/as próprios terceirizados/as, a partir de um encontro inicial e da aplicação de um questionário.

As respostas estudadas, contribuíram para elencar as demandas e interesses. Assim conseguimos construir um Cronograma Inicial, com datas e temáticas que foram abordados: Educação e Trabalho em Setembro, neste encontro foi conduzido uma roda de conversa com a intenção de promover uma troca de saberes e vivência se utilizando apresentação de vídeos lúdicos e uma fala sobre a importância de se incentivar a Educação Popular ajudando assim ressignificar os saberes de cada participante com suas experiências.

Saúde e Trabalho em Setembro neste encontro tivemos a colaboração projeto de extensão Barraca da Saúde UFPEL e foi feito por meio de uma parceria entre os alunos de Enfermagem e Jornalismo e o Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas onde foi feita uma fala sobre necessidade de cuidar saúde no ambiente de trabalho e como saber onde acesso for necessário por consultas e exames. O pessoal da Barraca da Saúde também fez testes rápidos Hiv, diabetes e averiguação da pressão e temperatura e aplicação de Reiki é uma técnica considerada como terapia integrativa, a fim de restaurar o equilíbrio físico, regularizar suas funções vitais e equilibrar o campo mental e emocional.

Direitos dos/as Trabalhadores/as em Outubro, Direito Previdenciário em Novembro, nestes encontros foram com especialistas dessa área que ajudaram a tirar as dúvidas dos nossos trabalhadores/as terceirizados/as sobre as mudanças na leis trabalhista e previdenciário. Noções Básicas de Informática em Dezembro este foi nosso último encontro formativo pois se tratou de uma oficina prática sobre as mais noções básica de internet e do uso de computadores, telefones e tablets para acesso às redes sociais.

Além das aulas, foram criadas ferramentas de comunicação e divulgação de materiais educativos (cartilhas, provas, vídeo-aulas, etc), para complementar a formação, como um grupo na rede social facebook e um grupo no whatsapp. As ações também incluíram atividades culturais, como exibição de vídeos, apresentações musicais ou teatrais, entre outras atividades que permitam oportunizar a estes/as trabalhadores/as acesso à conhecimentos produzidos na universidade.

No ano de 2020 devido a Pandemia do COVID-19 e as recomendações de se manter em quarentena nossas ações para a continuidade do projeto foram totalmente on-line, contudo algumas intervenções foram tomadas. Primeiramente foi enviada uma carta (e mail) para o NUGEST para saber quais seriam as

medidas segurança no trabalho durante a Pandemia tomadas para garantir a saúde e bem estar dos trabalhadores/as terceirizados, mediante as informações podemos elaborar um formulário aplicado nas trabalhadoras(as) terceirizadas online através plataforma Google forms aberto a partir do dia 6/6/2020 e ficou online por quase 1 mês e meio. O intuito deste questionário era saber como estão estes colaboradores neste período de pandemia bem como formulamos uma base para as futuras ações do projeto. A partir das análises das respostas extraídas do questionário as seguintes medidas foram acatadas: Fazer um mapeamento das funcionárias sobre seu local de trabalho e suas necessidades (materiais de proteção, álcool, máscaras, luvas e alimentos); Falar com a PRAE sobre a possibilidade de doações de chips telefônicos para as funcionárias que querem prestar a prova encceja para assim terem acesso a internet; Fazer contatos com nossos colaboradores e saber a possibilidades de os mesmos produzirem material didático sobre a prova do encceja e imprimir e distribuir para os mesmo; Fazer um modelo de Cartaz para informar as terceirizadas sobre os canais de contatos do Projeto( página do Facebook, Whatsapp); Elaborar uma carta conjunta para as terceirizadas expressando nossas preocupações considerações em relação a elas .

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na segunda metade do semestre de 2019 nos meses de junho, julho e agosto o Projeto foi iniciado. A partir das atividades desenvolvidas, esperávamos atingir um público significativo de trabalhadores/as terceirizados/as que atuam na UFPel. Contudo conseguimos alcançar um considerável número de servidoras que atuam nos seguintes prédios da UFPel: Anglo, Cotada, Faurb, ICH, Biblioteca do ICH, Campos 2, em média por encontro|aula tinha um total de 20 a 30 participantes. Ao desenvolver atividades que oportunizam a formação qualificada a estes/as trabalhadores/as, percebemos que os mesmo eram bastantes participativos em cada encontro, sempre compartilhando suas dúvidas quanto às matérias que eram ministradas pelos professores voluntários e contribuindo com suas experiências e vivências para com os colegas, auxiliando e incentivando os mesmos a serem aprovados no ENCCEJA e/ou garantindo espaços de formação mais geral. Quanto aos resultados aguardados podemos salientar que em sua grande maiorias os trabalhadores inscritos no exame ENCCEJA conseguiram atingir suas metas particulares e obtendo assim a conclusão do ensino fundamental ou médio através do resultado da prova. Além de garantir espaços educativos a estes sujeitos na Universidade, é qualificar o ambiente de trabalho e garantir uma melhor integração e valorização destes/as trabalhadores/as na universidade, através das palestras ministradas nos meses de outubro e novembro. Quanto aos resultados esperados de 2020 podemos salientar que as demandas com base nas informações contidas nos formulários preenchidos pelos trabalhadores/as, como preparação de material estudos relativo ao exame ENCCEJA impresso e vídeos aulas. Estas ações estão sendo efetivadas da melhor maneira possível considerando este período de Pandemia e as restrições que todos estamos passando.

### **4. CONCLUSÕES**

Neste trabalho abordamos como foi a aplicação do projeto PELEJA - PROJETO DE EXTENSÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA UFPEL que promoveu as ações educativas direcionadas

às/aos trabalhadores/as terceirizados/as que atuam na área de Serviços de Limpeza da UFPel, com intuito de auxiliar os/as trabalhadores/as que ainda não possuem o Ensino Fundamental ou Médio completos a participar do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) e também promovendo atividades de formação sobre temas vinculados às áreas da educação, saúde, direito e trabalho. Podemos concluir que a baixa adesão quanto ao número de pessoas que fizeram parte do projeto se deu ao fato que houve uma falha na comunicação em informar as terceirizadas sobre a existência e a importância do mesmo, outro ponto a ser citado foi que aqueles trabalhadores/as que participaram do projeto conseguiram atingir seus objetivos que era a conclusão do ensino fundamental ou médio por meio das aulas administradas. Cumprindo assim todos nossos objetivos que eram as ações educativas e promovendo atividades de formação sobre temas vinculados às áreas da educação, saúde, direito e trabalho.

Este trabalho foi muito importante para compreender as demandas que os nossos trabalhadores/as terceirizados necessitam pois o trabalho terceirizado, de forma geral, se constitui a partir de uma lógica de precarização. Na UFPel existe um considerável número de servidores que atuam na área da conservação e limpeza que não conseguiram alcançar em tempo hábil o ensino formal e portanto não concluíram o Ensino Fundamental e Médio e outros/as, apesar de já terem concluído a Educação Básica, tem demandas por outras atividades de formação, que possam ampliar suas perspectivas de trabalho – e de vida. Neste sentido, a realização do presente Projeto se justifica, na medida em que visa garantir a estes/as trabalhadores/as o acesso à educação de qualidade, de forma a qualificar seu ambiente de trabalho e fortalecer sua autonomia e formação individual e coletiva.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livro

Brandão, Carlos Rodrigues **Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora / Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Assumpção.** – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. – (Educação popular)

### Tese/Dissertação/Monografia

SILVA, Caroline Cardoso da. **“Maria, Maria, É o som, é a cor, é o suor, É a dose mais forte e lenta, De uma gente que ri, Quando deve chorar”:** Notas sobre experiências de trabalhadoras terceirizadas nos setores de limpeza na Pelotas atual. 2018 Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal, como requisito à obtenção ao título de Licenciado em História.

SEVERO, Renata Vieira Rodrigues. **AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A TERCEIRIZAÇÃO: UM ESTUDO COM AS TRABALHADORAS DO SETOR DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EM UM ÓRGÃO PÚBLICO.** 2019. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestra em Sociologia.

## EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIAS: NOTAS E VIVÊNCIAS DE UM CURSINHO POPULAR

EVELYN SAMPAIO ALVES<sup>1</sup>; KETELIN DA SILVA MACIEL<sup>2</sup>; DANIELA DE  
CARVALHO CIRIACO<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Unisagrado – [evelyn.alves98@gmail.com](mailto:evelyn.alves98@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Paulo – [ketelinmaciel.15@gmail.com](mailto:ketelinmaciel.15@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal de Uberlândia – [daniela.ciriaco@ufu.br](mailto:daniela.ciriaco@ufu.br)

### 1. INTRODUÇÃO

Historicamente, com o processo de escravização e colonização houve uma construção e projeção de um imaginário racista e hierarquizante. Assim, o racismo se estabelece de forma estrutural e estruturante dentro das relações sociais e se concretiza a partir e por relações de poder, delimitando os espaços ocupados pela branquitude e a exclusão e marginalização da população preta como mecanismo de categorização, bem como em espaços como as universidades que partem de uma estrutura branca, eurocêntrica e elitista (ALMEIDA, 2019).

Neste sentido, a presença da população preta, pobre e periférica nas universidades brasileiras é resultado de um processo constante de luta e mobilização do movimento negro por políticas públicas e ações afirmativas que possibilitem o acesso ao ensino superior, minimizando a enorme distância social, econômica e política que separam negros e brancos (FONSECA, 2009).

Deste modo, quando falamos de políticas públicas, referimos a ações que buscam assegurar constitucionalmente os direitos de cidadania e o bem-estar social. É fato, que os direitos básicos foram e continuam sendo negados à população negra, inclusive na esfera da educação, a qual apesar de alguns avanços ainda exige organização e luta para combater os privilégios.

Com o objetivo de avaliar a qualidade de ensino, o Ministério da Educação, em 1998, criou o ENEM. Nos últimos anos ele tem sido o principal meio de ingresso em universidades do país já que grande parte das instituições federais utilizam o ENEM para seleção dos estudantes (BRASIL, 2019). Com base nos resultados obtidos no ENEM, os estudantes são incluídos em programas de auxílio ao ingresso como: Sistema de Seleção Unificada (escolhe os candidatos para as vagas oferecidas para universidades públicas), o Programa Universidade para Todos (concede bolsas integrais ou parciais em faculdades particulares para estudantes de baixa renda) e o Fundo de Financiamento Estudantil (com a finalidade de financiar a graduação do ensino superior de faculdades particulares).

Apesar dos avanços no que se refere às políticas de acesso ao ensino superior é evidente que não são suficientes para recuperar os séculos de exclusão e desigualdade. Isto, porque nesta estrutura de sociedade a intersecção entre raça, classe e gênero é determinante na forma como estes espaços são

acessados (AKOTIRENE, 2019), e isto pode ser identificado também no âmbito educacional.

Em período de isolamento social com escolas de educação básica, universidades e centros de ensino de portas fechadas, é que podemos ver como o direito de estudar se dá de maneira desigual dentro da sociedade. Inclusive, a falta de condições básicas para ensino de estudantes mais pobres pode agravar o abismo educacional que existe no país (BABROSA; CUNHA, 2020, p. 33).

A permanência dessa desigualdade também se evidencia na resistência das autoridades responsáveis ao não adiamento do ENEM. Foi por meio da organização, articulação, pressão e luta das organizações e movimentos sociais que o adiamento tornou-se possível, garantindo condições mínimas para que alternativas pudessem ser construídas.

Neste contexto, surgem redes de educação popular, como ações, cursinhos, processos formativos e gratuitos para a população periférica, sendo essas ações uma forma de democratizar o acesso, já que compreendem as especificidades destes processos de desigualdade.

É neste cenário que é construído o Projeto SOS Enem, como um movimento de resistência que tem como objetivo ser um instrumento de auxílio nos estudos e na preparação dos estudantes pretos e da periferia no acesso ao ensino superior.

Desta forma, o trabalho visa apresentar um recurso provisório para o preparo dos estudantes em tempo de pandemia por meio das mídias digitais em um momento importante de sua vida: a trajetória para ingresso na universidade pública.

## 2. METODOLOGIA

Inicialmente começamos com a proposta de discutir acerca das vivências da população preta. Com base nessas discussões e conectadas com a atual conjuntura da luta pelo adiamento do ENEM identificamos que era necessário construir estratégias que pudessem contribuir com o processo formativo dos estudantes pretos, pobres e periféricos.

É neste contexto que surge a proposta do SOS ENEM. O projeto de educação popular SOS Enem é um cursinho pré-vestibular gratuito e realizado por plataformas digitais, contemplando todas as matérias e conteúdos cobrados no Enem e vestibulares. Os conteúdos das disciplinas são ministrados por alunos do ensino superior de acordo com sua área de formação. Os professores atuam no projeto de forma voluntária, exatamente por compreender a necessidade e o compromisso com o processo de formação das juventudes negras, pobres e periféricas.

O cursinho inicialmente se realiza com 37 professores, 240 alunos inscritos, sendo 47,5% com o ensino médio regular já concluído e 41,7% no terceiro ano do ensino médio. As aulas eram realizadas ao vivo e complementadas com plantões de dúvidas e correções de listas de exercícios.

Ao longo do processo houve a necessidade de reformular a forma que o curso estava sendo realizado, compreendendo as suas limitações organizacionais e as necessidades acusadas pelos inscritos, as aulas passaram a ser gravadas e

disponibilizadas em arquivos para que o conteúdo fosse acessado de acordo com a disponibilidade de cada estudante.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o desenvolvimento do projeto foi possível identificar a necessidade e potencialidade dessas ações. Construções coletivas como esta não trazem garantia de acesso, mas possibilitam a construção de um espaço de formação, de construção e de laços que contribuem para romper com as barreiras impostas por essa sociedade racista, heteropatriarcal e classista.

Este projeto efetiva-se como um movimento de resistência entre os alunos e professores que compreendendo os determinadores sociais de classe, raça e gênero que se perpetuam na sociabilidade dos sujeitos reconhecem a importância do processo formativo de qualidade dos estudantes para a inserção no ensino superior e principalmente em instituições públicas.

Com base nos relatos fica evidente como a construção e a participação no projeto contribuíram para que as juventudes negras vissem a universidade como um caminho possível, como um espaço que podem e devem ocupar.

Deste modo, com a realização dessa proposta os objetivos propostos foram alcançados, os conteúdos foram ministrados, as atividades e exercícios desenvolvidos, as dúvidas sanadas.

Um dos desafios encontrados ao longo desse percurso foi a permanência da presença dos alunos nas atividades. No entanto, conforme sinalizado pelos próprios estudantes, essa continuidade, por vezes se inviabiliza pelas próprias condições materiais de reprodução, já que, os estudos são mais uma atividade além do trabalho e das demandas familiares. Isto identificado sinaliza a necessidade de construção de alternativas, de novos caminhos e outras possibilidades. Longe de inviabilizar o projeto, este fato apenas sinaliza o imperativo de uma reconstrução constante e coletiva.

### 4. CONCLUSÕES

Por meio deste projeto, vê-se que as ações realizadas coletivamente são de grande relevância social para as juventudes negras e periféricas obterem uma formação e preparo de qualidade de modo que resulte em um bom desempenho no Enem e vestibulares para ingressar na universidade pública, garantindo seus direitos básicos de acesso à educação que deveria ser provido pelo Estado.

Estes processos de organização é o aquilombamento dessa população, isto é, um espaço de trocas, de acolhimento e de afeto, e a garantia de sobrevivências por meio da educação, buscando a obtenção dos direitos descolonizados e emancipatórios que lhes foi roubado. Sendo assim uma forma de resistência histórica de um povo que se recusa a aceitar o destino que lhe foi imposto e por isso segue resistindo, lutando e construindo as suas próprias formas de acessar espaços como a universidade.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen: 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Histórico Enem**, Brasília, DF: Ministério da Educação, 23 out. 2019. Acessado em 26 de set. 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem/historico>.

BABROSA, Otavio Luis; CUNHA, Paulo Giovani Moreira da. **Pandemia e a precarização do direito ao acesso à educação**. RESENHAS ECONÔMICAS E PANDEMIA, [s. l.], v. 1, ed. 1, p. 33-36, 27 jul. 2020. Acessado em 26 set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/31745>.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, Dez. 2006. Acessado em 26 de set. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso).

## TEATRO DO OPRIMIDO NA COMUNIDADE: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NA ESCOLA PÚBLICA

ISMÁILER RODRIGUEZ BORGES; PROF<sup>a</sup> FABIANE TEJADA DA SILVEIRA

*Universidade Federal de Pelotas – ismailerborges@yahoo.com.br*  
*Universidade Federal de Pelotas – tejadafabiane@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

O Projeto de Extensão Teatro do Oprimido na Comunidade (TOCO) é coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fabiane Tejada da Silveira do Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), atualmente conta com 6 acadêmicos de graduação. O Projeto tem como objetivo inserir os acadêmicos na comunidade escolar e associações de bairros para levantar questões de situações de opressões e problematizá-las através da cena teatral. Em 2020 o projeto completou dez anos de atuação, ao longo deste tempo desenvolveu atividades em mais de três bairros da cidade de Pelotas e também nas cidades de Capão do Leão e São Lourenço do Sul.

O Teatro do Oprimido foi sistematizado por Augusto Boal durante a ditadura militar na década de 70, suas técnicas teatrais originaram-se em momentos diferentes da sua vida, algumas durante o seu exílio, e também a partir da necessidade da comunidade em que estava trabalhando. Boal visa problematizar os conflitos sociais tendo o teatro como ferramenta, pois, para ele, todos somos teatro, todos fazemos teatro. Boal pensou na necessidade de fazer um teatro dialógico, que instigue os indivíduos a falarem sobre a relação opressor/oprimido na sociedade. O educando se torna o personagem, com o viés de problematizar ações do contexto social, político e histórico onde está inserido, encontrando soluções para lidar com as opressões vivenciadas sem tornar-se o opressor.

Se o oprimido artista for capaz de criar um mundo autônomo de imagens de sua própria realidade e de representar sua libertação na realidade dessas imagens, poderá extrapolar, em seguida, para a sua própria vida, tudo o que tiver realizado na ficção. A cena e o palco tornam-se o campo de prova para a vida real (BOAL, 2009, p. 27).

O Teatro do Oprimido nos instiga a problematizar, quando chegamos na comunidade, e procuramos estimular aquele grupo para que consiga por si só identificar as opressões existentes tanto no ambiente escolar, quanto familiar e social e, a partir disso, encontrar soluções que sejam de diálogo. Além disso, a proposta é que os oprimidos não se tornem os opressores, já que, o objetivo não é inverter os papéis entre opressores e oprimidos.

Paulo Freire afirma que o ponto de partida para a educação como prática de liberdade são: a ética, a solidariedade e a libertação. Os oprimidos têm a tarefa de construir a liberdade de todos, de olhar, observar e se conhecer. Freire propôs uma educação que respeita os diferentes pontos de vista sobre um mesmo tema, acreditando que todos os indivíduos são capazes de expor determinada realidade.

A maneira sempre aberta como me experimentei em casa, com direito posto em prática de perguntar, de discordar, de criticar, não pode ser desprezada na compreensão de como venho sendo professor. De como, desde os começos de minha indecisa prática

docente, eu já me inclinava, convicto, ao diálogo, ao respeito ao aluno (FREIRE, 1993, p.83).

Na perspectiva do trabalho do projeto TOCO a obra de Freire nos indica que existem pensamentos diferentes sobre a realidade, e devemos escutá-los com atenção. É preciso levar em consideração a história de vida de cada indivíduo, a realidade em que vive determinado grupo social, o que configura a sua própria identidade.

## 2. METODOLOGIA

Desde que me tornei integrante do projeto, iniciamos conhecendo uns aos outros e se conhecendo, o processo inicial durou cerca de quatro meses, neste período estudávamos sobre Augusto Boal e Paulo Freire, debatíamos as opressões, nos conhecíamos e entendíamos o mundo ao nosso redor. Mesmo que sempre façamos isso por ser uma constante aprendizagem, troca de experiências e iniciação docente, era importante focar nisso para que entendêssemos o nosso projeto de extensão. Nos encontros é importante compartilhar com o grupo as vivências sociais e históricas ao qual estamos inseridos. A partir disso, desenvolvemos juntos atividades práticas de teatro do oprimido usando as técnicas de Augusto Boal que são: Teatro Imagem, onde o grupo monta a imagem congelada de uma cena de opressão, como exemplo racismo e homofobia e os que estão assistindo transformam-na em uma imagem em que não exista opressão. Foram usadas outras técnicas como: Teatro Fórum, Teatro Jornal e Teatro Invisível.

A partir dessas atividades práticas, com o debate, com a partilha e com o estudo, comecei a me reconhecer, a identificar as minhas próprias opressões. Além disso, percebi também o meu lado opressor que eu não identificava. O interessante do projeto é essa percepção da nossa relação com o mundo. Surgindo a vontade de conhecer outras formas de opressão, de estudar e observar o mundo ao meu redor. Para chegar na comunidade eu passei por esse processo para estar preparado e apto ao lidar com turmas de diversas idades que passam por situações adversas e perturbantes.

Nosso objetivo no projeto não é chegar na comunidade e dizer como jovens devem agir, e sim, sermos mediadores do teatro do oprimido e fazer com que eles, por si só, identifiquem as opressões e os desentendimentos e as injustiças que acontecem no contexto onde vivem. É uma forma de libertar o oprimido pensando na necessidade de não torná-lo opressor.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciei meu trabalho no projeto, como acadêmico em extensão dentro de uma escola estadual da cidade de Pelotas/RS, trabalhando por um ano e meio. Alunos de idades e personalidades distintas, turmas de 6º e 7º ano, entre 11 e 17 anos. Pela facilidade de comunicação, fui bem recebido por eles e era chamado de “O Professor de Teatro”. Sempre muito entusiasmados, receptivos e observadores. Desde o nosso primeiro encontro, dei a eles liberdade de se expressarem, falarem sobre suas dores, incômodos, dificuldades e além disso, a falarem sobre o que gostam de fazer, tanto dentro do ambiente escolar quanto no momento de lazer. Fomos nos conhecendo, e para mim, esse processo já era o ponto mais importante, pela forma com que os alunos falavam abertamente de suas vidas comigo.

Com o objetivo de falar sobre opressões usando o teatro como ferramenta, analiso e entendo que todo o processo feito foi necessário. O teatro dentro da escola é visto como um produto comercial, muitas vezes, concebido como se fosse apenas uma história contada por atores e atrizes com início, meio e fim. E pude fazer com que eles entendessem que o nosso objetivo não seria montar um espetáculo de teatro tradicional, mas levar em consideração nosso processo durante aquele tempo que estaríamos juntos. Dentro da escola, observei inúmeras formas de opressão, entre racismo, homofobia, machismo, e identifiquei professores que oprimiam os próprios alunos, rotulando-os.

Todas as opressões ali vistas, estão enraizadas na nossa sociedade, cada estudante ou professor daquela escola tem sua vida pessoal, com problemas familiares. Como o meu trabalho necessitava muito do corpo para fazer as atividades e nem sempre obtive sucesso porque nem sempre estavam dispostos, encontrei uma forma de me adaptar com os alunos, havia uma turma que não gosta de se exercitar, então usei a palavra como método para trocar algo com eles. Conversar era o que mais eles gostavam, portanto usei a conversa como uma ferramenta pela potência que nela existe. Havia outra turma que gostava muito de jogar futebol, usei disso para adaptar as minhas propostas, como por exemplo, usar a bola, fazer atividades em dois grupos, tarefas, exercícios físicos, até chegar nas técnicas de Boal.

Ao passar do tempo, criamos muita intimidade. As nossas conversações eram espontâneas, quando algum deles não se sentia bem para falar sobre alguma situação, me procuravam para conversar no particular. Foi muito produtivo todas as atividades desenvolvidas com os alunos que sempre se mostraram curiosos, pois nossas aulas fugiam da escola tradicional que eles estão acostumados. Obtivemos resultados positivos, pois os estudantes falavam sobre questões tão pertinentes na nossa sociedade e fez com que a troca de aprendizagem entre discentes e docentes fosse recíproca.

Ao concluir um ano e meio de projeto na escola, surgiu a pandemia e o TOCO precisou se adaptar a essa nova realidade. Hoje contamos com atividades remotas para acadêmicos novos com interesse de se integrar ao projeto de extensão. Projetamos lives e vídeos com convidados, com o objetivo de conversar sobre questões sociais e sobre o Teatro do Oprimido.

#### 4. CONCLUSÕES

Concluo que a extensão universitária beneficiou o meu ingresso dentro da comunidade escolar como uma forma de me preparar profissionalmente. Além de também beneficiar a escola com alunos universitários que levam até ela novas discussões e possibilidades de resignificar o espaço educativo. Enquanto estudante, vivemos mais tempo na “bolha” que é na maioria das vezes a universidade para quem não se envolve com a extensão ou outros projetos. No projeto pude estar na comunidade lidando com a realidade que me espera enquanto profissional.

A proposta do TOCO é inovadora porque aborda questões sociais presentes no cotidiano das pessoas, e poder falar/representar formas de opressão em espaços sociais nos dá a oportunidade de lutar pela sociedade mais justa e pela educação para a liberdade que tanto sonhamos. Paulo Freire diz que todos nós temos a ensinar e aprender, e com isso afirmo que aprendi muito com os estudantes envolvidos no projeto na escola, já que cada um de nós temos a nossa história e formas diferentes de inserção e compreensão da realidade.



## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOAL, A. **A Estética do Oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.
- BOAL, A. **Teatro do Oprimido: e Outras Poéticas Políticas**. São Paulo: Editora 34.

## INTEGRAÇÃO ENTRE OS NÚCLEOS DO IFRS *CAMPUS* ERECHIM: NAPNE, NEPGS, NEABI

MILENA MARIA BENDER<sup>1</sup>; PÂMELA IARA GRANOSIK<sup>2</sup>;  
GIOVANE RODRIGUES JARDIM<sup>3</sup>

<sup>1</sup>IFRS - Campus Erechim - [milenamariabender@gmail.com](mailto:milenamariabender@gmail.com)

<sup>2</sup>IFRS - Campus Erechim - [pamelagranosik@gmail.com](mailto:pamelagranosik@gmail.com)

<sup>3</sup>IFRS - Campus Erechim - [giovane.jardim@erechim.ifrs.edu.br](mailto:giovane.jardim@erechim.ifrs.edu.br)

### 1. INTRODUÇÃO

O projeto de extensão Integração entre os Núcleos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) está no segundo ano de atividades no *campus* Erechim, visando integrar atividades entre o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades (NEPGS), e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).

Na perspectiva de construção de pautas conjuntas e de espaços/momentos para o diálogo sobre as ações afirmativas, inclusivas e da diversidade, e de outras questões centrais para a sociedade contemporânea, o presente projeto tem oportunizado, a comunidade interna e externa, atividades de partilha de trabalhos realizados pelos núcleos, atividades de reflexão sobre a pluralidade humana, de forma a potencializar a dimensão de indissociabilidade em suas atividades de ensino, extensão e pesquisa.

Tendo início em 2019 com o propósito de organização do I Workshop de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade, a proposta de integração entre os núcleos do *campus* Erechim foi ampliada no formato de projeto de extensão, com atividades mensais de organização e planejamento, atividades específicas de cada núcleo, e ainda, um calendário comum de eventos. Iniciado no âmbito da extensão como fluxo contínuo, no ano de 2020 o presente projeto foi aprovado pelo edital de fomento interno de extensão do *campus* Erechim, e também no edital de Auxílio Institucional à Extensão – Ações Afirmativas 2020 da Pró-Reitoria de Extensão do IFRS. Assim, o projeto recebeu recursos institucionais para o custeio de sua execução, bem como duas bolsas PIBEX destinadas a discentes que atuam na equipe de execução como bolsistas com 16 horas semanais cada.

### 2. METODOLOGIA

Proposto em uma metodologia dialógica e participativa, o projeto de integração entre os núcleos possui uma dimensão *ad intra*, ou seja, a própria experiência de trabalho e de atividades já realizadas no *campus* e pelos núcleos de forma isolada, e neste sentido se propõe a um exercício continuado de pensamento alargado, sobretudo a partir de reuniões mensais entre os integrantes dos três núcleos para a organização e a avaliação de atividades comuns. Mas o projeto de integração também se propõe uma dimensão *ad extra*, ou seja, de uma relação dialógica e não unidimensional entre os parceiros e colaboradores externos, com a proposição, a execução e a avaliação das atividades dos núcleos.

No ano de 2019 o projeto foi realizado no *campus* Erechim do IFRS e em atividades nos municípios de Faxinalzinho, Marcelino Ramos, Paulo Bento, e em escolas municipais e estaduais da cidade de Erechim e da região. Em agosto de 2019 foi realizado o I Workshop de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade, que reuniu centenas de pessoas em oficinas, palestras, atividades culturais, atividades sensoriais, dentre outras, como partilha e construção da relação interna entre os três núcleos do campus, e de sua pauta comum de diálogo com a comunidade regional. Entretanto, embora tendo sido proposto a continuidade desta metodologia de trabalho para o ano de 2020, devido à pandemia de COVID-19 e a consequente suspensão das atividades acadêmicas pelo Conselho Superior do IFRS, no primeiro semestre não foram realizadas atividades.

Com a autorização no segundo semestre para a realização de projetos de extensão de forma não presencial, teve início a execução deste projeto com o planejamento, organização e realização do II Workshop de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade, que aconteceu em versão virtual no período de 24 a 28 de agosto, com intensa participação da comunidade regional, mas também pelas características do modelo não presencial, de outras regiões do país.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pensado enquanto um projeto de extensão com abrangência no *campus* Erechim e nos trinta e dois municípios que compõe o alto uruguaio gaúcho, em 2019 o projeto estendeu suas atividades para algumas escolas municipais e estaduais que compõem a região, tanto levando atividades até elas, mas principalmente viabilizando a vida destas instituições até o *campus*.

Desta forma, em 2019 o projeto teve 400hs de execução, atingindo direta e indiretamente cerca de 400 pessoas, sendo eles estudantes e professores da rede pública municipal e estadual de educação fundamental e média, movimentos sociais, associações e a comunidade em geral. Foram parceiras destas atividades a Secretaria Municipal de Educação de Erechim e de Faxinalzinho, além das seguintes escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Paiol Grande, Escola Estadual de Ensino Médio Mantovani, Escola Estadual de Ensino Fundamental Bandeirantes, Escola Estadual Érico Veríssimo.

Dentre as atividades realizadas, além das reuniões periódicas com os integrantes do núcleo para definição, execução e avaliação de atividades, todas as escolas parceiras foram visitadas, desenvolveu-se materiais didáticos para as atividades, oportunizou-se apresentações culturais no *campus* como a capoeira com os estudantes de Cruzaltense e Entre Rios, dentre outras atividades, dentre as quais destacamos: Roda de Conversa “O movimento negro na cidade de Erechim”; Ação “Desconstruindo o machismo”; Exposição de telas pintadas pelos pacientes da Aquarela – Pró-autista; Exposição de telas pintadas pelos pacientes da Aquarela – Pró-autista; Partilha de trabalhos entre as escolas públicas da região Painel Diferentes Religiões; Cine-NEABI; Exposição audio-visual “Ser Mulher- Bruna Todeschini”; Diálogo sobre Diferenças pessoais e igualdades; Encontro com Centro Tecnológico de Acessibilidade – CTA do IFRS.

Entretanto, devido a pandemia de COVID-19, em 2020 o projeto está sendo desenvolvido em formato não presencial, o que implica em novos desafios e novas perspectivas para a equipe de execução, para as bolsistas do projeto, mas sobretudo para a relação e participação dos parceiros externos e dos colaboradores. Como um projeto em execução e neste momento em adaptação e modificação de sua metodologia, nesta apresentação temos presente partilhar a

continuidade das pautas das ações afirmativas, inclusivas e da diversidade no *campus* Erechim, mas também da defesa do isolamento social como medida de respeito e proteção a vida da nossa comunidade acadêmica e do público alvo de das ações.

#### 4. CONCLUSÕES

O projeto está em execução deste 2019, tendo sua origem na articulação de membros dos três núcleos do *campus* Erechim do IFRS para a organização do I Workshop de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade, coordenado pelo professor Giovane Rodrigues Jardim. Se inicialmente tinha em vista a organização de um evento específico que integrasse as ações e temáticas do NAPNE, NEPGS e NEABI, o mesmo foi ampliado e redimensionado enquanto projeto de fluxo contínuo, possibilitando ações de parceria com instituições escolares, com associações e movimentos sociais que trabalham e defendem estas temáticas na região.

Se no diálogo com a comunidade regional o projeto foi avaliado positivamente e passou a ser compreendido como espaço e momento para o diálogo e a interação com a comunidade em geral a partir das ações propostas, dimensão esta *ad extra*, por outro lado internamente constatou-se a pouca abrangência do mesmo em relação aos discentes e docentes, tarefa a ser repensada em termos de sua perspectiva *ad intra*. Nesse sentido, nem mesmo a totalidade dos membros que integram os núcleos no campus estiveram envolvidos com as ações realizadas, o que demonstra a urgência de um trabalho de convencimento e de mobilização para um pensamento alargado.

Neste sentido, a partir da análise e da avaliação pela equipe de execução das atividades realizadas em 2019 e da relação com os seus objetivos, o mesmo foi proposto para continuidade em 2020 com uma perspectiva mais dialógica, sobretudo de formação conjunta para os integrantes dos núcleos, assim como por agendas conjuntas de reuniões mensais. Também foi a oportunidade para a recomposição dos núcleos, com o convite e o ingresso de nossos integrantes, sobretudo com grande interesse a participação de membros externos. A partir destas modificações, o projeto foi elaborado, submetido e aprovado em dois editais de fomento institucional para o seu custeio, e ainda no edital PIBEx que possibilita a atuação de dois discentes como bolsistas do mesmo.

Embora previsto para execução a partir de maio de 2020, o projeto iniciou apenas em agosto devido a suspensão das atividades acadêmicas no IFRS decorrente da pandemia de COVID-19. Desta forma, a realização do II Workshop e das demais atividades propostas e adaptadas, estão sendo realizadas em formato não presencial, o que tem potencializado por um lado o diálogo interno e a sensibilização de discentes e docentes, mas por outro lado dificultado o acesso e a participação da comunidade regional. A pandemia não criou desigualdades sociais e de acesso, mas sem dúvidas tem as aplicado significativamente, e significado uma necessidade mais assistencialista por parte das atividades de extensão, como exemplificam os projetos de extensão realizados no enfrentamento ao COVID-19 pelos três núcleos. Contudo, se o modelo não presencial implica na reconfiguração das atividades e no esforço para incluir o público alvo, também tem significado um importante aprendizado para além de nossa região, uma vez que as atividades propostas têm alcançado o interesse de pessoas de todas as regiões do país, e ainda, possibilitado a fala e a colaboração de profissionais e de instituições que na execução presencial dependeria de muitos outros recursos humanos e financeiros.

O presente projeto situa-se na indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, em uma proposta que não pretende unificar as pautas ou mesmo transformar os três núcleos em um único, mas em fazer compreender que a necessidade de inclusão, a urgência por políticas e ações afirmativas, e a defesa e a promoção da diversidade cultural e humana possuem matrizes e fatores comuns, podendo desta forma pautar diálogos, atividades, e ações de forma não fragmentada. Pensar estas questões no *campus* Erechim e em sua relação com a comunidade regional tem sido uma importante experiência formativa do humano, possibilitando a iniciação científica pelas atividades dos bolsistas, potencializando o diálogo entre discentes, docentes e técnicos a partir da pluralidade de pensamentos, concepções, análises e compreensões de mundo, e a de humanização dos diversos espaços institucionais e acadêmicos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.354p.

IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Resolução nº 020, de 25 de fevereiro de 2014**. Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) do IFRS. Bento Gonçalves, 25 fev. 2014

MANTOAN, Maria Teresa Egler. O direito à diferença nas escolas – questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiência. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, n. 23, p. 1-5, 2004.

NIGRO, Isabella Silva; BARACAT, Juliana. **Masculinidade: preciosa como diamante, frágil como cristal**. Publicação científica do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral. Edição 30, v. 30, n. 01. Garça-SP: FAEF, 2018.

SANTOS, Joel Rufino. Movimento negro e crise brasileira. In: SANTOS, Joel Rufino; BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília, DF: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares, 1994. p. 157.

PEREIRA, Rodrigo Alves. A presença negra no município de Erechim: da colonização ao Esporte Clube 13 de Maio. 71f. **Trabalho de Conclusão de Curso** – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, 2008.

TADVALD, Marcelo. O batuque gaúcho: Notas sobre a história das religiões afro-brasileiras no extremo sul do Brasil. In: DILLMANN, Mauro. **Religiões e Religiosidades no Rio Grande do Sul: Matriz afro-brasileira**. São Paulo: ANPUH, 2016.

# A EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO MECANISMO DE PROMOÇÃO DA RAZÃO CRÍTICA E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

JAHERT JOST<sup>1</sup>; MARIA DAS GRAÇAS PINTO DE BRITTO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas – jahertjost@outlook.com

<sup>2</sup>Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas – graziapb@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação em Direitos Humanos (EDH) pode ser definida como conjunto de práticas pedagógicas dirigidas à capacitação e difusão de informações acerca dos direitos humanos fundamentais dos cidadãos (no ensino formal ou informal), a fim de promover e garantir os Direitos Humanos como valor intrínseco a todas as pessoas. Neste sentido dispôs a Assembleia Geral das Nações Unidas, quando da elaboração do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos:

[...] conjunto de atividades de educação, de capacitação e de difusão de informação, orientadas para criar uma cultura universal de direitos humanos. Uma educação integral em direitos humanos não somente proporciona conhecimentos sobre os direitos humanos e os mecanismos para protegê-los, mas que, além disso, transmite as aptidões necessárias para promover, defender e aplicar os direitos humanos na vida cotidiana. A educação em direitos humanos promove as atitudes e o comportamento necessários para que os direitos humanos de todos os membros da sociedade sejam respeitados. **As atividades de educação em direitos humanos devem transmitir os princípios fundamentais dos direitos humanos, como a igualdade e a não discriminação** e, ao mesmo tempo, consolidar a sua interdependência, indivisibilidade e universalidade (ONU, 2005, p. 6-7, grifo nosso).

Nesta perspectiva a EDH deve transmitir os princípios reitores dos direitos humanos como igualdade e não discriminação a fim de formar cidadãos autônomos capazes de ajudar a construir uma cultura de paz, respeito e defesa dos direitos humanos, percebidos como interdependentes, indivisíveis e universais, reconhecidos na Declaração Universal de 1948, em decorrência das monstruosidade perpetradas na segunda guerra mundial onde o descolamento entre a legalidade e a humanidade culminaram em condutas injustificáveis como as de Himmler e Eichmann (BITTAR, 2014, p. 257-259).

Pioneira na área da EDH, a Faculdade de Direito da UFPel criou em 1999 a EDHUCA, Escola de Educação em Direitos Humanos no âmbito do projeto de extensão Tribunos da Cidadania da Faculdade de Direito da UFPel, desenvolvido em convenio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Ministério da Justiça, o Ministério da Educação e com apoio institucional da UNESCO. O Tribunos da Cidadania se estruturava em dois eixos: a) Democratização do acesso à justiça e a tutela jurisdicional do Estado, no qual alunos e professores orientavam e encaminhavam demandas jurídicas dos cidadãos das camadas mais vulneráveis socioeconomicamente das comunidades onde atuavam; b) Curso de educação em/para os direitos humanos e cidadania, no qual os participantes da comunidade interna e externa eram capacitados por especialistas para a promoção e defesa dos direitos humanos (PINTO DE BRITTO, 2017, p. 91-94).

Com base no arquétipo apresentado foi criado o Projeto de Extensão Educação em Direitos Humanos: igualdade e discriminação, em atividade, porém restritas em razão da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19, no acrônimo anglófono). Será ofertado capacitação à comunidade externa, tendo como prioridade o combate ao preconceito e à discriminação em todas as suas formas, a tolerância e a solidariedade a partir de propostas pedagógicas promotoras do respeito e da não discriminação (PINTO DE BRITTO, 2020).

Norteia o Projeto o princípio constitucional da indissociabilidade da tríade ensino-pesquisa-extensão. As ações e atividades do Projeto contemplem cada um desses pilares nos quais a Universidade é estruturada: a) revisão bibliográfica, produção de materiais e práticas didático-pedagógicas; b) planejamento, realização de aulas e acompanhamento pedagógico junto aos participante da comunidade externa; c) avaliação do cumprimento das metas e objetivos do projeto.

Ademais, o Projeto de EDH pretende ser o embrião para a criação de um curso de pós-graduação em Educação em Direitos Humanos, de caráter transdisciplinar, com o fim de difundir, promover, defender e garantir o efetividade do direitos humanos fundamentais e, precipuamente, combater todas as formas de discriminação e preconceito e a violência presentes em nossa sociedade.

## 2. METODOLOGIA

O projeto se inicia com a pesquisa bibliográfico, o levantamento de dados e informações necessária para o correto conduzir das nossas atividades extensionistas (BERTOLDI, OLIVEIRA, 2019). Os alunos participantes receberam orientação pedagógica apropriada à formação da comunidade externa através de pesquisa, oficinas e dinâmicas de combate à discriminação, de respeito a diferença e à tolerância, tendo como objetivo central a indissociabilidade da tríade ensino-pesquisa-extensão, nos termos do Artigo 207 da nossa Carta Constitucional (BRASIL, 1988).

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar da farta quantidade normativa de Direitos Humanos como as declarações Americana (1948) e Universal (1948) e as cartas constitucionais em vigor a décadas, o respeito e a efetividade dos direitos humanos fundamentais não são garantidos. Neste sentido, o IPEA apresenta-nos anualmente o Atlas da Violência, onde podemos ver que a raça-etnia, o gênero, a identidade de gênero e a orientação sexual são frequentemente usados como pretextos para atos de violação da dignidade humana. Exemplificando, a taxa de morte violenta da população negra é 2,7 vezes maior do que a da população branca (IPEA, 2020).

Essas violências sistemáticas e continuadas que atingem as minorias atentam contra a dignidade da pessoa humana e contrariam os valores de tolerância e respeito, bases fundamentais para um Estado que se pretende democrático e inclusivo.

A dignidade humana é o núcleo do qual irradia toda a gama de dimensões de direitos conquistados, sendo necessário reconhecer que os direitos humanos (e o direito como um todo) são produtos de progressiva construção histórico-legal das lutas sociais que reafirmaram as pessoas como sujeitos de direitos e deveres decorrentes da própria condição humana (BARROSO, 2010; SARLET, 2015).

Embora exista divergência doutrinária da extensão da dignidade humana, sabemos que a discriminação e o preconceito são fontes danosas para uma sociedade multicultural, diversa e inclusiva como a nossa e, evidentemente, acabam por ferir a dignidade que é inerente a todas as pessoas. Nesse sentido, estamos concordes com o “véu da ignorância” de Rawls (2016) e com os motivos humanitários,

A discriminação do outro baseada em opiniões pré-formadas (ou reproduzidas), sem quaisquer fundamentos científico de forma a causar sofrimento e exclusão do outro, contraria o último princípio iluminista que resta aos nossos tempos efetivar: o princípio da solidariedade humana, insculpido no Artigo 3º, inciso I, *in fine*, da nossa Carta Constitucional (BRASIL, 1988).

No Brasil, a ineficácia e inefetividade dos direitos básicos e da garantia do mínimo existencial (salário mínimo digno, segurança alimentar, saneamento básico, energia elétrica) são crônicas e acabam por afetar o acesso e permanência no sistema educacional público, *locus* primordial para um ensino transformador fundado nos Direitos Humanos e capaz de revolucionar as comunidades.

Evidente que, muitas vezes, o ambiente educacional brasileiro apresenta problemas de qualidade (por inércia e descaso do Poder Público) e de metodologias pedagógicas. A educação tem se calcado no uso da “razão instrumental” termo cunhado pelos frakurtianos: “o pensar reifica-se num processo automático e autônomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que ela possa finalmente substituí-lo” (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 37). Ou seja, o ingresso no sistema educacional não garante por si só, a promoção da dignidade humana e dos valores da tolerância, pois a sujeição ao modelo educativo instrumental, desestimula o pensamento crítico e autônomo em favor do atendimento aos requisitos mercadológicos (BITTAR, 2014, p. 254-257).

Como alternativa à operacionalização ou mecanização do pensamento de forma a desfigurar a própria razão, propõe-se a “razão crítica” como metodologia do projeto extensionista em tela, isto é, o uso da pedagogia para estimular que a comunidade externa pense autonomamente. Nas palavras do prof. Eduardo Bittar, a educação deve: “ser sobretudo uma educação que [...] conscientiza do passado histórico, tornando-o presente, para a análise da responsabilidade individual ante os destinos coletivos futuros (BITTAR, 2014, p. 250).

Neste contexto insere-se, o projeto não busca apenas a levar o conhecimento produzido no meio universitário, mas sim a desenvolver um espírito crítico e formador nos participantes (professores, alunos e comunidade externa) de modo a proporcionar uma prática de retroalimentação pedagógica, beneficiando a todos os envolvidos. Tendo sempre por norte a promoção da EDH a partir do respeito à dignidade inerente a todas as pessoas que formam este país marcado profundamente pelas diversidades e pelo multiculturalismo.

#### 4. CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, podemos afirmar a importância do pensamento crítico (ou razão crítica) na promoção da EDH, voltada à promoção da dignidade humana das minorias sociais afetada pela intolerância e pela discriminação. A EDH de forma integral é corolário da correta leitura constitucional da cidadania, solidariedade, humanidade e não discriminação. É nossa pretensão romper com a razão instrumental e da “educação bancária” (terminologia freiriana) de forma a proporcionar um espaço promotor da criticidade nos alunos participantes do projeto e da comunidade em geral.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BARROSO, L. R. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação**. Versão para debate público, dez. de 2010. Disponível em: [https://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade\\_texto-base\\_11dez2010.pdf](https://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf). Acesso em: 17 set. 2020.

BERTOLDI, M. R.; OLIVEIRA, O. M. B. A. **Manual Metodológico para o Projeto de Pesquisa no Direito**. Pelotas: PPGD/UFPEL, 2019. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgd/files/2019/10/Manual-Projeto-de-Pesquisa-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

BITTAR, E. C. B. **O direito na pós-modernidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 17 set. 2020.

IPEA. **Atlas da violência de 2020**. Brasília: Ministério da Economia, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 17 set. 2020.

ONU. Assembleia Geral. **Resolução 59/113 B**. Paris: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, UNESCO, 2005. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/plano\\_acao\\_programa\\_mundial\\_edh\\_pt.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/plano_acao_programa_mundial_edh_pt.pdf). Acesso em: 17 set. 2020.

PINTO DE BRITTO, M. G. Democracia, participação e educação cívica: antigos e modernos. In: PIZZI, J.; PINTO DE BRITTO, M. G. (Orgs.). **Diálogo crítico-educativo VIII: constitucionalismos, democracias e educação: o presente e o futuro da América Latina**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2017, p. 83-96.

PINTO DE BRITTO, M. G. **Projeto de Extensão Educação em Direitos Humanos: igualdade e discriminação**. Pelotas: Portal Institucional da UFPEL, 2020. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u2238>. Acesso em: 17 set. 2020.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. 4. ed, rev. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SARLET, I. W. Notas sobre a dignidade (da pessoa) humana no âmbito da evolução do pensamento ocidental. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 13, n. 17, p. 249-267, dez. 2015. ISSN 2447-6641. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/265>. Acesso em: 17 set. 2020.

## O PROGRAMA RADIOFÔNICO 'SOCIAL EM QUESTÃO' NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES

CAROLINE SILVA DA SILVA<sup>1</sup>; ELIANA MOURGUES COGOY<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – [carolinesilva2411@outlook.com](mailto:carolinesilva2411@outlook.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – [elianacogoy@gmail.com](mailto:elianacogoy@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o programa radiofônico 'Social em Questão', no que tange ao enfrentamento das desigualdades. Trata-se de um projeto de extensão vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Mídia, Cultura e Questão Social (NEPMQS) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Esta prática de extensão origina-se em 2015, sendo veiculada semanalmente junto a Rádio Universidade da UFSM.

Considerando a importância de dar visibilidade a abordagem referente ao enfrentamento das desigualdades, apresenta-se uma análise das temáticas debatidas no "Social em Questão", tais como: gênero, questão racial, acessibilidade, discriminação entre outras. Cabe ressaltar que o "Social em Questão" consiste numa importante ferramenta de informação e debate sobre os direitos humanos e sociais, veiculado nas rádios 800AM e UniFM 107.9 da UFSM.

### 2. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado através de uma análise de todos os programas que foram apresentados no "Social em Questão" desde 2015. A partir disso, selecionou-se os programas cujas temáticas estão relacionadas ao enfrentamento de desigualdades, materializando-se, assim, o levantamento de dados.

Cumprе destacar que a relação do Serviço Social com a Comunicação se dá através da compreensão que a informação é um direito humano e de acordo com COGOY (2019, p. 02)

A relação entre Serviço Social e Comunicação é fator relevante tanto no âmbito da formação quanto no trabalho profissional do/a assistente social, estando atento à defesa intransigente dos direitos humanos. Neste sentido, está em consonância com o Código de Ética profissional do/a assistente social e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na compreensão de que todo o ser humano tem

de receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Se a comunicação é um direito humano, toda a forma de desigualdade deve ser enfrentada tendo em vista a defesa intransigente destes direitos. Desta forma, as temáticas abordadas no “Social em Questão” demonstram o interesse crescente deste Programa em debater as expressões da questão social, com o intuito de levar informação para as pessoas e manter a população informada sobre os mais diversos modos de desigualdades e seus enfrentamentos. No caso dos programas veiculados, foram convidados os/as próprios/as usuários/as dos serviços ou políticas públicas para apresentarem suas experiências. Além disso, também foram convidados/as pessoas do âmbito acadêmico para debater teoricamente sobre algumas das temáticas.

Desta forma, o “Social em Questão” vêm com um viés de reflexão, visto que o Serviço Social é uma profissão crítica e reflexiva, sendo o programa radiofônico um contraponto com a realidade posta pela mídia hegemônica. Assim:

Refletir sobre o processo de comunicação no exercício profissional do assistente social deve, portanto, se construir num ponto importante de análise e de intervenção junto às diversas expressões da questão social” [...] (ESPÍNDOLA; 2011, p. 228)

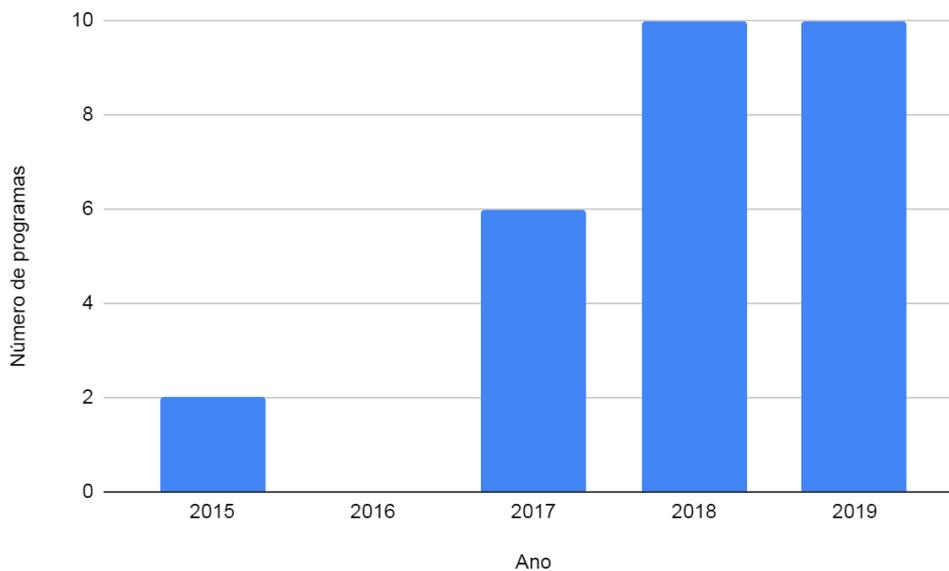
Neste sentido, a comunicação tem se revelado uma importante ferramenta de intervenção para o Serviço Social, mediante a experiência que vem adquirindo junto a Rádio Universidade, como apresentaremos a seguir.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Torna-se importante sublinhar que a finalidade do “Social em Questão” consiste em gerar informações relacionadas a temas contemporâneos, buscando sempre a defesa da democratização da informação e, por este motivo, busca-se constantemente a articulação entre Comunidade e Universidade.

Os resultados observados até o momento revelam o crescente empenho em trazer para a rádio pública, debates de questões tão presentes no nosso cotidiano. O intuito dos programas que abordam essas temáticas é sempre o de informar e tentar combater qualquer tipo de discriminação. O gráfico abaixo, ilustra o quantitativo de programas gravados relacionados a temáticas de enfrentamento das desigualdades.

**Gráfico 01:** quantidade de temáticas relacionadas com o enfrentamento de desigualdades.



Fonte: sistematização das autoras (2020)

O Gráfico 01 expressa o levantamento realizado nos programas com temáticas relacionadas ao enfrentamento de todas as formas de desigualdade, seja de discriminação, de gênero, racial e de acessibilidade.

Observou-se que no ano de 2015, o Social em questão destinou dois programas para o debate das desigualdades, sendo eles: Movimento Social Mundial e a persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira.

Em 2016, não houveram registros de programas relacionados a essas temáticas. Já em 2017, constatou-se seis programas relacionados às temáticas, consistindo em: fórum de política negra, mulheres no hip hop, Gênero, Poder e Políticas Sociais no Contexto Brasileiro, Racismo no ambiente acadêmico, Limites e desafios da política de cotas raciais no ensino superior e acessibilidade.

No ano de 2018, observou-se um aumento no debate dessas temáticas, totalizando dez, entre elas assuntos como: O lugar das mulheres nas famílias, nas políticas sociais e no mercado de trabalho, Saúde da População LGBTQ+, Disforia de Gênero e Políticas Públicas de Saúde, Acessibilidade no ambiente escolar: aspectos arquitetônicos, metodológicos e atitudinais, a saúde mental no município de Santa Maria pelos olhares dos usuários e também de profissionais, Movimento LGBTQ, Movimento Social Negro dentre outros programas.

Por fim, em 2019 igualmente ao ano anterior, também se totalizou dez programas, alguns deles: Ong Igualdade, Mulheres Negras, violência contra as mulheres e o feminicídio, População em Situação de Rua de Santa Maria entre outras.

Desta forma, o “Social em Questão” desenvolve e fortalece seus programas, inserindo-se na defesa da democratização da informação e da comunicação social cidadã.

#### 4. CONCLUSÕES

A partir do que foi exposto, percebe-se que relação do Serviço Social e a Comunicação é de possibilitar o acesso à informação. Observa-se o empenho do “Social em Questão” em trazer para pauta temáticas contemporâneas, buscando romper com estigmas e discriminações. Algumas das temáticas trabalhadas foram: Movimento Social Negro, Integração Social das Pessoas com Deficiência, Concepções docentes sobre saúde e doença, Mulheres Negras, O lugar das mulheres nas famílias, nas políticas sociais e no mercado de trabalho, dentre outras. A experiência na Rádio Universidade além de estabelecer o acesso à informação, busca empoderar os/as usuários/as e romper com estigmas.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESPÍNDOLA, Nelma R. S. Em defesa do diálogo entre a mídia rádio e o Serviço Social. In: Sales, M. A.; Ruiz, J. S. R. (Org.). *Mídia, questão social e Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2009, v. 1, p. 214-234.

COGOY, E. M. *et al.* SERVIÇO SOCIAL E COMUNICAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA RADIOFÔNICO ‘SOCIAL EM QUESTÃO’. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília, v. 16, n. 1, p. 1-9. Out/2019.  
Disponível em:  
<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/148/145>

COGOY, Eliana Mourgues. *SOCIAL E MÍDIA: NOVAS POSSIBILIDADES ATRAVÉS DA INTERLOCUÇÃO NA RÁDIO UNIVERSIDADE AM*. Projeto de Extensão. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, 2015.

## ANIMAIS E AUTISMO: UMA PROPOSTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA INCLUSIVA NO MUSEU DE ZOOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA/BA

AMANDA DOS SANTOS FELIX DA SILVA<sup>1</sup>; HOZANA DE BARROS CASTRO<sup>2</sup>; TEO VEIGA DE OLIVEIRA<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Feira de Santana – amandasfs015@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Estadual de Feira de Santana – castrozana@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Universidade Estadual de Feira de Santana – teovoli@yahoo.com.br

### 1. INTRODUÇÃO

O Museu de Zoologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (MZFS), possui um vasto acervo didático, que inclui réplicas de animais atuais e extintos, animais taxidermizados, coleções em meio líquido e coleções osteológicas, esse material compõe a exposição permanente Linha do Tempo, que encontra-se disponível no MZFS, para visitas orientadas ou espontâneas. Desde 2012, a Divisão de Educação, Acervo Didático e Divulgação/DEADD do MZFS, desenvolve ações de popularização do conhecimento científico zoológico, através das mais diversas ações extensionistas, incluindo mostras científicas, ciclos de palestras, bem como as visitas guiadas.

No entanto, em todas as atividades desenvolvidas pela DEADD, sempre notou-se a necessidade de fazer com que o atendimento ao público mais diverso fosse mais adequado, visto que, a maior parte das visitas solicitadas são feitas pelas escolas da rede particular de ensino, incluindo desde a pré escola até o ensino médio, o MZFS compreendendo a essência dos Museus também como espaço de inclusão, idealizou atividades específicas para o público com Transtorno do Espectro Autista (TEA), entendendo que esse é um público que merece distinta atenção ao trabalho que por ora é desenvolvido no MZFS:

Contribuindo, sob essa perspectiva, para uma igualdade social a partir de ações positivas de inclusão do diferente, permitindo dessa forma que ele se sinta como parte integrante e integrada deste processo e que a relação entre o homem e o objeto museal, dentro do espaço museológico (seja ele qual for), possa ser fruída em toda a sua plenitude e contemplar todos os tipos de público, sem distinções. (GOMES; CUNHA, 2013)

Nesse contexto, o objetivo desse trabalho foi oferecer às pessoas com TEA, deficiência intelectual ou deficiência múltipla o acesso à cultura, visto que, assim como afirma Cazelli et al. (2015) “Raras são as vezes nas quais a ciência é tida como uma forma de cultura, sendo usada para a promoção de inclusão social”. Para concretizar esse projeto, foi necessário estabelecer uma parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE/FSA no sentido de buscar nela as condições de como realizar essa mediação. Reconhecendo o papel social e inclusivo dos museus, o MZFS busca construir junto a APAE/FSA uma sociedade mais justa e igualitária, oferecendo oportunidade de acesso à cultura e ciência a todos indiscriminadamente.

### 2. METODOLOGIA

Após revisão bibliográfica de temas como educação especial, Transtorno do Espectro Autista e acessibilidade em espaços culturais, foram necessárias reuniões para reconhecimento do trabalho desenvolvido pela APAE e para traçar

diretrizes de parceria na organização de cronogramas de atividades pedagógicas até a realização da visita

Dessa forma foram realizadas duas visitas técnicas à sede da APAE de FSA, em um primeiro momento foi possível conhecer o espaço físico da instituição, como as salas de atividades temáticas trabalhadas pela equipe pedagógica, bem como conhecer parte do público assistido pela APAE, faixa etária e as singularidades de acordo com as deficiências destes. Em outro momento foi apresentada proposta pedagógica da instituição a exemplo do projeto Essencial que estimula, favorece e enriquece o desenvolvimento físico dos jovens, momento oportuno para aliar as atividades educativas desenvolvidas tanto pela APAE quanto pela DEADD.

Por fim, realizaram-se visitas à exposição Linha do Tempo, mediadas por graduandos de Ciências Biológicas da UEFS, e acompanhadas por profissionais da APAE e pelos pais e/ou responsáveis dos visitantes, no período de agosto de 2019 a março de 2020. As visitas foram feitas não só ao público com TEA (autismo leve e moderado), mas também a alunos com deficiência intelectual, paralisia cerebral, entre outras diversas deficiências intelectuais.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período mencionado foi possível recepcionar no total oitenta alunos, dentre os quais não foram avaliados sexo e idade. Entre as visitas realizadas, duas destacaram-se devido a circunstâncias distintas, em um primeiro caso, embora não estivesse determinado inicialmente neste projeto realizar atividades com outras unidades da APAE fora de FSA, foi realizada uma visita mediada com a APAE de Amélia Rodrigues/BA. Com vinte e cinco alunos em idade adulta com autismo, síndrome de Down e retardo mental leve, na oportunidade a equipe da Divisão de Educação, Acervo Didático e Divulgação (DEADD) estendeu essa visita ao Museu Casa do Sertão que na ocasião contava com a exposição 'Brincadeira de Artesão por Ademar Araújo' que reuniu miniaturas de animais que, a partir de engrenagens movidas à energia elétrica, ganhavam movimentos.

Na ocasião experimentou-se, na prática, as especificidades ligadas à recepção do público da APAE quando comparado ao público generalizado, o que permitiu delinear melhor os parâmetros da mediação, compreendendo que, a mediação feita de forma inclusiva é um processo construído na convivência com as diferenças de cada visitante. Foi possível perceber nessa ocasião o quanto os alunos se sensibilizaram com os animais expostos em ambos os Museus, a curiosidade diante do que foi exposto ficou nitida entre os alunos, existindo uma interação entre visitante e mediador, através de uma troca de vivências entre ambos. Notou-se uma interação maior do público em questão a partir de relatos sobre diversos animais, mas principalmente daqueles que fazem parte da fauna domésticas, e dos animais já extintos, como dinossauros e pterossauros.

A segunda visita de destaque, foi realizada com a APAE de Feira de Santana/BA, ela ocorreu concomitantemente com um projeto pedagógico da instituição intitulado "Essencial", que através dos mais diversos temas procurou desenvolver entre outros aspectos os sentidos humanos (tato, audição, visão), dessa forma, as atividades que foram desenvolvidas no MZFS com essa turma, foram inseridas nesse contexto.

Foi possível nessa ocasião, utilizar o acervo didático do MZFS, não somente para despertar o interesse acerca de conhecimentos zoológicos, mas também como forma de estimular os sentidos humanos, e nessa perspectiva se destaca

os espaços no museu com peças destinadas ao manuseio do visitante. Quando foi oferecida aos alunos a oportunidade de tocar nos animais, a experiência da visita tornou-se muito mais interativa. Cada visitante, dentro de suas singularidades, encontram formas de se envolver com o acervo, mesmo aqueles alunos com deficiências em grau mais elevados, ou limitações físicas. O trabalho da equipe da DEADD, sempre em sintonia com a APAE, logrou êxito em oportunizar equivalências interativas sempre observando as especificidades dos visitantes, oportunizando dessa forma, o acesso aos bens culturais de forma acessível a todos. Isso se deve ao fato de saber-se que os espaços museais na atualidade não se ocupam somente da pesquisa e da divulgação do conhecimento, conforme afirma Sarraf (2018) "A acessibilidade é fundamental para que os espaços culturais atendam sem discriminação todas as pessoas, com diferentes condições físicas, intelectuais, sensoriais e sociais, cumprindo dessa forma sua missão social".

#### 4. CONCLUSÕES

O desenvolvimento das atividades realizadas pelo presente projeto se configurou como uma experiência piloto, base para as demais ações de inclusão de pessoas com deficiência do MZFS. Uma experiência positiva uma vez que foi possível observar que a visitas mediadas para o público TEA exige um trabalho prévio em equipe diferente daquelas realizadas pelas escolas tradicionais. Aqui por exemplo, conhecer o projeto "Essencial" desenvolvido pela APAE/FSA permitiu a equipe da DEADD explorar o tato dos jovens visitantes, contribuindo com as práticas pedagógicas desenvolvidas pela APAE. Espera-se que as visitas ao MZFS não sejam apenas mais uma experiência social vivenciada por esses jovens, já que percebeu-se que a necessidade da construção coletiva das práticas de aprendizagem do conhecimento.

Dessa forma o conteúdo de cada visita contribuiu para a construção da consciência socioambiental nos visitantes, revalidando o conhecimento acerca dos animais presentes na realidade de cada um e estimulando o interesse da população pela zoologia.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, M.de F. F. F.; CUNHA, M. B. da. O museu como agente de transformação – a inclusão cultural. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.L.], v. 45, p. 61-84, 2013. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4516/3046>. Acesso em: 21 set. 2020.

SARRAF, Viviane Panelli. Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência – benefícios para todos. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, [S.L.], n. 6, p. 23-43, jun. 2018. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/d1209a56/acb3/4bc1/92cc/183d6c085449.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

CAZELLI, Sibeles; COIMBRA, Carlos Alberto Quadros; GOMES, Isabel Lourenço; VALENTE4, Maria Esther. Inclusão social e a audiência estimulada em um museu de ciência. **Museologia e Interdisciplinaridade**, [S.L.], v. 1, n. 7, p. 203-223, out./ nov. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16780/15062>. Acesso em: 28 set. 2020.

## VULNERABILIDADE SOCIAL E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A APROXIMAÇÃO ENTRE O DIREITO E A REALIDADE SOCIAL ATRAVÉS DO PROJETO DE EXTENSÃO "O DIREITO DE OLHO NO SOCIAL" DA UFPEL

ISRAEL DAS NEVES PORTO;

KARINNE EMANOELA GOETTEMS SANTOS;

MÁRCIA RODRIGUES BERTOLDI;

GABRIELA MILLER;

Universidade Federal de Pelotas – [israel.n.p@outlook.com](mailto:israel.n.p@outlook.com)

Universidade Federal de Pelotas – [karinne.adv@hotmail.com](mailto:karinne.adv@hotmail.com)

Universidade Federal de Pelotas – [marciabertoldi@yahoo.com](mailto:marciabertoldi@yahoo.com)

Universidade Federal de Pelotas – [gabinmiiller@gmail.com](mailto:gabinmiiller@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

A desigualdade social que acompanha a história do nosso país é uma evidência da extrema vulnerabilidade experimentada pela população brasileira, fazendo com que o exercício dos direitos fundamentais seja segmentado ou restrito a apenas uma parte privilegiada da sociedade (SOUZA, 2018).

Por outro lado, o direito à assistência jurídica, resguardado pelo art. 5 LXXIV da Constituição Federal, contempla milhares de brasileiros vulneráveis que dependem justamente da assistência gratuita para a resolução de conflitos e o exercício efetivo dos seus direitos e, ainda, indispensável para o pleno exercício do acesso à justiça.

É nesse contexto que foi idealizado o Programa "O DIREITO DE OLHO NO SOCIAL", resultado de uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPEL (PPGD/UFPEL) e o Serviço de Assistência Jurídica (SAJ), tendo como principal objetivo levar conhecimento sobre os direitos fundamentais a população vulnerável e viabilizar o acesso à justiça. Assim, o Direito de Olho no Social se apresenta como projeto direcionado à informação, educação, orientação e amparo jurídico, atendendo às principais necessidades da comunidade, a exemplo da solução consensual de conflitos familiares, prevenção da violência doméstica, efetivação do direito à moradia, dentre outros.

Para tanto, as ações realizadas por alunos e professores da Faculdade de Direito, graduação e pós-graduação, que se deslocam às escolas e centros comunitários para realização de palestras, rodas de conversas, júris simulados e amostras jurídicas. Em caso de orientação jurídica, a comunidade também é convidada para se dirigir ao SAJ, junto ao prédio da Faculdade de Direito, para assim viabilizar a continuidade do atendimento.

A partir da análise dos relatórios dos eventos promovidos pelos alunos e professores do projeto, objetiva-se neste trabalho evidenciar a importância do acesso à informação e orientação judiciária para a materialização dos direitos fundamentais, sobretudo para cidadãos excluídos pela desigualdade social, e vulnerabilizados por circunstâncias que ultrapassam o aspecto econômico e social, a exemplo de crianças, adolescentes e idosos, moradores de rua, negros, indígenas e quilombolas, entre outros (CASAS MAIA, 2017).

## 2. METODOLOGIA

O trabalho é apresentado por meio da análise das ações já realizadas pelo projeto até o presente momento, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo, desde junho de 2019, além de revisão bibliográfica.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2019. Até o presente momento foram realizadas 15 visitas, sendo, em sua grande maioria, visitas em escolas do município e a realização de orientação e informação jurídica para professores, alunos e responsáveis presentes.

Durante o período de suspensão das atividades acadêmicas, em razão da pandemia Covid-19, o Projeto manteve em constância as suas atividades, na medida das possibilidades do trabalho remoto, firmando parcerias com instituições e promovendo campanhas de orientação à população vulnerável.

Inicialmente, foi elaborado material informativo a respeito do auxílio emergencial do governo federal, e um segundo material de auxílio emergencial destinado especificamente aos profissionais que atuam por meio de aplicativos. Esse material foi distribuído em pdf em todas as plataformas e redes virtuais, alcançando todo o país.

Além disso, a campanha destinada à prevenção da violência doméstica foi executada em parceria com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e Patrulha Maria da Penha de Pelotas, com a impressão e distribuição de cartazes pelos locais de maior circulação, a exemplo de supermercados e farmácias, a fim de alertar e oferecer acolhimento e redirecionamento de mulheres vítimas de violência. Essa ação foi de extrema relevância durante a pandemia, diante do aumento expressivo de casos de violência doméstica. A equipe também organizou uma página do facebook como canal de informação e redirecionamento das vítimas (O direito de olho no social contra a violência doméstica).

Outra importante parceria foi firmada com o Conselho Municipal de Saúde, a fim de auxiliar o Conselho na análise jurídica da legislação e elaboração de Pareceres, fortalecendo juridicamente o Conselho na defesa do direito à saúde da população local.

## 4. CONCLUSÕES

A educação e orientação jurídica para o exercício dos direitos fundamentais é a essência do Projeto O Direito de Olho no Social. Nesse sentido, cumpre destacar a importância da existência de uma equipe acadêmica que vai em direção à comunidade, sobretudo periférica, fazendo com que pessoas economicamente vulneráveis tenham minimamente o conhecimento dos seus direitos.

Para tanto, também se mostra fundamental garantir à população mais vulnerável o acesso à justiça, promovendo a potencialidade da inclusão social e do alcance ao cidadão e à população vulnerável de um modo geral.

Ao mesmo tempo, observa-se o caráter humanitário do serviço prestado, conferindo maior qualidade a formação acadêmica dos alunos (SANTOS, 2011), primeiro em decorrência da aproximação da academia com a realidade social vivida pelas pessoas em situação de vulnerabilidade, fazendo com que a pesquisa acadêmica seja alcançada pela população vulnerável e, segundo, ampliando e enriquecendo a prática jurídica inerente ao Serviço de Assistência Jurídica. Os resultados, em pouco mais de um ano de projeto, já podem ser sentidos na qualidade dos trabalhos acadêmicos como TCC e dissertações desde então.

## 5. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. ARTIGO 5º.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **ACESSO À JUSTIÇA**. Tradução: Ellen Grace Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CASAS MAIA, Maurilio. A Defensoria Pública enquanto institucionalização constitucional da defesa dos vulneráveis frente à Ordem Jurídica e aos poderes públicos. In: COSTA-CORRÊA, André L. SILVIO, Solange Almeida Holanda. **Sociedade e Estado: Do direito de defesa às garantias fundamentais do cidadão frente ao Estado**. Porto Alegre: Paixão Editores, 2017, p. 145-166.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **PARA UMA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DA JUSTIÇA**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Pedro H.G. Ferreira de. **Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil 1926-2013**. São Paulo: Hucitec:Anpocs, 2018.

## INVISIBILIDADE TRADUZIDA EM NEGLIGÊNCIA PARA COM A POPULAÇÃO LÉSBICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA

LETIANE BORGES CANEZ<sup>1</sup>; LISIANE DA CUNHA MARTINS DA SILVA<sup>2</sup>;  
RENATA VIEIRA AVILA<sup>3</sup>; MARINA SOARES MOTA<sup>4</sup>; MICHELE MANDAGARÁ  
DE OLIVEIRA<sup>5</sup>; POLIANA FARIAS ALVES<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – letianecanez@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – lisicunha.martins@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – rerreavila@gmail.com

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – msm.mari.gro@gmail.com

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas – michele.mandagara@gmail.com

<sup>6</sup>Universidade Federal de Pelotas – polibrina1@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Em busca de visibilizar suas existências e assim as suas respectivas necessidades, ao decorrer do 1º Seminário Nacional Lésbico ocorrido no Brasil, no ano de 1996, ativistas lésbicas instituíram o dia 29 do mês de agosto como o dia da visibilidade lésbica no país, população essa invisibilizada até mesmo na atual comunidade LGBT (REIS, 2018).

Temáticas a respeito da população LGBT são abordadas de maneira insuficiente no âmbito social, principalmente no que se refere à população lésbica. A invisibilidade acerca dessa população em especial atua de modo a silenciar as suas vozes, sobre a qual disparam-se também outras diversas violências, o que contribui para as diferentes formas de negligência que transpassam as experiências de vida dessas mulheres.

Mulheres lésbicas são alvo de lesbofobia, violência caracterizada pela discriminação com relação à orientação sexual, pela misoginia e pelo machismo, esses intrinsecamente presentes em nossa sociedade. Dentre as violências mais comuns para com a população lésbica, tem-se as de cunho físico, sexual, e psicológico, a invalidação e a fetichização acerca da sua sexualidade, e ressalta-se a negligência quanto à sua saúde, tendo em vista que o sistema de saúde ainda se mostra despreparado tanto em recursos humanos quanto em recursos materiais ao se deparar com mulheres que se relacionam com mulheres, sendo presente também a discriminação por parte dos profissionais (BRASIL, 2014).

Notando a ausência de informações acessíveis e esclarecedoras sobre a população lésbica e as suas necessidades, sobretudo no que se refere à saúde, em detrimento justamente da invisibilidade a permear essa população, este resumo tem como objetivo relatar a experiência de uma ação extensionista desenvolvida pelo projeto de extensão Coletivo Hildete Bahia: Diversidade e Saúde, da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas, a qual objetivou promover o debate e a conscientização da população geral acerca da existência lésbica e das demandas advindas da mesma.

### 2. METODOLOGIA

O presente resumo trata-se de um relato de experiência, a qual foi organizada por uma discente e desenvolvido pela mesma juntamente de outras duas discentes do curso de Enfermagem, e concomitantemente pela coordenadora adjunta do Coletivo Hildete Bahia, que descrevem a ação e a produção de um sequência de cards informativos à respeito da população lésbica.

O processo de confecção dos cards, ao todo, compreendeu o período de 21 dias, que foram revisados por ambas as coordenadoras do projeto de extensão em questão, com as postagens sendo realizadas nos dias 28, alertando a comunidade para as postagens posteriores, e 29 de agosto, data a qual é instituída nacionalmente como o Dia da Visibilidade Lésbica objetivando exatamente visibilizar a temática, utilizando-se recursos on-line para a sua realização em razão da pandemia COVID-19.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para produção dos cards realizou-se a busca por referências, visando utilizar as mais atuais possíveis, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, Google acadêmico, Portal de Periódicos CAPES, Scielo e Ministério da Saúde sobre saúde e visibilidade da população lesbica, sendo utilizados oito artigos no total, com datas de publicação de 2008 (1), 2011 (1), 2014 (1), 2017 (2) e 2018 (2).

Após busca e leitura das referências para embasar cientificamente a produção dos textos, foram confeccionados onze cards através de uma plataforma de design gráfico, portando as informações juntamente das referências utilizadas para tais, que foram divulgados nas redes sociais. Quanto a divulgação, utilizou-se as redes sociais do Coletivo visando manter uma conexão com a comunidade e a promoção de debates importantes, como as dificuldades enfrentadas pelas mulheres lésbicas, honrando assim o seu propósito como extensão. Os cards confeccionados possuíam informações sobre a simbologia lésbica, políticas públicas e a saúde voltada à população, além de esboçar as lutas enfrentadas por essas mulheres, informações relevantes referentes às violências e ao lesbocídio, a morte dessas, a ocorrer em território nacional.

A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, originalmente de 2004, não contempla as necessidades de saúde da população lésbica no Sistema único de Saúde (SUS) pelas atividades as quais se dispõe, com o foco de sua implementação permanecendo centrado na suposição da heterossexualidade e na saúde reprodutiva das mulheres até os dias atuais, ignorando assim os demais aspectos que dizem respeito à uma atenção a ser prestada integralmente, fazendo-se urgente a elaboração de políticas públicas que compreendam mulheres lésbicas como também mulheres (BRASIL, 2011).

Para a elaboração de tais políticas, principalmente de saúde, um dos princípios organizativos do SUS se faz de suma importância, sendo esse a participação popular, que objetiva possibilitar a consideração das respectivas especificidades das populações. Com isso, uma cartilha acerca dos Direitos, Saúde e Participação Social das Mulheres Lésbicas e Bissexuais foi publicada no ano de 2013, promovendo visibilidade à população de mulheres que se relacionam com mulheres, seja exclusivamente ou não (BRASIL, 2013).

A cartilha especifica os objetivos da Política de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, de 2012 e que caracterizou grande e inquestionável avanço para a comunidade LGBT, para com a saúde também de mulheres lésbicas e bissexuais. Dentre esses, destaca-se a prevenção de cânceres ginecológicos e IST'S, o acesso a tratamentos qualificados, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, o combate ao preconceito e a discriminação, a promoção de respeito nos serviços, e a participação de suas representações nos conselhos e conferências de saúde. Ainda, minimizar os danos relacionados à saúde mental, consumo de álcool e outras drogas, depressão e suicídio, atuando de forma a prevenir, promover e recuperar a saúde, incluir ações educativas voltadas à

promoção da autoestima, e à eliminação do preconceito por orientação sexual, identidade de gênero, raça, cor e território para a sociedade geral nos serviços de saúde, do mesmo modo que incluir o enfrentamento à tais discriminações nos processos de educação permanente dos gestores, trabalhadores e integrantes dos conselhos de saúde (BRASIL, 2012).

E, em 2014 publicou-se o relatório da oficina Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, contando com a presença de ativistas, pesquisadoras, representantes de governos estaduais e municipais e dos ministérios promotores da atividade, que promoveu a discussão quanto às necessidades de mulheres que se relacionam com mulheres objetivando propiciar o desenvolvimento de materiais sobre a promoção e a atenção integral à saúde dessa população, sendo uma reivindicação antiga da mesma (BRASIL, 2014).

Segundo PERES (2018), 126 mulheres foram mortas no Brasil entre 2014 e 2017 por serem lésbicas, com 54 desses casos ocorrendo só em 2017. 83% dos assassinatos foram cometidos por homens e 71% deles ocorreram em locais públicos, sendo 43% dos assassinos desconhecidos para as vítimas. 2017 também teria sido o ano no qual teve-se o registro de maior número de suicídios na população lésbica. De acordo com o estudo, cujo dados foram coletados através das redes e das mídias sociais, os indicativos apresentados pelo mesmo estão distantes dos reais números quanto à questão do lesbocídio, tendo em vista a inexistência de dados oficiais sobre a questão em si, o que leva à reflexão quanto às condições de vida ofertadas à estas mulheres.

A partir da experiência proporcionada pela produção dos cards, percebeu-se a escassez de estudos e materiais a respeito da população lésbica e em especial sobre os aspectos relacionados à sua saúde. Dessa forma, considerando, novamente, a relevância do assunto e a ausência do mesmo nos meios sociais, outra ação foi idealizada pelo grupo, que tendo em vista o atual contexto vivenciado consistiria na realização de uma “live”, a ocorrer por meio das redes sociais do Coletivo Hildete Bahia, contando com convidados aptos a debater a temática juntamente da comunidade.

#### 4. CONCLUSÕES

A invisibilização destas mulheres culmina na negligência Estadual sobre as suas existências, o que é evidenciado através das políticas públicas de saúde direcionadas às mulheres, que mostram-se notadamente heteronormativas, desconsiderando as práticas lésbicas e conseqüentemente subestimando a necessidade de cuidados acerca da sexualidade das mesmas, que possuem direito à uma saúde respeitosa e de qualidade. É preciso compreender, inclusive, a amplitude do conceito de saúde bem como a relevância dos seus determinantes para com a sua manutenção, como a prevalência das violências e os seus impactos para com os indivíduos.

Com o desenvolvimento da ação evidenciou-se que, o acesso a informações, para os profissionais e para as usuárias acerca de seus respectivos direitos e deveres, é imprescindível para que as necessidades dessa população sejam finalmente visibilizadas nos serviços de saúde e na sociedade, sendo possível promover a desmistificação da temática lésbica ao fazê-la tema de fato.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à**

**saúde da mulher: princípios e diretrizes.** Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 82 p. Online. Disponível em: <  
[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_mulher\\_principios\\_dir\\_e\\_trizes.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_dir_e_trizes.pdf)>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Mulheres lésbicas e bissexuais: direitos, saúde e participação social.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 32 p. Online. Disponível em: <  
[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mulheres\\_lesbicas\\_bissexuais\\_direitos\\_saude.pdf?source=post\\_page----->](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mulheres_lesbicas_bissexuais_direitos_saude.pdf?source=post_page----->).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 32 p. Online. Disponível em: <  
[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf)>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais. Brasília: Ministério da Saúde,** 2014. Online. Disponível em:<  
<http://www.saude.gov.br/images/pdf/2015/agosto/31/livreto-atencao-a-saude-de-mulheres-lesbicas-versao-web.pdf>>.

UFJF. **Dia do Orgulho Lésbico: 19 de agosto.** Grupo de Estudos e Pesquisas, Educação e Feminismos, 21 ago 2017. Online. Disponível em: <  
<https://www.ufjf.br/educacomunicafeminismos/2017/08/21/dia-do-orgulho-lesbico-19-de-agost/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FACCHINI, R. **Entre umas e outras: Mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo.** 23 de junho de 2008. Tese de doutorado apresentada ao programa de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

HAUER, M. Saúde de mulheres lésbicas na atenção primária: expectativas de usuárias do Sistema Único de Saúde. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress,** Florianópolis, 2017. Anais eletrônicos.

PERES, Milena Cristina Carneiro. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017.** Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. 116 p. Online. Disponível em: <  
<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%CC%80AA-sobre-lesboc%CC%80ADdio-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2020.

REIS, Toni, org. **Manual de Comunicação LGBTI+.** 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018. Online. Disponível em: <  
<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2020.

## AÇÕES FARMACÊUTICAS DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DO COVID-19

RAPHAEL DORNELES CALDEIRA BALBONI<sup>1</sup>; NICOLE GOMES MACHADO<sup>2</sup>;  
CLAITON LEONETTI LENCINA<sup>3</sup>; GIANA DE PAULA COGNATO<sup>4</sup>; JULIANA  
BIDONE<sup>5</sup>; JOSÉ MÁRIO BARICHELLO<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [raphael.balboni@gmail.com](mailto:raphael.balboni@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [nicolegmachado2009@hotmail.com](mailto:nicolegmachado2009@hotmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas- [claiton.ufpel@gmail.com](mailto:claiton.ufpel@gmail.com)

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – [giana.cognato@gmail.com](mailto:giana.cognato@gmail.com)

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas – [julianabidone@gmail.com](mailto:julianabidone@gmail.com)

<sup>6</sup>Universidade Federal de Pelotas – [josemariobarichello@gmail.com](mailto:josemariobarichello@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Devido ao surgimento do novo coronavírus denominado COVID-19, houve uma mobilização do ministério da saúde, das secretarias municipais e estaduais e dos profissionais da saúde afim de combater essa pandemia. Neste sentido, o aumento desenfreado da demanda por produtos antissépticos gerou preocupação aos órgãos sanitários e profissionais da saúde devido ao desabastecimento desses produtos e das matérias primas no mercado nacional.

O produto mais utilizado para a rápida assepsia das mãos e antebraços, sendo recomendado pelas organizações responsáveis para a contenção da doença é o álcool gel. (SEQUINEL et al., 2020) Este consegue garantir de forma eficaz a não proliferação do vírus, evitando assim a transmissão ou contaminação pelo contato direto. O principal componente do álcool gel é o etanol em uma concentração entre 70 e 80 %, sendo esta matéria-prima de fácil reposição no mercado nacional, uma vez que o Brasil possui abundância de cana-de-açúcar e uma robusta indústria de produção. (EMBRAPA, 2020)

Entretanto, o agente gelificante descrito, segundo o Formulário da Farmacopeia Brasileira, é o carbômero 980 (carbopol), produto que se tornou escasso no mercado devido à alta procura, além do aumento abusivo do preço do estoque restante. (FARMACOPÉIA BRASILEIRA, 2012) Desta forma, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) flexibilizou algumas normas e regras na produção de álcool gel, e assim permitiu o emprego de diferentes gelificantes. (ANVISA, 2020)

O atual projeto se propôs a avaliar novos agentes gelificantes, produzir e avaliar álcool gel a partir destes materiais com o objetivo de abastecer hospitais e unidades do Sistema Único de Saúde de Pelotas e região, uma vez que o curso de farmácia da UFPel dispõe de recursos humanos qualificados e equipamentos adequados para a produção em grande escala de produtos antissépticos (álcool gel e álcool glicerinado).

### 2. METODOLOGIA

O trabalho foi organizado por etapas a fim de se obter um resultado otimizado e evitar a perda de material e mão de obra. Estas etapas foram divididas inicialmente entre os professores do curso de Farmácia com o objetivo de acelerar o processo e início imediato da produção. Tais etapas estão listadas abaixo:

- Projeto da instalação e organização do processo de produção;

- Compra dos materiais e insumos necessários junto à Força-tarefa para aquisição de insumos da UFPel;
- Distribuição de tarefas, escala de trabalho e organização do processo de produção e das atividades de extensão;
- Treinamento e capacitação dos alunos de graduação e demais participantes voluntários;
- Produção, envase e rotulagem do álcool gel e álcool glicerinado;
- Transporte, armazenamento e distribuição dos produtos antissépticos.



Figura 01 – Produção do álcool gel. Foto: Giana Cognato

O projeto de extensão se divide em 2 ações com metas específicas e que serão realizadas de forma contínua até a amenização ou finalização da pandemia:

- Ação 1 - mediante produção em grande escala, produzir produtos antissépticos para abastecer hospitais e unidades do Sistema Único de Saúde de Pelotas e região
- Ação 2 - mediante atenção farmacêutica, auxiliar na prevenção da pandemia com a distribuição de produtos antissépticos e folheto explicativo das técnicas e procedimentos de higiene para instituições assistenciais.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto teve como resultado, além da capacitação de mão de obra especializada e voltada para o auxílio da redução dos efeitos causados pela pandemia na população de Pelotas e região, o atendimento de necessidades específicas de instituições assistenciais e de saúde que são solicitadas ao grupo de trabalho, por não haver disponibilidade de produto antisséptico no mercado.

Até o momento, foram produzidos mais de 6,5 mil litros de álcool gel, o equivalente a aproximadamente 5,5 toneladas do produto. Em caso de retorno das atividades presenciais, este número pode se elevar de forma relativamente alta devido à demanda interna da instituição, sendo assim, o Curso de Farmácia está devidamente equipado com uma capacidade instalada de produção diária de aproximadamente 960 litros (aproximadamente 825 kg), bastando uma nova readequação de recursos humanos e novas escalas de trabalho, considerando o abastecimento das matérias-primas e embalagens para acondicionamento do produto.



Figura 02 – Volume de álcool gel equivalente à um lote de produção.  
*Foto: José Mário Barichello*



Figura 03 – Doação de Álcool gel para a instituição de longa permanência para idosos, Asilo de Mendigos. *Foto: José Mário Barichello*

Parte de toda essa produção foi possível pela contribuição e doação de materiais, como exemplo da indústria de bebidas BIRI, que doou 1000 embalagens de 2 litros para a UFPEL. (UFPEL, 2020) Esta parceria foi reforçada após um projeto realizado em conjunto no mês de março, quando instituições de ensino da cidade se uniram à empresa para o envase de 38 mil litros de álcool 70% INPM doados pela Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul, visando conter os avanços e efeitos do coronavírus na região. (UFPEL, 2020)

#### 4. CONCLUSÕES

O projeto se propôs a avaliar novos agentes para a produção de álcool gel, bem como a produção destes e o abastecimento de hospitais e unidades de saúde na cidade de Pelotas e região. Todos estes objetivos foram alcançados até o momento e nossas ações devem continuar sendo executadas enquanto houver necessidade e estrutura disponível.

O trabalho também demonstrou que aliando mão de obra qualificada, alunos e voluntários dispostos a aprender e contribuir, suporte da universidade na adequação e obtenção de materiais e insumos, bem como, de doações e do auxílio de empresas privadas, é possível devolver à sociedade o investimento feito em educação, seja através do conhecimento obtido, seja através da aplicação deste.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEQUINEL, R.; LENZA, G. F.; SILVA, F. J. L. B.; SILVA, F. R. Soluções a base de álcool para higienização das mãos e superfícies na prevenção da Covid-19: compêndio informativo sob o ponto de vista da química envolvida. **Química Nova**, v. 43, n. 5, p. 679-684, 2020.

MAGALHAES, W. L. E.; DEGENHARDT-GOLDBACH, J. **Nova formulação de álcool gel (MicroCelol) com celulose microfibrilada (MFC): avaliação em Escherichia coli**. Colombo: EMBRAPA Florestas, 2020. 9p. Comunicado Técnico, 444

BRASIL. ANVISA. Ministério da Saúde. **Formulário Nacional Da Farmacopeia Brasileira**. Brasília: Anvisa, 2012.

BRASIL. ANVISA. **Nota Técnica Nº 3/2020/SEI/DIRE3/ANVISA**. Orientações gerais sobre a doação de álcool 70%. Processo nº 25351.908991/2020-73. 2020, 4p.

UFPEL. **Biri faz doação de garrafas PET para o projeto de produção de Álcool em Gel**. Coordenação de Comunicação Social, Pelotas, 27 ago. 2020. Acessado em 27 set. 2020. Online. Disponível em: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2020/08/27/biri-faz-doacao-de-garrafas-pet-para-o-projeto-de-producao-de-alcool-em-gel/>

UFPEL. **IFSul, UCPel, UFPel e Biri unidos para envasar álcool líquido e produzir álcool gel para o SUS**. Coordenação de Comunicação Social, Pelotas, 20 mar. 2020. Acessado em 27 set. 2020. Online. Disponível em: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2020/03/20/ifsul-ucpel-ufpel-e-biri-unidas-para-ensavar-alcool-liquido-e-produzir-alcool-gel-para-o-sus/>

## AS CONSEQUÊNCIAS DO RACISMO ESTRUTURAL

WENDEL FARIAS RODRIGUES<sup>1</sup>; HELENA DOS SANTOS CARDOSO<sup>2</sup>; VITÓRIA PERES TREPTOW<sup>3</sup>; ÍRIA RAMOS OLIVEIRA<sup>4</sup> POLIANA FARIAS ALVES<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [wendelfarias9@gmail.com](mailto:wendelfarias9@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [helenasantosc1234@gmail.com](mailto:helenasantosc1234@gmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [vitoria\\_treptow@hotmail.com](mailto:vitoria_treptow@hotmail.com)

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – [iria\\_oliv@hotmail.com](mailto:iria_oliv@hotmail.com)

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas – [polibrina1@gmail.com](mailto:polibrina1@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O racismo estrutural faz parte da formação da sociedade brasileira, ele esteve a serviço do colonialismo dominando os negros no período da escravidão e no fortalecimento do capitalismo após a abolição se traduzindo em uma exclusão social em diversos setores da sociedade brasileira (BERSANI, 2018). O Ministério da Saúde reconhece que o racismo é um determinante social de saúde, pois é responsável por diferenças consideráveis na forma de nascer, viver e morrer entre negros e brancos (SOUZA, 2018).

O racismo foi durante anos negado pela sociedade brasileira sustentado pelo argumento de miscigenação de três raças: o branco europeu, o índio desapropriado de suas terras e o negro escravizado. Com a luta dos movimentos sociais, desde os anos 90, as questões étnico-raciais ganharam cada vez mais espaço nos debates públicos da sociedade brasileira e expôs “o mito” da democracia racial que frequenta o imaginário da sociedade desde o período pós abolição (MORAES, 2020; SILVA E SKOLAUDE, 2020)

O ambiente acadêmico também deve ser compreendido como um espaço de produção de debates junto com a sociedade como forma de construção de saberes que promovam a redução das vulnerabilidades e iniquidades em saúde sofridas pela população. Desta forma, foi criado o Coletivo Hildete Bahia: Diversidade e Saúde, em 2019 como um projeto de extensão do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas, o qual vem realizando ações extensionistas acerca das temáticas da, a Saúde da População Indígena, a Saúde da Mulher e sobre a Saúde da População LGBTQIA+ e principalmente sobre a População Negra.

Por conta do contexto pandêmico, novas formas de produção de debate vêm sendo desenvolvidas. De acordo com Almeida e Alves (2020), durante a pandemia do vírus SARS-CoV-2, as lives (vídeos ao-vivo) vêm sendo bastante utilizadas, promovidas e disponibilizadas em várias plataformas digitais proporcionando o engajamento social e a interação entre as pessoas. Neste sentido, o projeto de extensão Coletivo Hildete Bahia, durante a pandemia vem realizando atividades através das redes sociais por meio de tecnologias da informação como lives, cards e vídeos.

E, reconhecendo a necessidade de um debate aprofundado acerca do racismo no contexto brasileiro, este resumo tem o objetivo de relatar a experiência de realização de uma live acerca das consequências do racismo estrutural no Brasil.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência da realização de uma ação extensionista a partir da utilização de novas tecnologias de informação e comunicação, uma live interativa, ocorrida no dia 24 de junho de 2020.

A tecnologia da informação e comunicação consiste de um método de comunicação estendida que tornam a educação mais interativa e como consequência facilitam a aprendizagem (MARTINS, 2017).

A atividade contou com a participação de dois Professores de duas instituições de ensino diferentes no RS, a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul). Para fazer a live acontecer participaram quatro estudantes, dois na mediação e dois na transmissão da live.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A live teve a participação como convidados dos professores Marina Soares Mota e André Luís Pereira, na mediação de duas alunas uma integrante do coletivo e ou DAAN, Helena Cardoso e Helena Campelo, respectivamente, já que a live foi uma parceria de divulgação e transmissão com o Diretório Acadêmico da Enfermagem. A transmissão foi feita na página do Facebook e no canal do Youtube do Coletivo através da plataforma Stream Yard, a divulgação prévia através das mesmas redes e do Instagram. Até o dia 29/09/2020 teve 24 compartilhamentos, 164 engajamentos e 2.749 pessoas alcançadas.

Essa ação trouxe um boa visibilidade para o coletivo, aprendizado em em volta dos estudos feitos para mediação, materiais disponibilizados para todos os alunos e a inclusão de novos participantes.

Os convidados da live trouxeram suas respectivas visões e abordaram dentro da discussão conceitos e como o nome da live já adiantava, as consequências do racismo estrutural.

A conceituação de racismo estrutural traz que o modo racista de como falamos, agimos e pensamos está profundamente em nosso subconsciente que não percebemos as ações preconceituosas e o quão nos habituamos ao processo ideológico racista normalizado no cotidiano da população. Esse processo reflete nos dados e estatísticas, segundo o Ministério da Saúde, a distribuição racial da riqueza não contesta o argumento de que dentro dos 10% mais pobres, 76% são negros (BRASIL, 2017).

Para que se reproduza o racismo nós precisamos das instituições, elas fazem com que fique ainda mais evidente as práticas racista em normas, leis e outros domínios da sociedade. Dentro dessa mesma vertente temos o exemplo sobre o racismo institucional nas leis brasileiras está na constituição de 1934, ela afirma que a educação deve ser baseada através da eugenia, assim desenvolvendo uma segregação (BRASIL, 2012).

A institucionalização do racismo traz que, em relação ao acesso ao ensino superior, no ano de 2015, apenas 12,8% dos estudantes de cursos superiores são pretos ou

pardos (BRASIL, 2017), agravado pelo atraso escolar, precarização do ensino público, condições financeiras, já que alguns jovens abandonam os estudos para trabalhar e complementar a renda familiar.

Um dos objetivos da Política Nacional da Saúde Integral da População Negra criada em 2009 é incentivar a produção de conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra e desenvolver processos de informação, comunicação e educação que auxiliem na desconstrução de preconceitos e que fortaleçam a identificação positiva da negritude. (BRASIL,2017)

Na saúde, 67% dos usuarios do SUS são negros ou pardos, analisando os indicadores de doenças, relacionados ao ambiente, situação socioeconômica evidencia a necessidade de politicas e programas devidamente direcionados a essa população e suas necessidades, já que a ausência de doença não é o

#### 4. CONCLUSÕES

Com base nos dados apresentados no presente trabalho e na discussão produzida na live observa-se que o racismo afeta rotineiramente a população negra em diversos fatores e a sua maior forma de combate é através da informação e da educação antirracista.

Questões sociais mostram como as pessoas negras são tratadas inferiormente e representam a menor taxa em cargos de poder no Brasil. É necessário para se chegar em cargos de poder uma boa estruturação na educação básica assim evitando evasão escolar dessa população.

. Em tempos pandêmicos vemos que a desigualdade não é somente social, mas também racial pois a maioria dessa população se concentra nas periferias do Brasil. É necessário que se crie políticas públicas que mudem esse sistema que aprisiona, mata e fere a população negra diariamente. Temos de deixar de naturalizar o racismo, se desconstruir e começar a pensar como pessoas antirracistas

A realização da live foi importante devido ao momento social que estamos vivendo, diferentes movimentos estão indo às ruas para apaziguar a violência que jovens negros vem sofrendo diariamente. A live foi uma forma de expor como o racismo está constituído na sociedade, quem ele atinge e como afeta esse indivíduo.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, B O A; ALVES, L R G. Lives, educação e covid-19: Estratégias de interação na Pandemia. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v.10, n.1, p. 149-163, 2020. Online. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8926>

BERSANI, H. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v.11, n.2, p. 175-196, 2018. Online. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/148025/147028>

MORAES, R J N. Democracia Racial, Racismo e Política Pública. *Revista Labirinto*, Porto Velho, v.32, n.1, p.58-73, 2020. Online. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/5275/3517>

SILVA, M L; SKOLAUDE, M S. 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934), biopolítica e democracia racial: implicações na educação contemporânea. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS**, Rio Grande, v.12, n.23, p.331-356, 2020. Online. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/10840/pdf>

SOUZA, I M. O racismo como produtor de iniquidades e determinante social de saúde. **Revista Revise**, Santo Antônio de Jesus, v.3, n. Fluxo Contínuo, p.14-21, 2018. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/revise/article/view/1673/941>

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1934. Brasília, DF: Senado Federal. 2012. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes\\_Br](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Br)>.

## VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA PANDEMIA QUE NÃO CESSA

LISIANE DA CUNHA MARTINS DA SILVA<sup>1</sup>; MIRIAM QUÊNIA COSTA DA ROSA<sup>2</sup>; VITÓRIA PERES TREPTOW<sup>3</sup>; MARINA SOARES MOTA<sup>4</sup>; MICHELE MANDAGARÁ DE OLIVEIRA<sup>5</sup>; POLIANA FARIAS ALVES<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas - [lisicunha.martins@gmail.com](mailto:lisicunha.martins@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas - [mquenia@gmail.com](mailto:mquenia@gmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas - [vitoria\\_treptow@hotmail.com](mailto:vitoria_treptow@hotmail.com)

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas - [mms.mari.gro@gmail.com](mailto:mms.mari.gro@gmail.com)

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas - [mandagara@hotmail.com](mailto:mandagara@hotmail.com)

<sup>6</sup>Universidade Federal de Pelotas - [polibrina1@gmail.com](mailto:polibrina1@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Visando a necessidade de políticas públicas e medidas para coibir a violência e promover segurança para as mulheres, a Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 1950, iniciou a formulação de comissões e tratados à este tema. É manifestado, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a todos o direito à liberdade humana, aplicado de maneira igualitária entre homens e mulheres, sem distinção de qualquer natureza (PINAF, 2007).

A violência contra a mulher é uma questão global, um problema de saúde pública que atinge todas as classes sociais e diferentes níveis de formação cultural, educacional, religiosa, profissional.

Perceber a violência é um passo para melhorar a eficácia das ações. E isso se concretiza através de políticas públicas em nível federal, estadual e municipal.

Uma grande conquista da mulher frente a violência foi a criação da Lei Maria da Penha em 2006 em que se passou a criminalizar este ato e punir penalmente com mais severidade seus agressores. Lamentavelmente antes dessa lei a violência contra a mulher era tratada como um crime de menor potencial ofensivo, em que imperava ao seu agressor apenas punições leves, como trabalhos comunitários e distribuição de cestas básicas, deixando essa mulher a mercê de novos atos de violência (BRASIL, 2006).

A violência contra a mulher perdura há anos e, durante a pandemia estabelecida no mundo pelo vírus da Covid-19, houve um aumento drástico nesse quadro, no qual os números vêm aumentando (RIO GRANDE, 2018). Neste sentido, emerge a necessidade de ampliação do debate sobre o tema, com foco em auxiliar as mulheres que se encontram nessa situação, atuando e demonstrando como podem se proteger e lutar pelos seus direitos.

No sentido de aprofundar a discussão acerca do tema, o Coletivo de Diversidade Hildete Bahia, da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas em parceria com o D'Generus: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero realizou uma atividade de extensão em formato de live abordando da violência contra a mulher no contexto atual.

Desta forma, este estudo tem o objetivo de relatar esta experiência extensionista realizada por estes dois grupos, frente à necessidade de se debater sobre o tema violência contra a mulher durante a pandemia.

### 2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência que descreve a realização de uma ação extensionista realizada em formato de live nas redes sociais. Devido a pandemia

da COVID-19, o Coletivo de Diversidade Hildete Bahia tem realizado sua extensão em plataformas digitais. Neste contexto, o projeto D'Generus: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero entrou em contato para realização em parceria uma Live sobre Violência Doméstica: Debatendo o contexto atual de Pelotas e Rio Grande.

Para participar da Live foram convidados a Diná Lessa Bandeira, diretora presidente do Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP) e Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Pelotas (COMDIM), Maria de Lourdes Lose, Coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres - Rio Grande, técnica administrativa da FURG, aposentada, militante dos movimentos sociais feministas e sindicalista, especialista em sociologia. A mediadora foi Adriana Lessa Cardoso, Doutoranda em Educação PPGE/UFPEL, colaboradora do Grupo de pesquisa D'generus, militante feminista da União Brasileira de Mulheres.

A live foi feita através das redes sociais do YouTube e Facebook, nas páginas do coletivo, utilizando o programa Stream Yard como plataforma de transmissão. A divulgação foi feita através das páginas do Facebook do Coletivo e do núcleo D'generus.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No intuito de colaborar na discussão e na apresentação de alternativas diante situações de violência contra a mulher no contexto da pandemia, realizou-se uma live na qual foram apresentados dados acerca do aumento da violência e do número de feminicídios que ocorram neste período de isolamento social, tanto da cidade de Pelotas-RS, quanto de Rio Grande-RS.

A live foi o resultado de uma parceria entre o Coletivo de Diversidade Hildete Bahia com o D'Generus: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero. O coletivo realizou a transmissão da live, pois as representantes do D'Generus não se estavam ainda familiarizadas com as tecnologias e plataforma para transmissão da live. São dificuldades impostas pela pandemia de Coronavírus.

A abordagem principal foi direcionada ao aumento gradativo e exponencial da violência contra a mulher nas cidades de Pelotas e Rio Grande.

No contexto nacional, a criação da Lei n.11.340, de 7 de agosto de 2006, a lei Maria da Penha visa criminalizar a violência doméstica e familiar contra mulher, abrangendo a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (BRASIL,2006). Porém, cabe-se ressaltar que mesmo antes da criação da lei nacional, já existiam políticas de enfrentamento, porém estas não coibiram a existência e o aumento da prática deste crime.

Em termos de Políticas Públicas mais recentes, em 2011 iniciou-se a elaboração da Política Nacional de Enfrentamento à Violência às Mulheres, visando prevenir, combater e também prestar assistência às mulheres em situação de violência no Brasil (BRASIL, 2011). Baseando-se na política nacional, os municípios foram desenvolvendo uma série de ações voltadas para o atendimento das mulheres em situação de violência.

O município de Pelotas, em 2018, publicou o Plano Municipal de Políticas para Mulheres. Este plano teve por objetivo atender as mulheres em diversas áreas, inclusive àquelas em situação de violência. Estas se compõem por uma rede interligada entre Centro de Referência da Mulher, um abrigo e por uma Secretaria de Assistência Social. Integra-se ainda ao plano Programa de Saúde da Mulher, voltado à saúde desta população (PELOTAS,2018).

Cabe aqui ressaltar que as criações tanto do Plano Municipal de Políticas para Mulheres da cidade de Pelotas quanto das Políticas Nacionais são muito recentes e que muitas mulheres ainda não têm conhecimento acerca de tais políticas para auxiliar no enfrentamento os momentos difíceis, a exemplo do contexto atual de isolamento social gerado mundialmente pela Pandemia de Covid-19.

O contexto pandêmico influenciou no confinamento social e, de acordo com Martins et al. (2020) as mulheres em contexto violento podem ter a vida impactada, sofrendo vários danos à saúde física, psicológica, sexual e reprodutiva, além de danos econômicos e sociais, visto que estas passam um maior tempo convivendo com seu agressor, que pode impactar no aumento da violência já sofrida por elas e também no aumentando o risco de feminicídio.

De acordo com Lírio et al. (2020), os números de feminicídio no Rio Grande do Sul cresceram quando comparados aos anos anteriores a pandemia. No município de Pelotas verificou-se um aumento nos números de notificações de lesões corporais, além do aumento de 38,46% de casos de estupro quando comparado com 2019, evidenciando a importância de se trazer o tema da violência para o centro das discussões com meta de superar este desafio e tentar amenizar as violências contra as mulheres neste período difícil.

Verificou-se situação semelhante na cidade de Rio Grande, a qual também contabilizou aumento da violência contra mulher (RIO GRANDE, 2020).

A live realizada também abordou como tema o trabalho que o D'Generus: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero realiza dando auxílio na atenção a essa necessidade e realizando atendimentos em diversas frentes e programas no município de Pelotas, assim como foram fornecidas dicas, números e maneiras de pedir ajuda, de como realizar denúncias sem se expor diante do seu agressor. Neste mesmo sentido, também foram apresentados os dispositivos disponíveis na cidade de Rio Grande para o combate à violência contra a mulher, como a rede de ajuda Lilás, que oferece suporte e auxilia mulheres em situação de violência ao qual continua muito atuante, mesmo neste período de pandemia, dedicando se plenamente ao combate dessa violência.

#### 4. CONCLUSÕES

No contexto de enfrentamento da violência contra a mulher, as políticas públicas transversais que tratam desta temática e que visam a equidade entre homens e mulheres são essenciais para mudança deste contexto.

Compreendida como um assunto de desigualdade de gêneros, deve ter em mente a importância da modificação da cultura machista na qual percebe a mulher como um objeto e que deve subordinação. A mulher é um ser único e forte, que exige respeito e igualdade.

A partir do exposto, destaca-se a importância políticas públicas de empoderamento da mulher frente a sociedade, associado ao trabalho governamental em gerar oportunidades e subsídios para que as mulheres possam se proteger e também reiniciar suas vidas. A discussão promovida na live também evidenciou que a pandemia acentuou a criminalidade contra a mulher e que muitas não sabem o que fazer e a quem recorrer em situações como essas.

Desta forma, destaca-se a importância de ações extensionistas como esta produzida pelo Coletivo de Diversidade Hildete Bahia, trazendo ações de informação e orientação para o enfrentamento de temas pandêmicos como a violência contra a mulher.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Dispõe sobre os mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 14 de setembro 2020.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. **Dispõe sobre prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 mar. 2016b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm). Acesso em 14 de setembro 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Ideal Gráfica e Editora,** 2011. Disponível em [https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/politica\\_nacional\\_enfrentamento\\_a\\_violencia.pdf](https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/politica_nacional_enfrentamento_a_violencia.pdf) acesso em 14 de setembro de 2020.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Prefeitura Municipal De Pelotas. Coordenadoria De Políticas Públicas Para a Mulher. **Plano Municipal De Políticas para as Mulheres.** Pelotas, RS, 2018. Disponível em <http://www.pelotas.com.br/noticia/plano-municipal-e-base-de-politicas-publicas-para-mulheres>. Acesso em 14 de setembro de 2020.

LIRIO, V.S., et al., Violência e Criminalidade Contra as Mulheres no Rio Grande do Sul em Tempos de Pandemia Por COVID-19: O que Mostram os Dados?, **Observatório Socioeconômico da COVID-19**, Santa Maria, 2020.

MARTINS, A.M.E.B.L., et al., Violência Contra a Mulher em Tempo de Pandemia da COVID-19 no Brasil: Revisão Narrativa de Literatura, **revista Enfermagem Atual**, Edição especial COVID19, p:1-12, Minas Gerais,2020.

PINAF, T., Violência Contra Mulher: Políticas Públicas e Medidas protetivas na contemporaneidade, **Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo**, Ed. N. 21, São Paulo, 2007.

RIO GRANDE. Prefeitura De Rio Grande. Coordenadoria Da Mulher De Rio Grande. **Violência contra mulheres aumenta durante o período de isolamento social.** Rio Grande,2020. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/violencia-contra-mulheres-aumenta-durante-o-periodo-de-isolamento-social/> Acessado em 17 setembro 2020.

## AS RELAÇÕES ENTRE A PANDEMIA DE COVID-19 E ÁREAS DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL EM PELOTAS

ANELIZE SOUZA TEIXEIRA<sup>1</sup>; FLÁVIA PAGNONCELLI GALBIATTI<sup>2</sup>, RODOLFO BARBOSA RIBEIRO<sup>3</sup>; NIRCE SAFFER MEDVEDOVSKI<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / UFPel – lize2273t@gmail.com

<sup>2</sup>Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / UFPel – flaviagalbiatti@hotmail.com.

<sup>3</sup>Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / UFPel – rodolfobribeiro@live.com.

<sup>4</sup>Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / UFPel – nirce.sul@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Neste contexto de pandemia global, percebe-se a necessidade de buscar ferramentas de combate e desaceleração do contágio da COVID\_19, e, para isso, entende-se como fundamental compreender de que forma está acontecendo essa propagação. Pensando nisso foi criado o programa “Rede de Laboratórios e Coletivos de Arquitetura, Urbanismo, Design e Tecnologia da Ufpel integrados ao combate COVID\_19”, com participação do NAUrb - Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo da faculdade de arquitetura e Urbanismo UFPel, para o mapeamento georreferenciado de áreas de fragilidade de baixa renda em Pelotas.

O presente trabalho propõe o mapeamento das áreas de fragilidade socioespacial em Pelotas, determinadas a partir da análise de bases sociais - renda, densidade, ocupação por domicílio -, e espacial, enquanto ambiente construído, condições da moradia, regularidade da posse, infraestrutura urbana e condicionantes ambientais. Para identificar possíveis dificuldades no combate a disseminação da COVID\_19, através de levantamento de dados, caracterização das áreas, relação com os equipamentos públicos, análise das informações e possibilidades de atuação a partir da pesquisa.

O trabalho encontra-se em desenvolvimento, apresenta resultados parciais para as etapas de identificação e caracterização das áreas de vulnerabilidade socioespacial; levantamento dos equipamentos públicos nessas áreas; e, revisão bibliográfica para adoção de parâmetros de análise da abrangência de atendimento desses equipamentos.

### 2. METODOLOGIA

Para o levantamento e identificação das áreas de fragilidade socioespacial, estão propostas as seguintes etapas:

- a) Levantamento bibliográfico e documental sobre as áreas de fragilidade socioespacial em Pelotas;
- b) Mapeamento e caracterização dessas áreas a partir de dados do Censo 2010 (IBGE), III Plano Diretor 2008, Plano Local de Habitação de Interesse Social 2014;
- c) Identificação e mapeamento dos equipamentos públicos nas áreas de fragilidade socioespacial;
- d) Revisão bibliográfica para definição dos raios de abrangência de atendimento dos equipamentos públicos de saúde e educação adequados para a cidade de Pelotas;
- e) Análise e sobreposição das informações, para identificar as demandas, a partir das condições e infraestrutura existentes, nas áreas levantadas para possíveis ações de suporte ao combate da disseminação da COVID\_19.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

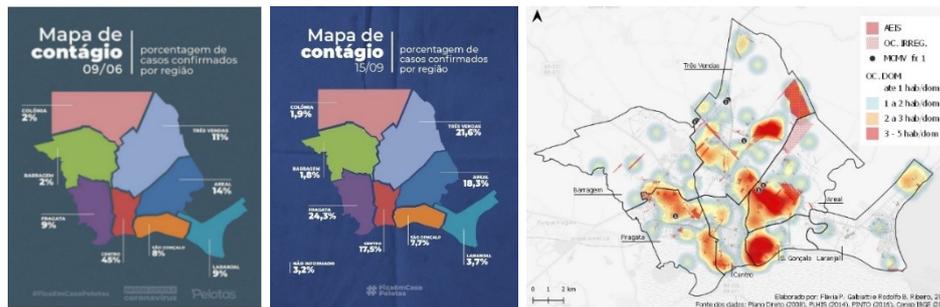


Figura 01 e 02: Mapas de contágio Pelotas. Fonte Prefeitura de Pelotas.

Figura 03 Mapa de Calor Pelotas. Fonte: elaborado pelos autores.

A comparação entre as figuras 01 e 02, possibilita perceber a disseminação do vírus para as regiões periféricas da cidade. No começo da pandemia, figura 01, a taxa de maior contaminação acontecia no centro da cidade. Na figura 02, três meses depois, a taxa de contaminação nas regiões do Fragata, Três Vendas e Areal ultrapassam a porcentagem do centro. A terceira figura mostra o mapeamento realizado, sobrepondo informações para a identificação de áreas de fragilidade socioespacial: Mapa de calor indica a taxa de ocupação por domicílios, com destaque aos domicílios que abrigam entre 3 a 5 habitantes (IBGE, 2010); Áreas em vermelho indicam as *Áreas Especial Interesse Social* (III PD, 2008); E, áreas hachuradas as *Áreas de Ocupações Irregulares* (PLHIS, 2014).

A partir do aumento do fator de crescimento de contágio nas regiões apontadas pelas figuras 01 e 02, e do mapeamento de áreas de fragilidade socioespacial, na figura 03, é possível estabelecer relações entre a precariedade urbana e as condições da realização do isolamento domiciliar adequado.

Nesse contexto, entende-se os equipamentos públicos existentes nas áreas identificadas, como possibilidade de amparo no enfrentamento da pandemia, seja por ações de atendimento direto, ampliação do acesso a informações, e, até mesmo, dando condições para a realização do isolamento adequado. Desenvolve-se então o mapeamento dos equipamentos de saúde e educação e procura-se, na revisão bibliográfica, o raio de abrangência para o atendimento, buscando analisar parâmetros mais adequados às características de Pelotas.

Santos (1988) associa a distância dos equipamentos na cidade com três escala: vizinhança, Bairro e Cidade. Já Prinz (1986), relaciona os elementos necessários para um projeto urbanístico de qualidade, que atenda satisfatoriamente às necessidades dos moradores, considerando a distância percorrido a pé, assim como Moretti (1997), Castello (2013), faz relação com o tempo de deslocamento, distância e frequência de uso. Brau, Mercê e Tarrago (1980), trazem índices de acessibilidade como excelente, ótimo, regular, baixa e péssima em relação aos equipamentos de educação.

Diniz (2014) analisa o *Selo Casa Azul* - sistema de classificação socioambiental de projetos habitacionais financiados pela Caixa, com critérios de avaliação, de qualidade urbana às práticas sociais. Rolnik et al (2014) indica os equipamentos, comércios e serviços que devem estar presentes no entorno dos empreendimentos habitacionais do *Programa Minha Casa Minha Vida* (PMCMV) e a distância máxima à eles, analisados na cidade de São Paulo.

Coluna1	Carlos Nelson	Iara Castello	Jefferson Diniz	Prinz	Selo casa Azul	Rolnik et al.	Morreti	Brau et al.	Adotada
Ensino infantil	500	400	1.000	500	-	até 1.000	-	500	400
Ensino fundamental	500	400	1.500	500-700	até 1.500	1.500	500	500	800
Ensino medio	500-1.000	800	2.000	1.500	-	1.500	800	1000	800
Ubs ou Posto de Saúde	800	800	2.500	-	até 2.500	1.500	2.000	-	800
Hospital	mais de 1.000	1.600	3.000	-	até 2.500	1 hora	-	-	1600

Tabela 01: Parâmetros comparativos de abrangência do atendimento de equipamentos públicos. Fonte: elaborado pelos autores.

Como indicado na tabela 01, a partir das reflexões apresentadas pelos autores e considerando a escala urbana da cidade de Pelotas, foram adotadas as seguintes medidas para os raios de abrangência para os equipamentos:

1. Educação: ensino infantil e fundamental 400 metros, ensino médio 800 metros;
2. Saúde: UBS/Posto de saúde 800 metros e Hospital 1600 metros.

A figura 04 apresenta o mapeamento dos equipamentos públicos de saúde com seus raios de abrangência, e a figura 05, os equipamentos de educação. Destaca-se que foi considerado a posição espacial dos equipamentos, e não sua capacidade de atendimento.

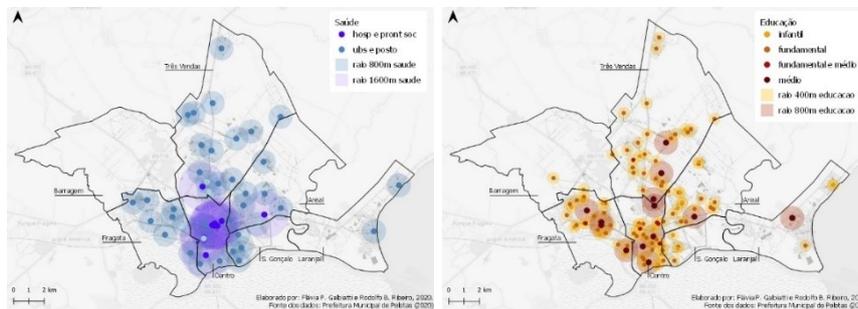


Figura 04 e 05: Equipamentos de saúde e raios de abrangência e Equipamentos de educação e raios de abrangência. Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 4. CONCLUSÕES

Pode-se perceber o aumento das taxas de propagação do vírus nas áreas de fragilidade socioespacial, caracterizadas pelos fatores mencionados no trabalho, cabe destaque a alta taxa de ocupação dos domicílios e a precariedade da urbanização nessas áreas. Esses fatores mostram-se como entraves para a realização do isolamento domiciliar adequado - medida mais eficiente adotada para conter o contágio -, impossibilidade dada pela coabitação e pelo acesso limitado à infraestrutura urbana, que agravam as condições do paciente infectado como vetor de contágio.

É possível constatar, a partir de análises espaciais e de referencial bibliográfico sobre a abrangência dos equipamentos públicos, o relativo atendimento geral da cidade - ainda que algumas áreas necessitem um maior número de equipamentos -, porém perceber-se, dado o crescimento dos contágios, que mesmo assim há uma demanda pela mobilização e articulação de ações, nas áreas estudadas, onde esses equipamentos poderiam ser utilizados como ferramenta de combate à COVID\_19.

O trabalho se deparou com limitações quanto ao acesso de informações: primeiro pela defasagem dos dados do Censo 2010 do IBGE; e, segundo, pela indisponibilidade - a partir de maio pelo Ministério da Saúde - de acesso público aos dados da informação cadastral de localização (CEP) do Datasus, o que impossibilitou um mapeamento mais preciso sobre as áreas de contágio em Pelotas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, G.; ORTH, D.; BORTOLUZZI, S. **Geoprocessamento para determinação de acessibilidade aos equipamentos educacionais como ferramenta de apoio aos Estudos de Impacto de Vizinhança: estudo de caso na Planície do Campeche - Florianópolis/SC - Brasil**. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, 2011

CASTELLO, Iara Regina. **Equipamentos Urbanos, Grupos Hierárquicos, Parâmetros de Localização e Características Gerais**. 2013. Acessado em <<http://www.clickgeo.com.br/aplicacao-sig-na-identificacao-de-raios-de-abrangencia-de-equipamentos-comunitarios/>>

DINIZ, Jeferson Domingues. **Análise da Inserção Urbana dos Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida No ABC – Período 2009-2014**. Dissertação (Mestrado). Planejamento e Gestão do Território, UFABC. Santo André, 2015. Acessado em <[http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%205/ST%205.5/ST%205.5-02.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%205/ST%205.5/ST%205.5-02.pdf)>

GOMES, Vanessa. **Qualidade Urbana**. Categoria 1. Parte II. In: JOHN, Vanderley Moacyr; PRADO, Racine Tadeu Araújo (Coord.). **Boas Práticas para Habitação Mais Sustentável**. São Paulo: Páginas & Letras, 2010. p. 39-55.

IBGE. Censo Demográfico 2010. **Agregados por Setores Censitários**. Pelotas: IBGE, 2010. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censodemografico2010.html?edicao=10410&t=resultados&fbclid=IwAR3eRFZf2VbCC9CiR7yk9L0NZ\\_I1brllxOonmtea1lzq\\_H47LgaJJTp3Tk](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censodemografico2010.html?edicao=10410&t=resultados&fbclid=IwAR3eRFZf2VbCC9CiR7yk9L0NZ_I1brllxOonmtea1lzq_H47LgaJJTp3Tk)> Acesso em: 28 de set. de 2020.

MORETTI, Ricardo de Souza. **Normas urbanísticas para habitação de Interesse Social: Recomendações para elaboração**. São Paulo: FINEP, 1997

PELOTAS, PREFEITURA MUNICIPAL. **Pelotas contra o coronavírus**. Últimos boletins. Pelotas, 2020. Disponível em: <<http://www.pelotas.com.br/coronavirus#boletim>>. Acessado em 28 de set. 2020

PELOTAS. Lei 5502 de 11/09/2008. Institui o **Plano Diretor Municipal** e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, [2008].

PELOTAS. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2014.

PINTO, J. V. **Contribuições para estudo do “Programa Minha Casa, Minha Vida” para uma cidade de porte médio, Pelotas-RS: caracterização das empresas construtoras e incorporadoras privadas e inserção urbana**. 2016. Dissertação/Mestrado-universidade federal de Pelotas Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (Acessado em <[file:///C:/Users/lize2/Downloads/Jones%20Vieira%20Pinto\\_Dissertacao.pdf](file:///C:/Users/lize2/Downloads/Jones%20Vieira%20Pinto_Dissertacao.pdf)>

PRINZ, Dieter. **Planificación y configuración urbana**. Ediciones G. Gili, S.A. de C.V. México. 1986.

ROLNIK, Raquel et al. (Coord.). **Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV**. LabCidade. FAU/USP. 2014

## DISTÂNCIAS PROJETUAIS: REFLEXÃO SOBRE O DESIGN EDITORIAL COMO FERRAMENTA PARA ACESSIBILIDADE

GUILHERME BUENO ALCÂNTARA<sup>1</sup>;  
PAULA GARCIA LIMA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – guilhermebueno2912@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – paulaglima@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O *designer*, do ponto de vista de alguns teóricos, surgiu como sujeito profissional no momento em que as funções de projetar objetos e construí-los estavam profundamente separadas, leia-se revolução industrial (DENIS, 2000). Aquele responsável pelo *design* projetava, a indústria produzia e o terceiro elemento dessa equação, o consumidor, “recebia” o resultado dessa dupla. Ou seja, na gênese do *designer* está um grau de distanciamento entre a criação dos objetos e para quem tais objetos são criados. Esse fato pode parecer trivial, mas, como uma gota que cai n’água, gera ondulações maiores que si.

Este texto pretende apresentar minha experiência como *designer* no desenvolvimento do projeto gráfico e diagramação do livro *Acessibilidade Cultural: Atravessando Fronteiras*, que realizei como parte das demandas de minha bolsa na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Para, a partir do relato, expor e levantar questões referentes ao papel do *designer* na construção de um mundo mais acessível, pois esse projeto fez com que eu despertasse para as distâncias — enfatizadas neste contexto de isolamento social — entre os *designers* e os que são contemplados por sua atenção e ofício (ou, reformulando, os que *não* são).

Serão tratados, de forma abreviada, questões referentes ao ofício do *designer*, amplo senso e editorial, por Bringhurst (2018), à filosofia da mente, por Nagel (2005) e à acessibilidade propriamente dita, pela obra *Um museu para todos* (2019) e *Acessibilidade Cultural: Atravessando Fronteiras* (2020)<sup>1</sup>.

### 2. METODOLOGIA

Metodologicamente, por este resumo ter sido construído a partir do projeto de diagramação do livro digital *Acessibilidade Cultural: Atravessando Fronteiras*, como exposto na introdução, somado às reflexões posteriores proporcionadas por essa experiência, este trabalho possui um caráter eminentemente qualitativo. Este fato deve-se pois o presente texto visa suscitar reflexões acerca da temática abordada, tendo como base o encadeamento de ideias de diferentes autores, de áreas também variadas.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de mais nada, é relevante expor o contexto no qual estava inserido ao diagramar a obra. Iniciei minha bolsa na PREC no dia primeiro de julho e esta foi minha primeira demanda como bolsista. Já havia passado por uma experiência de quase um ano como bolsista diagramador na Editora da UFPel, então estava tranquilo quanto à diagramação da obra, até me deparar com o tema e a

---

<sup>1</sup> Durante a escrita deste texto, o livro ainda estava em pré-lançamento.

importância que ele carregava e carrega. Antes deste projeto, nunca havia refletido com a devida atenção a quais indivíduos leitores meu trabalho atendia e a quais não.

Bringhurst, que é, entre tantas coisas, poeta, tipógrafo e linguista, escreve categoricamente: “A tipografia serve para honrar seu conteúdo” (BRINGHURST, 2018, p.23). Tipografia é a arte de tornar visível a linguagem verbal, dar forma à matéria amorfa que nasce na mente, logo, demanda uma prática norteada pela responsabilidade. A frase de Bringhurst, que é tão curta na sintática, é gigante na semântica, pois diz muito sobre o ofício de quem diagrama. A função do *designer* especialista nessa área é fazer jus ao texto, um ofício de honestidade e respeito aos autores, aos leitores e às palavras. Aceitando essa máxima, e empregando ela no contexto de um livro que trata sobre acessibilidade, é impossível considerar cumprido o papel do diagramador caso a obra não seja acessível. Neste contexto de reconhecimento da minha inexperiência prévia quanto à prática de *design* editorial inclusiva, que surgiram as reflexões desse texto, afinal, problemas não reconhecidos não se solucionam por conta própria.

Como relata Salasar, na introdução de *Acessibilidade Cultural: Atravessando Fronteiras*:

Pensemos numa pessoa sem deficiência que decide ir ao cinema ou ao teatro. O que ela precisa fazer? Escolher o local, o horário e ir. Para as pessoas com deficiência as coisas não são tão simples assim. É preciso saber se há um percurso acessível, se o local é acessível, se há recursos de acessibilidade em todos os horários ou se só ocorrem em sessões específicas e agendadas. Isto sem entrar nas questões ligadas ao capacitismo, que também se encontram enraizadas em nossa sociedade. Então, fica o questionamento, será, de fato, a deficiência que limita a pessoa? (SALASAR, 2020, p.14)

Impossível não relacionar o “cinema” do exemplo, ao próprio livro que contém este trecho. Será que a diagramação que fiz contribui para manutenção das limitações impostas às pessoas com deficiências? Não posso fugir dessa responsabilidade, a resposta é, em certo grau, sim. Com isso não quero dizer que não tentei, na medida dos meus conhecimentos e esforços, tornar o mais abrangente possível a obra, mas hei de reconhecer que desconheço muito sobre o tema. Não há um dia que não pense, desde que diagramei a obra, quem será que minha diagramação nega o direito à leitura. Tornar acessível é tarefa árdua, complexa. Para ilustrar isso, um exemplo: as ferramentas que tornam arquivos .pdf interpretáveis à leitura em voz alta, para suprir as necessidades específicas de algumas deficiências visuais, escondem-se na interface em menus, submenus e sub categorias destas categorias já tão divididas, as quais são, aliás, pouco intuitivas nos programas de diagramação. Além disso, algumas dessas ferramentas, como no caso do programa *InDesign*, não possuem sequer atalhos para seu acesso. Neste mundo, com um tempo cada vez mais veloz, ferramentas de acessibilidade não possuem atalhos diz algo, mas não está nas pretensões deste texto tentar identificar o quê.

Antes de diagramar *Acessibilidade Cultural: Atravessando Fronteiras*, não compreendia o funcionamento das ferramentas de acessibilidade, como ainda não compreendo por completo, mas agora sei de sua existência e as tenho estudado com apreço. Sem essa experiência é provável que não me preocuparia com isso, ou pelo menos não neste momento.

Sobre a dificuldade em implementar medidas inclusivas, Michelin (2019) aponta, na introdução da obra *Um Museu para todos: Manual para Programas de Acessibilidade*, ao tratar da possibilidade de projetar museus acessíveis a todos:

Ser possível não é ser fácil. E quando falamos o absoluto imensurável “todos”, já anunciamos que a tarefa é das mais difíceis. É verdade que, comumente, evitamos a dificuldade, já que nem sempre estamos prontos para o desafio. Mas do início ao fim, há sempre uma trajetória na qual as pequenas vitórias nos levam adiante. (MICHELON; SALASAR, 2019, p.6)

Sinto que minha experiência de diagramação, de certa forma, é um exemplo da situação descrita acima. Tentei, na medida de minha capacitação no momento, galgar “pequenas vitórias”: ao tentar deixar a forma visual do texto o mais clara possível, tanto em termos hierárquicos como em escolha de tipografia; ao evitar a utilização exclusiva de cores como elemento de distinção visual; ao deixar o sumário interativo, propiciando que o leitor navegue até a parte desejada da obra; ao manter a possibilidade de seleção de texto em leitores de .pdf. Ademais, a maior “vitória”, no escopo pessoal, acredito que tenha sido justamente a exposição que tive a essas questões tão urgentes e importantes. Afinal, a experiência como bolsista de extensão na PREC modificou os rumos da minha formação já na primeira demanda. Não tenho como não avaliar como um excelente primeiro passo.



Figura 1: Mosaico apresentando a obra com imagens da capa, abertura de capítulo, sumário e páginas de texto.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tangenciando um pouco a discussão, mas sem fugir muito do assunto, Thomas Nagel, no texto *Como é ser um morcego?*, faz uma discussão sobre a filosofia da mente. O texto utiliza a pergunta de seu título para abordar problemas relacionados à forma como entendemos a consciência e a experiência subjetiva. Nagel (2005), defende que é inimaginável pensarmos como é ser um morcego, como é a *sensação* de existir desta maneira. Ele usa este exemplo por motivos de clareza argumentativa, pois o morcego nos parece “alienígena”, apesar de ser um mamífero, como nós. Nós, humanos, sabemos como é ser um *Homo Sapiens*,

mas não sabemos como é *ser outro* que não *nós mesmos* (no sentido de nossa experiência subjetiva individual). Penso que estas questões relacionam-se muito com a acessibilidade. Não posso imaginar como é *ser* no mundo, de uma forma que não *sou*. Nunca saberei como é *ser* alguém que possui uma deficiência que não possuo. Justamente por isso é necessário que nós, todos, valorizemos, em amplo sentido, a experiência alheia.

Como escreveu Michelon, irretocavelmente:

Assim é o trabalho com acessibilidade. São pequenas vitórias que mudam os princípios de um pensamento que coloca a dificuldade no plano da impossibilidade. Vencer a dificuldade é mudar o mundo, porque é trazer ao campo do possível o que se desenhava, até então, como improvável. É, portanto, mudar uma imagem e, também, aquilo que ela representa. (MICHELON; SALASAR, 2019, p.6)

#### 4. CONCLUSÕES

Em suma, todas essas questões referentes às expertises técnicas para a criação de um pdf inclusivo, por exemplo, podem ser praticamente invisíveis à maioria dos leitores. É um trabalho, que de um ponto de vista estreito, fruto da ignorância genuína (o não saber), pode parecer ingrato. Contudo, se uma pessoa que depende desses recursos acessar uma obra e se sentir vista, contemplada e respeitada, teremos dado mais um passo rumo a um mundo melhor. Não existe caminho mais gratificante que esse. Não precisamos imaginar o inimaginável de Nagel, basta o empenho em deixar de ver o *outro* como *outro* e tentar percebê-lo como um sinônimo do *eu*. Ou, se essa visão é um tanto narcísica, perceber a si próprio como integrante de algo maior que si.

Que este texto sirva como uma espécie de farol — que aponta, enquanto estiver acessível, às questões da tão relevante Acessibilidade — para aqueles e aquelas que desejem dedicar-se ao design editorial, essa área com tanta tradição e passado, que tem tudo para ser, também, um porto seguro para todos.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRINGHURST, R. **Elementos do Estilo Tipográfico**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

DENIS, R.C. **Uma introdução à história do design**. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

MICHELON, F.F. Apresentação. In: SALASAR, D.N. **Um museu para todos: manual de programa de Acessibilidade**. Pelotas: Editora da UFPel, 2019. Cap.1, p.6-8.

NAGEL, T. Como é ser um morcego?. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, Campinas, v. 15 n. 1, p.245-262, 2005.

SALASAR, D.N; MICHELON, F.F (org.). **Acessibilidade Cultural: Atravessando Fronteiras**. Pelotas: Editora da UFPel, 2020.

# I CIRANDA VIRTUAL NATUREZA, CONSERVAÇÃO E DIVERSIDADE MARIANA ACCORSI TELES<sup>1</sup>; AMANDA ANDERSSON PEREIRA STARK<sup>2</sup>; CAROLINA OLIVEIRA BONFADA<sup>3</sup>; FABÍOLA CARDOSO VIEIRA<sup>4</sup>; GREICI MAIA BEHLING<sup>5</sup>,

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas - [mariaccteles@gmail.com](mailto:mariaccteles@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas - [a.andd@hotmail.com](mailto:a.andd@hotmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas - [cah\\_ob@hotmail.com](mailto:cah_ob@hotmail.com)  
Universidade Federal de Pelotas - [fabiolavieiravet@gmail.com](mailto:fabiolavieiravet@gmail.com)  
Universidade Federal de Pelotas - [biogre@gmail.com](mailto:biogre@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

Nas Instituições de Ensino Superior, a extensão universitária, tanto no âmbito da graduação como da pós-graduação, é indispensável para que os acadêmicos apliquem o conhecimento obtido durante sua formação, para que as pessoas possam usufruir deste aprendizado e para permitir o alcance para diversas comunidades (RODRIGUES *et al.*, 2013).

A universidade, além de proporcionar o conhecimento prático por meio da extensão, oportuniza ao aluno aprender a conhecer, aprender a elaborar, conviver e a ser. Assim, “sem esta oportunidade, um ensino tradicional - centrado no aprendizado e na transmissão exclusiva do conhecimento do professor - não contemplará a visão social como integralidade” (PONTE *et al.*, 2009). Ademais, a extensão universitária tem como cerne de suas atividades transcender os muros das instituições e formar vínculos com a comunidade ao seu redor, por meio de uma postura ativa de troca de saberes e experiências.

Nesse sentido, o Núcleo de Reabilitação de Fauna Silvestre e Centro de triagem de animais silvestres, vinculado à Universidade Federal de Pelotas, além de formar recursos humanos para cuidados com a fauna silvestre do território brasileiro, possibilita a educação ambiental à comunidade em geral, por meio dos seus projetos de extensão. O programa de extensão oferecido pelo NURFS/CETAS-UFPEl possui como finalidade educar o público por meio de visitação dirigida ou atividades complementares, trazendo a temática ambiental como ponto chave (NURFS, 2020).

No corrente ano, foram desenvolvidas ações virtuais relacionadas a uma temática que tem apresentado extrema importância nos dias atuais: as questões de gênero, racismo e LGBTQIA+fobia nos espaços de conservação da natureza.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo relatar as atividades do conjunto de debates de educação socioambiental desenvolvidas durante a “1ª Ciranda Virtual Natureza, Conservação e diversidade” promovida pelo NURFS/CETAS.

## 2. METODOLOGIA

A pandemia do novo coronavírus, fez com que muitas atividades migrassem para meios digitais, tais como, plataformas de vídeos conferências, mensagens instantâneas e outras, garantindo sua continuidade de forma síncrona e assíncrona. Neste contexto, o NURFS/CETAS, por meio do seu programa de Educação Ambiental, realizou o evento de maneira virtual, mediante palestras remotas, utilizando os recursos das redes sociais (*Instagram*<sup>1</sup> e *Youtube*<sup>2</sup>).

---

<sup>1</sup> @nurfsctas

A rede social *Instagram* foi utilizada como ferramenta para a divulgação das palestras possibilitando grande alcance de público. A plataforma *Youtube*<sup>2</sup> foi utilizada para transmissão ao vivo das mesas redondas.

O evento contou com a participação de diferentes convidados, de diversas instituições, distribuídos em quatro mesas redondas: “O machismo na conservação e os desafios enfrentados pelas mulheres”, “Racismo: Impedimentos e rupturas para atuação com animais silvestres”, “LGBTQ+fobia na conservação” e “Mulheres negras e a natureza”.

Na abertura do evento, foi realizado um questionário para levantar o perfil dos participantes: raça, gênero, orientação sexual e faixa etária, e outro questionário ao final, para a avaliação geral da qualidade do evento. Ao término de cada dia do ciclo foi elaborada e disposta para o público uma dinâmica, com intuito de evidenciar o privilégio de pessoas que se encaixam nos padrões normativos da sociedade.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perante à situação na qual nos encontramos, a internet possibilitou uma verdadeira revolução na forma como a sociedade se comunica. Como ponto positivo, além de aproximar as pessoas, a internet alcança os lugares mais remotos, ultrapassando fronteiras e possíveis barreiras existentes no caso de eventos presenciais (Ng, 2019). Assim, este evento virtual permitiu a participação da comunidade acadêmica em geral, bem como de outras instituições do Rio Grande do Sul e de outros estados. Foram realizadas 209 inscrições e uma média de público com somatório de 325 visualizações a cada noite de evento, totalizando 1300 visualizações, aproximadamente.

Com relação ao perfil de público do evento, após análise dos dados, realizada por meio de planilha eletrônica e cálculo da frequência relativa, verificou-se uma maior porcentagem de público feminino, em concordância com Cunha *et al.* (2014) a respeito do interesse de brasileiras pela ciência, somando aproximadamente 85% do total de inscritos (Figura 1a). Ficou evidente a disparidade racial, como mostra a Figura 1b, referente ao público negro que não somou 14% do público inscrito. Segundo o IBGE (2019), a desistência na escolaridade de pessoas negras é de 28% comparada a de pessoas brancas que é de 17%.

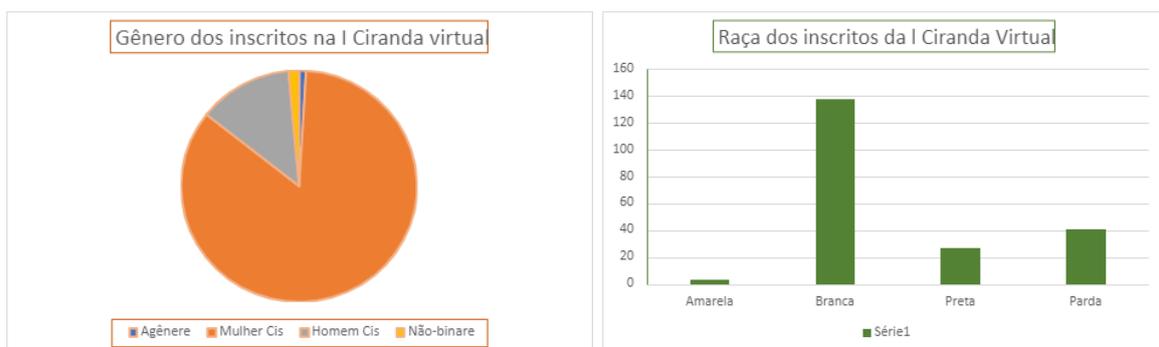


Figura 1. a: Gráfico referente a gênero dos inscritos da I Ciranda Virtual.  
b: Gráfico referente à raça dos inscritos da I Ciranda Virtual.

Referente a orientação sexual dos inscritos na I Ciranda virtual, (Figura 2a) evidencia-se uma maior procura de pessoas heterossexuais e bissexuais. A faixa

<sup>2</sup> [https://www.youtube.com/channel/UCYkuTp\\_vln46t6ZJ\\_mlzYfA](https://www.youtube.com/channel/UCYkuTp_vln46t6ZJ_mlzYfA)

etária que teve um maior interesse pelas palestras foi de pessoas entre 18 e 25 anos, em sua maioria discentes do meio acadêmico (gráfico 2b), coerente com Silva (2019), que referencia um consumo de conteúdo cultural por meio digital maior por pessoas dessa faixa etária cerca de 25%.

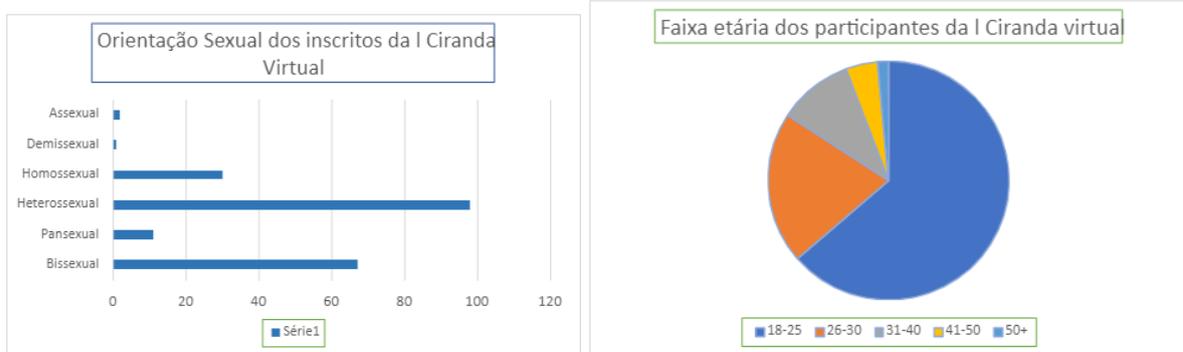


Gráfico 2. a: Gráfico referente à orientação sexual dos inscritos na I Ciranda Virtual; b: Gráfico referente à faixa etária dos inscritos na I Ciranda Virtual.

Durante o evento, a cada dia objetivou-se discutir assuntos que abordaram tópicos sensíveis, porém de suma importância para a comunidade, tanto dentro quanto fora do meio acadêmico. Preconceitos cotidianos que prejudicam o desenvolvimento pessoal e profissional, que não devem ser tolerados (CARMO, 2016).

Na primeira mesa redonda, as palestras abordaram aspectos do machismo na área da conservação de animais silvestres, bem como as dificuldades encontradas por quatro coordenadoras de projetos de conservação, que compartilharam suas experiências e enfrentamentos durante sua atuação.

Já na segunda noite, o tema debatido foi “Racismo: Impedimentos e rupturas para atuação com animais silvestres”, sendo que foram convidados dois profissionais renomados da área e dois estudantes de graduação dos cursos de Medicina Veterinária, e as discussões orbitaram, em especial, abordagens de racismo estrutural.

Durante o terceiro dia do evento foi discutida a LGBTQ+fobia neste meio, explicitando como essa prática afeta a vida de profissionais e estudantes no meio acadêmico. Aqui, foram convidados pesquisadores e docentes para que, a partir do seu local de fala, pudessem compartilhar suas experiências de invisibilidade social e agressão presente no dia-a-dia.

Por fim, na última noite de evento, a temática de “Mulheres negras e a natureza”, buscou dar visibilidade e protagonismo a mulheres negras que abordaram o empreendedorismo negro sustentável, infocomunicação ambiental, nutrição ecológica e educação para as relações étnico-raciais.

O aproveitamento e aprendizado dos assuntos foi mensurado por meio de um formulário após o término do evento. Na avaliação final, o *feedback* apontou resultados 100% favoráveis.

## 5. CONCLUSÃO

Embora desfavorável sob muitos aspectos, o cenário de Covid-19 proporcionou a reinvenção dos métodos de ensino utilizados rotineiramente, e evidenciou a necessidade de estabelecer formas mais criativas de aproximação,

onde as redes sociais demonstraram ser um palco promissor também para a extensão universitária e educação ambiental.

O evento procurou apontar, questionar e discutir problemas sérios relacionados a aspectos tradicionais da sociedade brasileira como um todo. Uma vez que a ação promoveu a extensão e a educação ambiental, ampliando a consciência da comunidade sobre as temáticas discutidas dentro e fora do ambiente acadêmico, concluiu-se que cumpriu com seu objetivo, além de demonstrar que projetos com esse intuito podem migrar para as plataformas digitais sem prejuízo do seu potencial educativo.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARMO, C. M. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S.L.], n. 64, p. 201-223, 2016.

CUNHA, M.B.; PERES, O.M.R.; GIORDAN, M.; BERTOLDO, R.R.; MARQUES, G.Q.; DUNCKE, A.C. As mulheres na ciência: o interesse das estudantes brasileiras pela carreira científica. **Educación Química**, [S.L.], v. 25, n. 4, p. 407-417, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

NG, C. Shifting the focus from motivated learners to motivating distributed environments: a review of 40 years of published motivation research in Distance Education. **Em Distance Education**, [S.L.], v. 40, n. 4, p. 469-496, 2019.

NURFS. **Atividades**. WordPress Institucional Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Acessado em 30 setembro 2020. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nurfs/atividades/>

PONTE, Cynthia Isabel Ramos Vivas et al . A extensão universitária na Famed/UFRGS: cenário de formação profissional. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro , v. 33, n. 4, p. 527-534, Dec. 2009 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-55022009000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022009000400003&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 01 outubro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022009000400003>.

RODRIGUES, A. L. L.; PRAT, M. S.; BATALHA, T. B. S.; COSTA, C. L. N. A.; NETO, I. F. P. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n.16, p. 141-148, mar. 2013. Disponível em:<<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/viewFile/494/254>> Acesso em 22 de julho de 2019.

SILVA, F.A.B.; ZIVIANI, P.; GHEZZI, D.R. **Texto para Discussão: as tecnologias digitais e seus usos**. Brasília: Ipea, 2019. 56 p.

## A MÁSCARA E O CORONAVÍRUS – UMA EDUCAÇÃO EM SAÚDE À POPULAÇÃO EM VULNERABILIDADE SOCIAL

ALLEF ALGEMIRO GAWLINSKI DE ÁVILA<sup>1</sup>; LORENA ALMEIDA GILL<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Fderal de Pelotas – allefgawlinski@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – lorenaalmeidagill@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Recentemente o mundo iniciou a ser assolado por um novo vírus, o SARS CoV2, popularmente conhecido como novo coronavírus, tendo seu primeiro caso de infecção identificado em Wuhan, na China, em dezembro de 2019. Posteriormente espalhou-se pelo mundo, sendo afetado o continente asiático e depois outros países, de outros continentes. Já em meados de janeiro de 2020, a curva de contágio e de mortes decorrentes do novo coronavírus, no Irã e na Itália chamaram a atenção da Organização Mundial da Saúde (OMS), que alterou a definição de caso suspeito para incluir pacientes que estiveram em outros países recentemente. Também neste mesmo período a OMS (2020) declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma emergência de saúde de interesse internacional.

Um mês após, já em fevereiro de 2020, houve uma mudança e a doença passou a se caracterizar como uma pandemia, o que acarretou um longo período de isolamento social no mundo todo, causando mudanças na rotina da população mundial, como o *home office*, isolamento social, dentre outras.

No início da pandemia a população era orientada por especialistas da área da saúde sobre o uso de máscaras apenas para quem apresentava sintomas de gripe, além dos profissionais de saúde. Posteriormente, foi orientada de que o uso deveria ser realizado por toda a população, inclusive crianças acima de três anos de idade, porém muito se falou sobre a importância da utilização, mas não se disseminou, de forma efetiva, essa informação onde ela se faz mais necessária, nas comunidades em vulnerabilidade social e quando esta chegou, já não era mais possível que se seguisse, pois a realidade de vida dessas pessoas muitas vezes não permitiu, uma vez que muitas não tem acesso à água, ao esgoto, álcool gel, dentre outras necessidades básicas para prevenção.

De acordo com Castel (1997), a concepção de vulnerabilidade social vai além de critérios meramente econômicos, já que importa também a fragilidade de vínculos relacionais. O mesmo autor (2005) ressalta que as pessoas precisam estar seguras sobre imprevistos, causados por riscos, pois, caso contrário, viverão situações de incerteza, como as que experenciam atualmente.

A enfermagem é uma profissão comprometida com a saúde e a qualidade de vida da pessoa, família e coletividade, envolvendo-se com a produção e gestão do cuidado prestados nos diferentes cenários dos serviços de saúde atuando na promoção, prevenção, recuperação, reabilitação da saúde e no processo de morrer com autonomia e responsabilidade e de acordo com os preceitos éticos e legais (Resolução do COFEN Nº 0564/2017). Nesse sentido, a enfermagem tem como foco principal a integralidade do ser humano na prestação de cuidados de forma holística, centrado na pessoa. Tendo em vista o pressuposto, adentra-se as funções do enfermeiro de levar até a população mais do que apenas a assistência à saúde, mas que este seja um agente de informação para população brasileira, seja ela de seu território de trabalho ou não. Para levar essa informação até a

população existem diversas práticas que são realizadas diariamente, dentre elas a educação em saúde, tema este que será abordado no presente trabalho.

Atualmente a saúde é considerada um dos pilares para um bom estilo de vida e para que este pilar se estabeleça, é necessário que ele faça parte dos planos que definem e constroem a sociedade, sendo os programas de educação um componente fundamental neste processo. A literacia tem sido referida como estruturante dessa construção. Hoje com o alargamento da sua abrangência ao campo da saúde, o desafio da construção do letramento para a saúde emerge como estruturante para que a saúde aconteça. Estudos nos Estados Unidos frequentemente mostram que a educação é o mais forte preditor socioeconômico isolado de boa saúde (Cockerham, 2007, p. 85-87).

Uma revisão feita recente da literatura considera que educação seria o indicador que “mais consistentemente exhibe uma associação significativa com várias medidas de saúde e mortalidade por todas as causas e por causa específica em uma ampla variedade de contextos” (Elo, 2009, p. 557). Corroborando com tais dados, na prática, essa é uma realidade muito clara em nossa sociedade e visando diminuir essa lacuna social de saúde, é que se faz tão necessário o papel do enfermeiro enquanto realizador da prática de educação em saúde.

A educação em saúde, pela sua importância, deve ser compreendida como uma fundamental ferramenta à prevenção da saúde, que na prática diária deve estar sempre preocupada em proporcionar melhorias nas condições de vida e, principalmente, de saúde de uma determinada população. Segundo Silva (1999), para alcançar um nível adequado de saúde, as pessoas precisam saber identificar e satisfazer suas necessidades básicas. Devem ser capazes de adotar mudanças de comportamentos, práticas e atitudes, além de dispor de meios necessários à operacionalização dessas mudanças. Neste sentido a educação em saúde significa contribuir para que as pessoas adquiram autonomia para identificar e utilizar as formas e os meios para preservar e melhorar a sua vida, ou seja, a da pessoa pensar e repensar a sua cultura e ele próprio transformar sua realidade.

## 2. METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de estudo descritivo, um tipo de relato de experiência, elaborado no contexto de um projeto de extensão vinculado ao Programa de Educação Tutorial Diversidade e Tolerância.

A atividade de educação em saúde, relatada no presente trabalho, foi dividida em dois momentos diferentes e com populações distintas, ambas presencialmente, durante o pico pandêmico no Rio Grande do Sul, porém respeitando todas as recomendações de higienização e cuidados para o não contágio. A primeira atividade ocorreu na cidade de Viamão, com uma comunidade em vulnerabilidade social, município este que é o sétimo mais maior município em extensão territorial da Região Metropolitana da capital gaúcha (PoA), a parceria para tal atividade foi com a Organização de Sociedade Civil (OSC) “Tia Lolô do ônibus” que atende cerca de 150 crianças e adolescentes, que não têm, na maioria das vezes, estrutura familiar e financeira para sobreviver de forma adequada, tendo em vista a precariedade da vida de seus familiares e responsáveis.

Em um segundo momento, a educação em saúde foi realizada no território da Biblioteca Comunitária do Arvoredo, localizada na “Lomba do Pinheiro”, zona leste de Porto Alegre”. A Biblioteca Comunitária (BC) é tida como um espaço

cultural com foco na literatura, visando democratizar e descentralizar o acesso ao livro, à leitura, e à literatura, a biblioteca atende em torno de 300 famílias, bem como também atua na realização de parcerias institucionais, como creches, centros de assistência social, dentre outros.

O projeto foi desenvolvido em três fases, sendo a primeira delas a avaliação de necessidade de intervenção nas comunidades escolhidas para participarem do projeto, pois era muito importante que obtivéssemos a informação de como estavam as famílias residentes naquele local e como estavam conseguindo enfrentar o período pandêmico de novo coronavírus. A segunda fase se deu com a avaliação da população, sendo então pesquisados as características da comunidade, os núcleos familiares, questões como renda, acesso a educação e informação. A terceira fase ocorreu com o desenvolvimento das atividades que ocorreram em parceria com a Rede Beabah! – Rede de Bibliotecas Comunitárias do Rio Grande do Sul, que doaram alimentos não perecíveis e produtos de higiene pessoal e de casa para cerca de cento e cinquenta (150) famílias cada.

A atividade desenvolvida nesses espaços visou levar informações acerca de formas de prevenção de contágio e disseminação do coronavírus, bem como de formas de higienização de máscaras reutilizáveis. Para isso, foram distribuídos *flyers* informativos contendo dicas, assim como a atividade contava com o autor do presente trabalho no local para sanar possíveis dúvidas e para que pudesse ser realizada a explicação do informativo, a importância da utilização de máscaras em ambientes públicos. Além dos informativos, cada pessoa recebeu também, em média, uma unidade de máscara reutilizável, para que pudessem auxiliar no achatamento da curva de contágio nos bairros onde ocorreram a educação em saúde.

Vale ainda ressaltar que tal atividade teve como foco principal populações em vulnerabilidade social, pois é onde as informações devem ser mais disseminadas e esclarecidas, pelo pouco acesso que essa população tem, atualmente, a programas de acesso à informação por meios públicos. A atividade foi realizada no mês de agosto, no exato momento em que a curva de contágio pelo novo coronavírus estava no pico no estado do Rio Grande do Sul.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da captação das informações da comunidade, de potenciais de educação, informação, renda e outros das comunidades onde o projeto foi aplicado, percebeu-se reduzidas políticas públicas de saúde acerca da pandemia para tal população, deixando-os, muitas vezes, à mercê de um possível contágio por não conhecerem direito o que e como fazer a prevenção, bem como pelo fato de não terem subsídios de cercar-se de todos os modos de prevenção contra o novo coronavírus.

Diante disso, nota-se a carência de ações de educação em saúde voltadas às populações em vulnerabilidade social, evidenciada pelo grande número de dúvidas, e de não conhecimento dos protocolos de saúde orientados pela OMS.

Tal atividade foi iniciada e finalizada em um único encontro, tendo obtido o máximo aproveitamento das práticas realizadas, onde a população foi beneficiada com um maior acesso a informação, alimentos, produtos de agricultura familiar, de higiene e máscaras para que a prevenção pudesse ocorrer da melhor maneira possível.

### 4. CONCLUSÕES

Tal vivência de atividade possibilitou uma nova experiência no campo de educação em saúde, visto que tornou possível a aproximação entre a academia e quem mais precisa de informações, com a finalidade de resguardar sua saúde e de sua família. No encontro foi possível perceber o quão grande é a necessidade de não apenas construir o conhecimento, mas também de partilhá-lo.

A atividade contribuiu, ainda, para uma nova construção e aprimoramento de saber-fazer a prática do enfermeiro em meio à população, no que diz respeito a um dos processos de trabalho dele, o ensinar-aprender, enriquecendo de maneira grandiosa a formação de seu perfil profissional.

Portanto, acreditamos que o enfermeiro deve estar inserido para além das paredes de seus campos de trabalho (Unidades Básicas de Saúde), deve sim conhecer de forma completa sua população e, principalmente, as demandas de saúde que tal população necessita. A construção de um cuidado holístico para a população e para cada ser humano é de extrema importância, pois além de ser humano ele é também o amor de alguém.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez.1997. Disponível em: [www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1012&article](http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1012&article). Acesso em 26 de setembro de 2020.

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

COCKERHAM, William C. **Social causes of health and disease**. Cambridge, Polity, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000154&pid=S0102-6909201100010000200017&lng=en](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000154&pid=S0102-6909201100010000200017&lng=en); Acesso em: 26 de setembro de 2020.

Código de Ética da Enfermagem. **Resolução Cofen Nº 0564/2017**. Aprova o Novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wpcontent/uploads/2017/12/ANEXORESOLU%C3%87%C3%83O-COFEN-N%C2%BA-564-2017.pdf>>

ELO, Irma. Class differentials in health and mortality: patterns and explanations in comparative perspective. **Annual Review of Sociology**, 35: 553-572, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000154&pid=S0102-6909201100010000200017&lng=en](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000154&pid=S0102-6909201100010000200017&lng=en), acesso em: 26 de setembro de 2020.

Silva N. **Educação em saúde no discurso e na prática dos profissionais de saúde: um estudo de caso no PAM Codajás em Manaus - Amazonas** [Dissertação de Mestrado]. Manaus (AM): Universidade Federal do Amazonas; 1999. Disponível em: <http://200.129.163.131:8080/bitstream/tede/5030/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Eurides%20Souza%20de%20Lima.pdf>. Acesso em: 26 de setembro de 2020. Acesso em: 26 de setembro de 2020.

## O ENSINO DA LÍNGUA ESPANHOLA E A UTILIZAÇÃO DE DIFERENTES RECURSOS TECNOLÓGICOS: O CONTEXTO DE UM CURSO PRÉ-VESTIBULAR E A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

FRANCYNE DE OLIVEIRA <sup>1</sup>; ANA CLARA MOLINA <sup>2</sup>; FRANCELE DE ABREU CARLAN<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – francyneod@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – anaclaramolina@hotmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas– francelecarlan@gmail.com orientadora

### 1. INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998, objetivando ser uma avaliação de desempenho dos estudantes de escolas públicas e particulares do Ensino Médio. Desde 2009, o Enem tornou-se também uma avaliação que seleciona estudantes de todo o país para ingresso em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e para programas do Governo Federal, como o SisU, Prouni e Fies<sup>1</sup>(OLIVEIRA, 2016). Esses programas auxiliam alunos oriundos de escola pública e em situação de vulnerabilidade social que desejam ingressar em uma universidade pública ou, ainda, quem precisa de uma ajuda governamental para pagar a mensalidade de alguma universidade privada.

Em que pese, o auxílio dos programas governamentais, ainda assim, o acesso da comunidade mais carente às IES ainda é bastante difícil, pois grande parte dos alunos ainda tem diversos problemas e carências relativas à educação básica pública. Estas deficiências e insuficiências no aprendizado, muitas vezes, dificultam a aprovação na prova do Enem. De acordo com o Jan Masschelein (2014, pág.1), essas deficiências são resultados de uma escola com modelo clássico e primitivo que já não corresponde às demandas e as necessidades dos alunos da sociedade moderna.

Nesse sentido, os cursos pré-vestibulares comunitários, de caráter gratuito ou com preços simbólicos, vem tornando-se referência na hora que alunos carentes precisam buscar uma ajuda para revisar os conteúdos do ensino médio e prepará-los para a prova do Enem e vestibulares afins. No entanto, neste ano, em função da pandemia por SARS-CoV 2/ COVID 19 (Brasil, 2020), a população mundial tem tido que enfrentar o isolamento social de forma a evitar a proliferação do vírus e, assim, tem necessitado passar por adaptações tanto na vida social, quanto no trabalho. O isolamento social também trouxe mudanças na organização da escola e no planejamento dos conteúdos pelos professores que têm apresentado muitas dificuldades para ensinar de forma remota. Somado a isso, muitos alunos estão sem aula, o que tem comprometido os estudos daqueles que cursam o último ano do ensino médio e preparam-se para o Enem.

---

<sup>1</sup>O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU) são programas do Ministério da Educação (MEC). O FIES que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa. O PROUNI é um programa que tem como objetivo oferecer bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior. O SISU é um sistema informatizado no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Neste contexto, surge o Projeto Auxilia: preparatório para o Enem que consiste em um projeto registrado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), cujo objetivo é auxiliar na organização dos estudos e na preparação para o Enem de alunos em situação de vulnerabilidade social. O Projeto ocorre à distância e tem sido organizado através de atividades síncronas, assíncronas, dicas, simulados e *lives*. Logo, a utilização de diferentes recursos didáticos, em contexto de educação à distância, tem sido fundamental para aproximar os alunos do conteúdo, melhorar a comunicação entre os docentes e os alunos, auxiliar na aprendizagem e tornar os assuntos tratados mais dinâmicos e atrativos.

Nesse sentido, aplicamos o ensino com o uso de metodologias ativas, que são métodos de ensino onde o aluno se torna o participante ativo e atuante do seu próprio conhecimento e aprendizagem. Sendo assim, o objetivo desse modelo de ensino é incentivar que o aluno desenvolva a capacidade de absorção de conteúdos de forma autônoma e participativa.

Dessa maneira, o presente trabalho tem por objetivo relatar a experiência e os desafios enfrentados por duas graduandas do curso de Licenciatura em Letras - Português e Espanhol da UFPEL com a educação à distância e o planejamento de aulas, a partir da utilização de diferentes recursos digitais. A intenção do trabalho consiste em expor algumas abordagens e ações que podem ser utilizadas na educação à distância, exemplos de planejamentos realizados e ressaltar o protagonismo dos alunos como ponto positivo e necessário para a aprendizagem.

## 2. METODOLOGIA

O Projeto conta com uma equipe de professores de todas as áreas do conhecimento. Especificamente, na área das Letras - Português e Espanhol, integram a equipe quatro professores, cujo desafio consiste ensinar uma língua estrangeira, mesclando atividades síncronas e assíncronas. Para as atividades assíncronas tem sido utilizada a plataforma *Google Classroom* onde os materiais teóricos são postados. Cada grupo de professores por disciplina tem autonomia para planejar suas atividades como desejar. Já, as atividades síncronas, chamadas de monitoria, ocorrem através da plataforma *Google Meet*.

No início do Projeto fazíamos reunião de grupo toda a semana para decidir as tarefas de cada professor. No decorrer do curso criamos um controlador de tarefas, na plataforma de armazenamento Google Drive, não necessitando mais de reuniões. A divisão de tarefas ocorre sempre em duplas na área das Letras - Português e Espanhol, ficando uma dupla responsável pelas monitorias da manhã e outra da noite. Por exemplo, uma semana uma dupla fica encarregada pela produção da parte mais teórica e a outra pelas atividades e o resumo da parte teórica. Essa divisão também ocorre para postagem dos materiais na plataforma. As monitorias ocorrem três vezes por semana durante os turnos da manhã e noite.

Quanto à utilização de diferentes recursos didáticos, o grupo da Língua Espanhola tem investido em diferentes estratégias como forma de qualificar o trabalho realizado no Projeto.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação à distância tem imposto vários desafios a nós, professores em formação, que temos sido formados para trabalhar no contexto de uma sala de aula presencial. A partir dessa experiência no Projeto “Auxilia” estamos tendo a

oportunidade de utilizar diferentes metodologias em um contexto de docência à distância, envolvendo toda a sua complexidade.

Assim como nas aulas presenciais, em que precisamos planejar as atividades expositivo-dialogadas e os materiais a serem entregues aos alunos, na educação à distância não é diferente. O que diferencia, na verdade, é a organização no tempo e no espaço e a maneira como nos comunicamos com nossos alunos. Por exemplo, com esta experiência na educação à distância estamos aprendendo a mexer em plataformas como o *Google Classroom*, para postagem dos materiais e para o contato com os alunos, através dos fóruns, por exemplo. No *Google Meet*, para a realização das monitorias, além disso, faz-se o uso de plataformas de jogos e dinâmicas interativas como o *Kahoot*, o *Padlet*, o *Mentimeter*, o *Class Tools*, e o *Voki*, assim como muitas outras.

A partir dos recursos citados acima, foi possível perceber, que a comunicação entre alunos e professores, bem como os materiais didáticos que vêm sendo utilizados, durante o contexto da pandemia, precisaram passar por mudanças significativas. No entanto, essa mudança não deve ocorrer apenas, tendo em vista o caráter de excepcionalidade do momento, mas porque o perfil do aluno que se encontra na escola, atualmente, é diferente de tempos atrás. Hoje, nossos alunos têm muita intimidade com as tecnologias e as consomem todos os dias. Nesse sentido, a escola precisa inovar e começar, aos poucos, interagir com o universo das tecnologias.

Nesse contexto, o uso de metodologias ativas apresentam um papel muito importante, pois podem aliar o uso das tecnologias à produção de aulas mais dinâmicas e divertidas que possam proporcionar o protagonismo dos alunos. Segundo Moran (2018, p. 29),

as instituições que atuam na educação formal terão relevância quando apresentarem modelos mais eficientes, atraentes e adaptados aos alunos de hoje; quando superarem os modelos conteudistas predominantes, em que tudo é previsto antes e é aplicado de uma forma igual para todos, ao mesmo tempo, de forma convencional. Prevalecerão, no médio prazo, as instituições que realmente apostem na educação com projetos pedagógicos atualizados, com metodologias atraentes, com professores e tutores inspiradores, com materiais muito interessantes e com inteligência nos sistemas (plataformas adaptativas).

Logo, durante a organização desse relato e, a partir da experiência no Projeto “Auxilia”, temos tido a oportunidade de realizar muitas reflexões sobre a formação de professores, o ensino através da utilização de diferentes tecnologias, a oportunidade de experienciarmos a docência na modalidade à distância, entre outras contribuições que tem servido para aprimorarmos nosso olhar sobre a educação, sobre nossa prática pedagógica, assim como para a formação dos alunos.

#### 4. CONCLUSÕES

Este relato de experiência tentou mostrar os desafios que jovens professores, ainda em formação em curso de Licenciatura em Letras – Português – Espanhol da UFPEl, têm vivenciado no contexto pandêmico mundial de 2020. Neste contexto, o fato do Projeto ocorrer totalmente à distância e pela necessidade da utilização de recursos tecnológicos para se comunicar com os alunos e ajudá-los a compreender os conceitos de Língua Espanhola, foi possível refletir sobre nossa prática pedagógica e a importância de utilizarmos, com mais frequência, atividades a serem realizadas em meio digital, pois nossos alunos nasceram em tempos em que o consumo das mídias digitais é muito alto e

utilizam-na diariamente. No entanto, essa nova forma de ministrar aulas tem exigido muito dos professores, sobretudo daqueles que não apresentam intimidade com as tecnologias.

Logo, este trabalho, nos convidou, enquanto docentes em formação, a refletirmos e repensarmos o ensino e seus modelos pedagógicos, apesar de compreendermos que a tecnologia não é a única solução para a mudança, no entanto, pode ser uma grande aliada do professor, possibilitando o planejamento de aulas mais interativas, dinâmicas e construtivas, através das metodologias ativas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI. **Ensino Híbrido: Personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso. 2015

BARTON, David; LEE, Carmen. **Linguagem online: textos e práticas digitais**. São Paulo: Parábola, cap 11- pág. 203-217. 2015

BRASIL, Ministério da Educação. Sistemas. <https://www.gov.br/mec/pt-br/sistema>. Acesso em 29/09/2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Coronavírus – Portal COVID 19. Secretaria de Saúde, 2020. <https://coronavirus.saude.gov.br/> .Acesso em 28/09/2020.

CHRISTENSEN, C.; HORN, M. & STAKER, H. **Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? . Uma introdução à teoria dos híbridos**. Portal Porvir. 2013.

LEFFA, Vilson José. “**O Ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional**”. São Paulo: APLIESP. 1999

LEFFA, Vilson José. **A aprendizagem de línguas mediada por computador**. In: Vilson J. Leffa. (Org.). Pesquisa em lingüística Aplicada: temas e métodos. Pelotas: Educat, p. 11-36. 2006

MORAN, José. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. Penso. Porto Alegre. 2018.

MORAN, José. **Mudando a educação com metodologias ativas**. Coleção Mídias Contemporâneas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. São Paulo, 2015.

MORAN, José. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. Eca Usp. São Paulo, 2013.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarte. **Em defesa da escola : uma questão pública**; tradução Cristina Antunes. -- 2. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2014.

OLIVEIRA, T. S. de. O ENEM: breves considerações sobre importância avaliativa e reforma educacional. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 278-288, jul.-dez. 2016.

## **Economia Solidária: Extensão e incubação em época de distanciamento social.**

**CARLOS GASSEN NASCIMENTO<sup>1</sup>; BRUNA SIGALES<sup>2</sup>, HENRIQUE ANDRADE FURTADO DE MENDONÇA<sup>3</sup>; ANTÔNIO CRUZ<sup>4</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – carlos8\_gn@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – bruna.sigales@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – henriqueafm@gmail.com

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – antoniocruz@uol.com.br

### **INTRODUÇÃO**

Neste texto, apresentamos as atividades de extensão do projeto “Apoio as feiras de economia solidária da Associação Bem da Terra – comércio justo e solidário”, vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e as dificuldades e resultados contingentes de não poder realizar atividades presenciais durante a pandemia do COVID-19 e assim desenvolver formas alternativas para a execução do projeto.

Como indicado no próprio nome do Núcleo, trabalhamos com a incubação de Empreendimentos de Economia Solidária (EES), aqui definida como uma alternativa ao modelo convencional de trabalhar, produzir e consumir, sendo a principal diferença a autogestão, ou seja, trabalhar sem chefe; a propriedade do empreendimento é coletiva e o trabalho é cooperado e horizontal (SINGER, 2002), isto é, autogestionário.

Na autogestão, tudo que diz respeito ao EES está ao alcance de todas as pessoas incluídas nele, podendo existir variações de renda, delegações de trabalho, etc. No entanto, tudo será decidido pelo coletivo inteiro, através de assembleias participativas, que usam de ferramentas democráticas como consenso ou voto (NASCIMENTO, 2020).

A Incubação de EES é o processo pelo qual grupos de educadores, como o TECSOL-UFPEL (podendo ser também uma ONG ou órgão público), auxiliam grupos de trabalhadores e trabalhadoras que buscam se tornar EES. O trabalho se dá através de interação pedagógica com os processos autogestionários e coletivos do grupo, estimulando autonomia e auto-análise, realizando oficinas de formação, criando contatos, e disponibilizando, no caso de Incubadoras Universitárias, os conhecimentos e espaços da academia. A postura de quem faz incubação não é de transmitir conhecimento, mas de construir junto ao grupo (CRUZ, 2005).

Os EES e suas trabalhadoras e trabalhadores são o “público” do TECSOL, sejam cooperativas, associações, ou grupos informais. Atualmente são cerca sete EES, urbanos e rurais (sendo 6 de produção e 1 de consumo) atendidos pelo TECSOL, além de duas redes empreendimentos, uma de grupos produtivos e outra de grupos de consumo responsável de caráter microrregional. Diante do distanciamento social e da realidade determinada pela COVID-19 (BRASIL, 2020), decidimos continuar nossas atividades de extensão, experimentando novos métodos, a partir de atividades remotas, mesmo considerando que parte expressiva de nosso “público” não costuma lidar com dispositivos informacionais

para comunicação. Nossos objetivos, neste momento, são os seguintes: estimular e orientar as pessoas associadas aos EES no uso de ferramentas de comunicação via internet; manter-nos disponíveis para participar das atividades dos grupos que já vínhamos auxiliando e projetos ativos; fomentar a EcoSol na cidade e região, continuar buscando atividades novas e manter atividades de formação entre pessoas interessadas em EcoSol, dentro e fora da Universidade.

### **METODOLOGIA**

A EcoSol funciona muito bem associada à Educação Popular (EP), pois ambas valorizam o conhecimento pré-existente do seu público e território. A EP nos demonstra que a pedagogia precisa ser crítica, para quem ensina e para quem aprende, as relações pedagógicas “burocráticas” que se propõe como neutras, tendem a manter o domínio de “educadores” sobre “educandos” e prejudicar o desenvolvimento de autonomia e construção de conhecimento (TIRIBA,2007).

A postura de educador popular e pesquisador participante implicam no diálogo entre universidade e comunidade, troca de saberes, desenvolvendo tanto extensão como pesquisa em um modelo bidirecional onde todos envolvidos escutam e falam, aprendem e ensinam, juntos (TIRIBA, 2007). Através deste método horizontal e participativo que aprendemos a utilizar as ferramentas digitais e virtuais e construímos espaços de formação e atuação junto às pessoas com quem trabalhamos.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Entre as atividades que se mantêm ativas, estão:

1. Participação na coordenação da Associação Bem da Terra (ABdT) (rede de EES de produção, de Pelotas), como entidade representante das entidades de apoio Espaço que nos traz responsabilidade de estar presente nas reuniões da coordenação, nas assembléias mensais e fazer parte das tomadas de decisões que dizem respeito a ABdT.
2. Incubação da Feira Virtual Bem da Terra, atuando em parceria com o Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC) da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e o Núcleo de Economia Solidária (NESOL) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense campus Pelotas (IFSul). O Centro de Distribuição da Feira Virtual está incubado junto ao espaço físico do TECSOL, dentro do prédio da antiga Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB), hoje de propriedade da UFPel.
3. Uma nova atividade, iniciada em julho de 2020, se refere à Incubação da Rede Sofá na Rua. O “Sofá” é um coletivo que organiza eventos culturais mensais no bairro Porto, em Pelotas-RS e que atrai crescente atenção de um público predominantemente jovem da cidade. O grupo procurou o TECSOL para conhecer mais sobre EcoSol e solidificar seus processos autogestionários, assim como estimular um processo de organização democrática e autogestionária dos produtores e produtoras que fazem uma feira paralela ao evento cultural.
4. Participação no processo de Acreditação da ABdT: este é um processo de acreditação agroecológica e de economia solidária, desenvolvido de forma

coletiva e participativa por produtores/as da associação, consumidores da Feira Virtual e técnicos apoiadores de Universidades, como a UFPel, Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e UCPel, além da Emater-RS, Embrapa e outros independentes.

5. Web-chimarrão do Tecsol-UFPel: economia solidária e tecnologias sociais em debate - O Web-Chimarrão é um evento de formação, registrado como projeto unificado, que consiste em um ciclo de debates, desenvolvido em uma série de 12 encontros virtuais correspondentes às 12 semanas do Calendário Alternativo da UFPel. É um espaço onde se debatem assuntos relacionados à EcoSol, tema central de interesse do Núcleo. Os encontros se dão em forma de debate aberto entre os participantes de vários lugares e entidades/instituições do Brasil, partindo de um texto disparador, indicado pela pessoa convidada. Foram 99 pessoas inscritas e a média de participação tem sido de 40 pessoas por encontro. Nós obtemos *feedback* dos encontros e controlamos a presença através de um formulário semanal com uma pergunta simples e aberta. Os debates têm sido muito produtivos, tal qual o alcance de participantes, que vão desde pessoas da comunidade, produtores/as, professores/as e estudantes de todo o País.

A crise decorrente da pandemia da COVID-19 nos deixou incertos com a perspectiva da nossa atuação como incubadora no contexto da EcoSol. No primeiro momento, perante a crise sanitária e as medidas drásticas, mas essenciais, de distanciamento social e interrupção de atividades acadêmicas presenciais, fomos tomados de perplexidade e dúvida, já que um dos principais pilares da EcoSol é o encontro entre pessoas, as trocas de narrativas, interações, tecnologias e também a venda de produtos. Estaria em risco o “encontro entre quem consome e quem produz” as mercadorias dos EES? Sem este espaço de interação, como promover a Economia Solidária?

Ao longo de testes, análises e conversas sobre nossas estratégias de intervenção, acabamos por perceber que os espaços virtuais, mesmo sendo mais tecnologicamente desafiadores, menos acolhedores e, eventualmente, menos acessíveis, são ambientes produtivos para se trabalhar de forma autogestionária. Perdemos uma parte do calor humano presencial, dos momentos pré e pós-reunião, mas ganhamos em facilidade de combinar horários e possibilitar encontros que seriam difíceis de acontecer presencialmente. Também percebemos que, ao se adaptar às tecnologias digitais e virtuais, o fluxo das assembleias que participamos, ou seja, as falas, as pautas e as deliberações, se tornaram mais assertivas e organizadas.

Da maneira que observamos a apropriação deste espaço por produtores e produtoras, tanto da cidade quanto do campo, podemos prever que será de grande utilidade no pós-pandemia, pois vão facilitar muitos encontros que eram difíceis de acontecer. Havia muita resistência em adotar tecnologias e ferramentas digitais/virtuais entre as pessoas com quem atuamos, porém, a necessidade do momento precipitou o ímpeto de se flexibilizar. Por exemplo: o meio virtual vai servir de ferramenta de acolhida e formação de novos grupos para a ABdT, uma atividade muitas vezes desfalcada pela dificuldade de organizar encontros. Igualmente, será uma “carta na manga” para lidar com situações específicas no futuro.

## CONCLUSÕES

A EcoSol emerge com força durante momentos de crise econômica, pois é uma alternativa ao convencional, sendo assim, ela se aproveita de estratégias criativas para enfrentar momentos de necessidade. De acordo com Dejours (2012), quando o assunto é trabalho, não há como prever como um problema será resolvido e como trabalhadores/as vão recebê-lo e enfrentá-lo antes dele se apresentar, afinal, como estamos vivendo agora, situações originais aparecem e é preciso lidar com elas. Cabe às pessoas envolvidas com o trabalho utilizar das contingências que caracterizam tanto trabalho quanto problema para desenvolver uma resolução; a autonomia e autoanálise, processos intrínsecos da autogestão, e, por conseguinte da EcoSol, tendem a promover soluções criativas de forma participativa dentro dos coletivos (NASCIMENTO, 2020).

Estamos realizados e contentes com os espaços de intervenção e atuação que estamos construindo e mantendo durante a pandemia. Está sendo uma experiência de grande aprendizado, mesmo em um momento de grande tristeza pela situação que a população do planeta inteiro está enfrentando. O futuro ainda é incerto, mas continuamos trabalhando, da melhor forma que podemos, sempre buscando aprimorar nossas intervenções.

Neste momento de avaliação, do que aconteceu e planejamento do que vai acontecer, vamos manter nossas atividades como estão; organizar mais eventos de formação como o Web-Chimarrão e produzir o que pudermos no que diz respeito à extensão, pesquisa e ensino, para criar precedentes e estabelecer tecnologias para lidar com este tipo de crise global. Sempre de acordo com os princípios da EcoSol e autogestão, afinal, nosso objetivo é promover saúde e reduzir desigualdades, como Paul Singer (2002) coloca: Economia Solidária é desenvolvimento humano.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus 2019: O que você precisa saber**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2020.

CRUZ, Antonio. **By walking, we make the road - different methodologies of technology incubators of popular cooperatives in Brazil**. In: Review of International Co-operation, Vol. 98, n.1. Geneva (Switzerland): ICA, 2005. pp. 32-48. Disponível em: <https://ccr.ica.coop/sites/default/files/publication-files/2005issue1-1295582354.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

DEJOURS, C. **Trabalho Vivo. Tomo 1, Sexualidade e Trabalho**. Tradução Franck Soudant. Distrito Federal: Editora Paralelo 15, 2012. 216 p.

TIRIBA, Lia. **O Lugar da Economia Solidária na Educação e o Lugar da Educação na Economia Solidária**. In: MELLO, Sylvia Leser de et al. Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais. São Paulo, 2007.

NASCIMENTO, **Ensaio sobre autogestão e Educação Popular**. Marília: lutas anticapital. 2020 419 p.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002. 127 p.

## ISOLAMENTO SOCIAL NA PANDEMIA E ADAPTAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.

**BRUNA SIGALES<sup>1</sup>; CARLOS GASSEN NASCIMENTO<sup>2</sup>; ANTÔNIO CRUZ<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – [bruna.sigales@gmail.com](mailto:bruna.sigales@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – [carlos8\\_gn@hotmail.com](mailto:carlos8_gn@hotmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – [antoniocacruz@uol.com.br](mailto:antoniocacruz@uol.com.br)

### INTRODUÇÃO

Nesse trabalho vamos abordar alternativas encontradas pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL) e produtoras urbanas da Associação Bem da Terra, artesãs em sua maioria, para enfrentar os desafios e impactos causados pela pandemia no ano de 2020. Através da autonomia e autogestão, a ecosol se molda caracterizando um modo de trabalho, consumo e produção consciente e transformador, onde o produtor é autônomo e trabalha de maneira coletiva e colaborativa (SINGER, 2002).

As feiras presenciais da Associação Bem da Terra aconteciam semanalmente nas universidades locais (UFPEL, UCPel e IF-Sul), onde os grupos de produtores urbanos e rurais comercializam seus produtos. Com as medidas de distanciamento social tomadas no início do semestre letivo de 2020/1, as feiras foram suspensas, sendo assim, muitas das produtoras e produtores de artesanato da ABdT ficaram sem um espaço de geração de renda considerado garantido e importante para seu trabalho.

As famílias dos grupos de produção rurais, por outro lado, permaneceram com as receitas oriundas da Feira Virtual Bem da Terra, que ocorre todas as semanas através de pedidos via internet; mesmo assim também foram afetadas pelo cancelamento das feiras presenciais.

A Feira Virtual é um empreendimento da Associação Bem da Terra, assistido pelo TECSOL, da Universidade Federal de Pelotas e pelo Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC), da Universidade Católica de Pelotas. Com o objetivo de consumo consciente e uma nova relação entre produtores e consumidores de forma coletiva e responsável.

A Associação Bem da Terra: Comércio Justo e Solidário (ABdT), por sua vez, é uma associação de empreendimento de economia solidária e comércio justo, foi fundado em 2009, tem em torno de 25 EES, num total de 100 famílias, aproximadamente. Atualmente é incubado pelo TECSOL, NESIC e Núcleo de Economia Solidária (NESOL) do IFSul - Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Pelotas.

Até o momento do início das medidas de distanciamento social, as produtoras e artesãs da ABdT não tinham muito envolvimento com a Feira Virtual, não necessariamente por falta de interesse, mas por uma soma de contingências, como falta de tempo, dificuldades de se organizar e participar como grupo, divulgação não existente nos espaços virtuais; estes entre outros problemas tornavam este espaço menos proveitoso do que as Feiras Presenciais.

## MÉTODO

A incubação de empreendimentos de economia solidária é uma metodologia desenvolvida inicialmente pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fundada em 1996, e aperfeiçoada através das experiências e das trocas acadêmicas realizadas entre os mais de 50 programas acadêmicos representados na Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), da qual o Tecsol-UFPEl é parte.

Entre os princípios da incubação, podemos destacar: a horizontalidade entre educadores e educandos (incubadora e empreendimento solidário) no processo de aprendizagem; o reconhecimento e valorização dos saberes próprios de cada grupo desenvolvido nas experiências de vida de seus membros e do próprio coletivo; o respeito à autonomia e aos processos decisórios autogestionados dos grupos envolvidos; o uso de ferramentas pedagógicas adequadas ao grau de escolarização dos grupos, bem como aos processos democráticos de decisão; a construção conjunta e coletiva de soluções (grupais, econômicas, tecnológicas etc.) a partir da interação entre o saber científico e as outras formas de saber empírico (tradicional, popular, ancestral etc.). A educação popular e a pesquisa-participante são, portanto, as metodologias que dão base à metodologia da incubação de empreendimentos solidários da Rede de ITCPs.

## RESULTADOS & DISCUSSÃO

Com a necessidade de buscar novas formas para fazer a comercialização dos produtos artesanais, produtoras que não estavam registradas na feira virtual, passaram a participar. Buscando se transformar em meio ao isolamento social, foram feitas reuniões entre os interessados através de mídias sociais, onde todas as produtoras de forma democrática e participativa declararam seus interesses e suas propostas, também determinando normas que se encaixam nos protocolos de combate à COVID-19. Como por exemplo, a dinâmica dos grupos em quando levar os produtos, bem como processo de divulgação e etiquetagem. Os produtos também são expostos no Centro de Distribuição da feira, que se localiza na AABB(Associação Atletica do Banco do Brasil).

Para suprir as feiras presenciais produtoras urbanas se mobilizaram para exporem seus produtos na feira virtual, uma ferramenta associativa e educativa criada para consumir, de forma coletiva e responsável, os produtos do bem da terra.

Não havendo possibilidade de expor produtos presencialmente nas feiras, a necessidade de gerar renda e escoar produção serviu de estímulo para se inserirem na Feira Virtual de forma determinada e participativa.

De acordo com protagonistas da EcoSol, tanto na parte teórica quanto prática, uma das características fundamentais é a mobilização coletiva e participativa que surge da necessidade de gerar renda. Enfrentar as dificuldades do mercado/sociedade capitalista é mais fácil quando se está cooperando com outras pessoas enfrentando dificuldades semelhantes (SINGER, 2002). Quanto mais severas as condições de vulnerabilidade das pessoas, mais força carrega esta asserção.

Mesmo com as dificuldades dadas pela pandemia, o grupo se mostrou ponderado a tomadas de decisões, buscas por adaptações e transformações para exercerem as suas atividades. O processo da autonomia e coletividade vem se mostrando muito mais ativo, os processos autogestionários também. As produtoras estão se familiarizando mais com as mídias sociais e tecnologias, assim gerando conhecimento, processo essencial e importante na Ecosol.

Notando, a partir de experiências prévias na ABdT, que as demandas fluem melhor trabalhando em conjunto, as produtoras insistem em incluir todos participantes da organização do artesanato na Feira Virtual na tomada de decisão e distribuição das tarefas para estabelecer comercialização e participação das artesãs e do artesanato na Feira Virtual.

## CONCLUSÃO

A demanda por uma alternativa para se manter economicamente, mesmo nas dificuldades do atual momento, demonstra o processo evolutivo de todas as atividades que acontecem na ABdT e como isso vem sendo praticado de forma muito agradável e efetiva, criando adaptações, que possivelmente se manterão, fortalecendo cada vez mais as relações humanas e suas tecnologias no enfrentamento de um sistema convencional.

A Feira Virtual atribui facilidade no desenvolvimento do trabalho das artesãs, dando mais visibilidade ao artesanato em mais um espaço e promovendo esse espaço. Desenvolvendo a capacidade de constituir renda para produtores, fomentando a economia solidária na região.

As feiras presenciais tem as suas particularidades únicas e insubstituíveis, como a socialização entre produtores e consumidores tendo a troca de saberes, e a convivência entre os feirantes onde se gera muitas ideias, propostas, problematizações e soluções para os grupos. Esse conjunto de benefícios particulares, se adaptam de uma outra forma na Feira Virtual que agregam e dão resultados em diversas perspectivas, como o aprendizado em novas ideias e novas ferramentas, bem como um propósito saudável dos meios de navegação.

Concluindo também como a economia solidária capacitou os processos autogestionários das produtoras da ABdT, nessa longa caminhada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus 2019: O que você precisa saber.** Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2020.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002. 127 p.

**“NO MEU PROCESSO DE ACEITAÇÃO SÓ RECEBI NEGAÇÃO E  
VIOLÊNCIA”: FAMÍLIA, HOMOFOBIA, E PRECONCEITO**  
TAMIRES RODRIGUES SIQUEIRA<sup>1</sup>; IARA VENANCIO LOPES LARA<sup>2</sup>;  
FLÁVIA RIETH<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas 1 – [tamiresr.siqueira@hotmail.com](mailto:tamiresr.siqueira@hotmail.com) 1

<sup>2</sup>Universidade de Pelotas – [iaravlopess@gmail.com](mailto:iaravlopess@gmail.com) 2

<sup>3</sup>Universidade de Pelotas– [riethuf@uol.com.br](mailto:riethuf@uol.com.br)

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido através de pesquisa etnográfica em colaboração com interlocutores, e tem como objetivo compreender as relações familiares, particularmente de pais com filhos LGBTs que fogem do padrão heteronormativo e cisgênero. O tema visa contextualizar como as relações familiares influenciam na legitimação das violências enfrentadas por esses jovens dentro de suas próprias casas, gerando assim uma série de conflitos e rompimentos familiares.

A família, nas palavras de um interlocutor deve operar enquanto rede de apoio e cuidado. De forma geral, a família tende a ser vista na nossa sociedade como uma instituição que promove proteção e refúgio, no entanto também pode atuar como instrumento de opressão. E é exatamente nessa tensão que reside o nosso objeto de estudo.

## 2. METODOLOGIA

O método do nosso trabalho foi desenvolvido a partir de coleta de dados etnográficos por intermédio de entrevistas com quatro interlocutores integrantes da comunidade LGBT+, com variações de idades entre 18 e 20 anos. Conversamos sobre relacionamento familiar e perguntamos sobre a influência das relações caracterizadas como homofobia e transfobia na vida dos participantes da pesquisa. As motivações para a realização deste trabalho partiram de atravessamentos pessoais das autoras ao observarem, nas redes de parentesco e amizades LGBTs, o valor imputado à família e a repercussão na vida dos sujeitos de relações de violência e preconceito, especialmente dos pais e das mães.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Modelo heteronormativo é o hegemônico em grande parte das culturas ocidentais, manifestando em sua estrutura básica hierarquias sexuais a serem seguidas e protegidas (Perucchi, 2014). O modelo hetero e cis é muito bem demarcado e cobijado como modelo superior, é o ideal a ser atingido na sociedade conservadora brasileira. Este é visto como natural ou *biologicamente correto*, enquanto os demais modelos existentes são marginalizados e, inferiorizados. A homofobia é a atitude hostil a homossexuais, pautada em geral em um modelo cisgenero que considera o outro como anormal e desviante (Borrillo, 2011). Parte de um pressuposto intolerante, que supõe a heteronormatividade como superior e, como único padrão aceitável, correto.

A homofobia intrafamiliar que é a pauta desta reflexão, se apresenta de inúmeras formas, mas principalmente através da violência física, mental, e do silêncio. O silêncio sendo usado nesse contexto como uma arma punitiva, e

medida coerciva. “Dessa forma, a família opera no micro contexto das relações de parentesco e coabitação, reproduzindo modelos hierárquicos e opressores” (Osório, 1996). De acordo com a análise realizada quando advinda do seio familiar a homofobia possui um peso maior:

Eu me assumi entre os 16, e 17 anos para a minha mãe. Me assumi primeiro pra minha prima e depois pra minha irmã e então para o resto da família. Minha irmã e prima já sabiam que eu sou gay, porque quando eu tava na segunda série eu me apaixonei por um menino e contei pra minha mãe, nessa época ela disse que me apoiaria. Porém, como eu sou de uma família cristã, o debate entre céu e inferno sempre esteve presente o que me fez *oprimir* esse lado (sua orientação sexual). Mesmo tentando reprimir, não adiantou (Lucas, 20 anos).

Unanimamente os interlocutores entrevistados enfatizaram o medo da não aceitação e mais do que isso, o temor de rompimento das relações familiares a partir do momento em que especialmente os pais e as mães tivessem conhecimento das orientações sexuais dos filhos. Tal temor não é infundado, visto que as reações dos parentes variam do tão desejado acolhimento e aceitação, podendo ocasionar até a expulsão de casa e agressão física e moral. Neste sentido, um interlocutor comenta que precisou se retirar de casa mesmo que sua mãe e irmã o apoiassem, em razão das injúrias vindas por parte de seu padrasto que causavam profundo mal-estar. Fato que se agravou quando seu padrasto o proibiu de ajudar no cuidado, ou mesmo ficar perto de seu irmão mais novo, filho do segundo casamento da mãe.

Atentamos aqui para os **processos** conflituosos entre os interlocutores e seus familiares em que as atitudes de **evitação e jocosidade**, remetendo-se a RADCLIFFE-BROWN (1973) em Parentesco Por Brincadeira, figuram como atitudes de mediação política entre os parentes, em razão do valor atribuído aos laços familiares. Lucas, é um exemplo disso, pois o contexto vivido pelo interlocutor, contou com a mediação feita pela mãe e irmãos, por isso permaneceu em casa. Como as ofensas do padrasto não cessaram, decidiu sair de casa e ir morar com o pai. Ademais, em sua fala também está presente a tolerância, mas não a aceitação por parte de seu pai de sua orientação sexual.

“Por causa da homofobia do meu padrasto, eu vim morar com meu pai. O meu pai falou que sempre ia me amar mas, quando eu comecei a namorar as coisas não ficaram mais tão boas assim. Apesar de tudo minha família me aceita, e de forma geral a minha sexualidade não afetou minha reação com minha família (Lucas, 20 anos).

O ato de “assumir-se” configura na vida de grande parte dos LGBTs, um **rito de passagem** (Van Gennep, 1978), que potencializa a autoafirmação identitária. Nesse processo é comum esperar apoio e acolhimento. O rito de passagem seria um período intermediário e temporário de incerteza e de crise, isto é, um interstício que possibilita o indivíduo refletir sobre a sua existência na sociedade.

Todavia, as dinâmicas familiares nem sempre funcionam dessa maneira, e não é incomum que os familiares procurem justificativas para explicar motivos para o dito “desvio” daquilo que consideram certo, ou seja o padrão heteronormativo que esperam que os filhos sigam. Os pais culpam-se por acreditarem que falharam na criação dos filhos e, não raramente, culpabilizam terceiros por isso.

O início do conflito familiar ocorreu para a maior parte dos participantes da pesquisa com o que o senso comum nomeia como a “saída de armário”, (PERUCCHI; BRANDÃO, VIEIRA, 2014). Esses conflitos acarretam sentimentos de inferioridade, e inadequação. Nesse sentido, Toledo, e Teixeira Filho (2013), comentam que é preciso o reconhecimento de alguém a quem atribuímos importância para que nos sintamos seres autênticos.

Se tornou muito complicado, minha família já suspeitava porque eu andava saindo com alguns garotos. Conteí pra minha mãe com 14 anos, no início ela não curtiu muito, mas depois aceitou. Conteí pro meu pai com 16 anos, ele chorou muito, e disse que me aceitava do jeito que sou, mas ele ainda fica com um pé atrás, pois ele tem um pouco de preconceito. Minha madrasta é da igreja e foi uma das mais difíceis de lidar porque por muito tempo me olhou de cara feia (Carlos, 18 anos)

Ainda que o caso do interlocutor acima, não se reporte a situações de rompimento dos laços familiares, o relato de Carlos denota que sua família não o acolhe, apesar de oferecer uma rede de apoio e atuar de forma diversa dos demais casos. Nesse sentido, evidencia-se aqui, que a quebra da imagem ilusória - relacionada a heteronormatividade - que os pais têm sobre filhos afeta as relações familiares transparecendo a decepção e o estranhamento. Essa não aceitação é percebida por exemplo, quando Lucas e Carlos comentam sobre o desconforto dos pais quando iniciam um novo relacionamento.

Ainda que a recusa de aceitação não culmine em expulsão, a negação, também causa danos. Uma vez que a rejeição e o distanciamento emocional são agressões intencionais e diretas. O silêncio como forma de evitar o conflito no cerne das relações familiares, pode encobrir tentativas de coerção, para que os filhos voltem a interpretar os papéis esperados e expressa o caráter punitivo quando isso não acontece.

Minha família nunca me ofendeu diretamente, mas já falaram na minha cara que não iriam me aceitar. Não me ofenderam, mas fingiam que isso não existia. Quando eu falava algo relacionado a isso, viravam a cara, mas não falavam nada. Nas minhas tentativas de ser aceita eu não recebi aceitação da minha família, eu recebi negação. Os meus avós, e meu pai principalmente falavam abertamente que não iriam me aceitar. (Haydée Lara, 20 anos).

Embora seja inegável que o espaço público promova muitas situações de perigo, sobretudo pelo Brasil ser o país com maior índice de mortalidade para a comunidade LGBTQ+, também pode atuar como um espaço de recomposição de laços sociais.<sup>1</sup> Para Haydée Lara, o apoio pode não advir da família, mas dos amigos. Com isso, o arranjo de casa = proteção, e rua/espços públicos = perigo é modificado.

São nas redes de amizade e afeto, sejam elas familiares ou não, que se constroem identidade, autoestima e aceitação própria. Por esse ângulo, fica claro o medo dos entrevistados ao contarem sua sexualidade para a família. Assim, estes processos são conflitivos justamente pelo valor atribuído aos laços familiares, aqui a evitação e o silêncio aparecem como exclusão, no momento da “descoberta” da orientação sexual dos filhos/as. Neste sentido, os interlocutores

---

<sup>1</sup> Dados levantados pela Casa gay da Bahia. Para mais informações acessar o mapa de lgbtphobia: <http://mtrpires.github.io/caj2016-huff/>.

relataram que o impacto dessa resistência e das diárias tentativas de serem obrigados a serem quem *não são*, pouco a pouco, percebem-se excluídos e inferiorizados.

#### 4. CONCLUSÕES

Observamos que entre os participantes da pesquisa, a forma como a família transmite sua aceitação, ou não aceitação é vital para tornar o processo de “revelação” menos doloroso. Contudo, entende-se que o estigma a respeito da homossexualidade foi construído e perpetuado ao longo dos séculos e, em razão disso faltam pesquisas e discussões acerca da homossexualidade.

A homofobia familiar contribui e respalda os processos de rompimentos, e agressões nos núcleos familiares. Este artigo contribui para o aumento de informações e diálogos para proporcionar uma quebra de preconceitos mesmo que lentamente, dado que a negação da sexualidade dos filhos se dá em parte pela homossexualidade ser considerada como um padrão anormal, e desviante. Não obstante, através da coleta de dados foi possível notar que em muitos casos mesmo quando a reação inicial das famílias é positiva, não engloba uma aceitação plena e sim um tênue tolerância. Destarte, percebemos que a homofobia é usada como mecanismo de controle em relação a sexualidade dos filhos. Além disso, é a posição dos pais em relação à revelação dos filhos que vai mostrar se os mesmos estão realmente interessados no filho ou se estão preocupados com seus valores, e com a imagem pública. Em vista da homofobia familiar e do silenciamento enfrentado por esses jovens nas configurações familiares baseadas na heteronormatividade, observamos a busca por lares mais acolhedores e harmoniosos que preservem sua integridade física e mental. Neste termos, vislumbramos a constituição de outros arranjos de família com base nos vínculos sociais de afeto.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Borillo, D. (2001). Homofobia. Barcelona: Ediciones Bellaterra

DAMATTA, Roberto. A casa e a rua. **Rio de Janeiro: Rocco**, v. 5, 1997

Osório, L. C. (1996). Família hoje. Porto Alegre: **Artes Médicas**

GENNEP, Arnold van *Les Rites de Passage*, Paris, 1909 (Trad. Bras. Mariano Ferreira 3 ed. Petrópolis, **Vozes**, 2011, Apresentação de Roberto da Matta)

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; DOS SANTOS VIEIRA, Hortênsia Isabela. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 67-76, 2014

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. “Os Parentescos por Brincadeira” e “Nota Adicional sobre os parentescos por brincadeira” IN: **Estrutura e Função na Sociedade Primitiva**. RJ, Petrópolis: Vozes, 1973.

Toledo, L. G., & Teixeira Filho, F. S. (2013) Homofobia familiar: Abrindo o armário ‘entre quatro paredes’. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 65(3), 376-391

## ARTE POSTAL E INTER-AÇÕES EXTENSIONISTAS COM O MEIO EM QUE VIVEMOS: ADAPTAÇÕES DA VIDA ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA

RAFAEL DA SILVA GONÇALVES<sup>1</sup>; VIVIAN MAURER PARASTCHUK;  
RAQUEL SANTANA BETUN<sup>3</sup>; EDUARDO TOLEDO SILVA <sup>4</sup>; ALICE JEAN  
MONSELL<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Centro de Artes/Universidade Federal de Pelotas – rawcler@gmail.com

<sup>2</sup>Centro de Artes/Universidade Federal de Pelotas – parastchukvivs@gmail.com

<sup>3</sup>Centro de Artes/Universidade Federal de Pelotas – raquelsbetun@gmail.com

<sup>4</sup>Centro de Artes/Universidade Federal de Pelotas – baixistaeduardo@gmail.com

<sup>5</sup>Centro de Artes/Universidade Federal de Pelotas– alicemondomestico@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Como bolsista do Programa de Iniciação à extensão na área de Cultura do PREC/UFPEL do projeto de extensão Contextos de Atuação do Artista, coordenado pela Profa. Dra. Alice Monsell do Centro de Artes, apresento, neste resumo, algumas das ações sendo executadas em 2019, enfatizando aquelas em andamento em 2020, adaptadas para sua realização por meio remoto durante a pandemia. O projeto de extensão é vinculado ao projeto de pesquisa *Sobras do Cotidiano e Contextos dx Artista em Deslocamento* da UFPEL e ao grupo de pesquisa *Des/OCC-Deslocamentos, observâncias e cartografias contemporâneas* (CNPQ/UFPEL). Os objetivos destes projetos são: promover a produção em Artes Visuais dos colaboradores e participantes; a consciência ecológica sobre nosso meio ambiente e incentivar a produção artística de pessoas de baixa renda utilizando materiais acessíveis e reutilizados. Também, no intuito de aproximar a população do entorno do Quadrado com o Centro de Artes, foram criadas as *Oficinas de Reaproveitamento Artístico de Materiais*, as ações e propostas que volta e meia questionam nosso convívio na sociedade como também procuram enaltecer a beleza da simplicidade e da força no dia a dia, principalmente das comunidades vulnerabilizadas.

Nas oficinas, são utilizados os materiais que chamamos de “sobras do cotidiano” (MONSELL, 2009, p.22) que são materiais “de segunda-mão”. Estes são os materiais que usamos durante as oficinas oferecidas às crianças e jovens do Quadrado, no Porto de Pelotas, que tiveram início em 2016, nos quais os colaboradores discentes ensinam como reutilizar materiais para fazer colagem, montagem, construir uma variedade de objetos lúdicos e criar bonecas e desenhos.

### 2. METODOLOGIA

Antes da pandemia, em 2019, o projeto de extensão Contextos de Atuação do Artista desenvolveu ações que envolvem Caminhadas em Grupo e ações coletivas de limpeza no espaço público na praia do Laranjal. A maioria das ações presenciais de 2019 eram as *Oficinas de Reaproveitamento Artístico de Materiais*, realizadas com a participação de jovens que moram no entorno do Quadrado, os quais frequentam o Instituto Hélio D’Angola, sob a coordenação de Aida Oliveira. No galpão do Quadrado, perto do canal São Gonçalo, foram utilizados somente materiais reciclados nas oficinas: papéis, embalagens de papelão e de plástico. Foram ensinadas várias técnicas simples de recorte, colagem e desenho que pudessem ser reproduzidas em casa. As crianças decidem o que querem fazer com um pouco de discussão breve e sugestões. Em 2019, uma equipe de voluntários e bolsistas realizaram as oficinas: Vivian Parastchuk (atualmente, Bolsista PROBIC-

FAPERGS/UFPe), Raquel Betun Santana (Bolsista PBIP/UFPe) e Eduardo Toledo Silva (Bolsista PIBIC/CNPq/UFPe) acompanhavam a coordenadora aos sábados de manhã, e ajudavam os jovens criar bonecas, brinquedos, decorações de Natal e de Festa de São João, barcos, roquetes, imagens coladas, entre outros objetos lúdicos inventados pelos participantes. Em associação com o projeto de pesquisa, estes colaboradores dos projetos de extensão e de pesquisa de Alice Monsell, também realizaram uma exposição coletiva e uma Caminhada e Ação de Limpeza Laranjal IV, as quais também são ações extensionistas deste projeto.

Desde agosto de 2020, a proposta que está sendo realizada denomina-se *Cartões Postais 2020 do Quadrado-Pelotas, RS San Diego, CA*. A proposta elabora uma maneira viável em que os participantes podem criar imagens usando materiais reaproveitados ou fotografias digitais feitas de dentro de casa ou pelas janelas. Posteriormente, usando as imagens, montaremos as figuras (na frente do postal) e as mensagens (no verso) no formato de cartão postal, assim, organizando a confecção de cartões postais feitos pelos jovens. Os postais serão traduzidos e enviados online para uma professora do ensino primário da escola pública do Unified School District em San Diego, Califórnia, EUA.

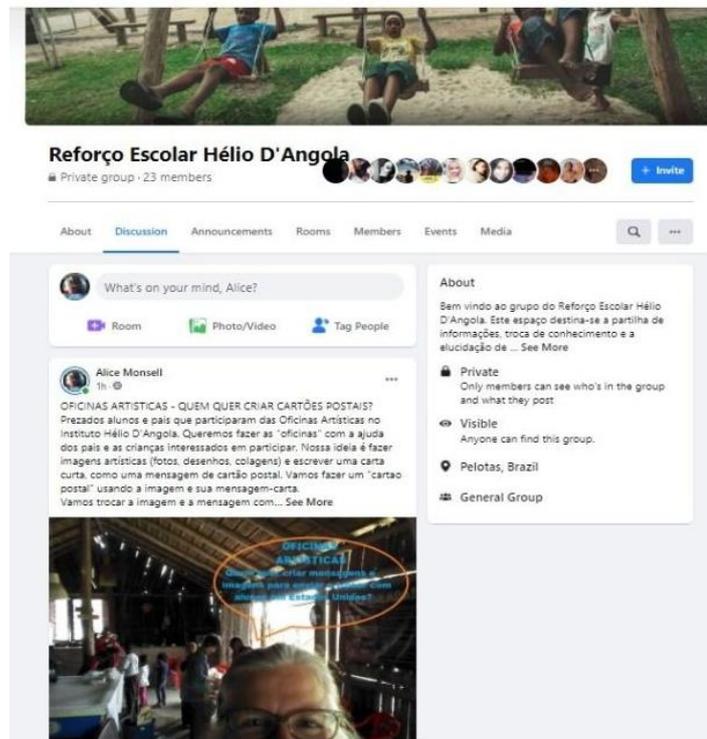


Figura 1. Página do grupo de facebook Reforço Escolar Hélio D'Angola

Durante a pandemia, o contato com os jovens, que antes participam de nossas oficinas em 2019, agora acontece por meio de colaboradores do Instituto Hélio D'Angola, e mensagens no grupo de Facebook *Reforço Escolar Hélio D'Angola* (Figura 1). Nosso contato com as crianças ficou limitado e toda a comunicação com os participantes jovens é por meio de Danilo Freire, um dos dois professores de reforço do Instituto, e a professora Isadora Passeggio.

Para realizar a Oficina Artística remotamente, toda a comunicação é mediada pelo Danilo Freire, aluno do Curso de Filosofia da UFPe, que possibilita a colaboração dos pais que vão realizar a oficina com seus filhos.

Para adaptar o projeto à realidade lenta da pandemia, a coordenadora pensou na possibilidade de renovar nossos meios de divulgação das ações extensionistas

via grupo de Facebook. Portanto, usamos o tempo para criar um site de Wordpress dentro do site da UFPel, onde as ações unificadas de extensão e do projeto de pesquisa Sobras do Cotidiano e Contextos dx Artista em Deslocamento poderão ser divulgadas. Assim, foi criado, durante a crise da pandemia de 2020, um site de Wordpress/UFPel intitulado: *Deslocamentos, Contextos e Sobras do Cotidiano: Projetos Ensino/Pesquisa/Extensão Profa. Dra. Alice Monsell*, disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/fd1e2/>.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os resultados deste projeto de extensão em 2019 até o advento da pandemia, foram realizados mais que vinte *Oficinas de Reaproveitamento Artístico de Materiais* com os jovens entre 5 e 15 anos que frequentam as atividades culturais do Instituto Hélio D'Angola. Os trabalhos destas oficinas foram incluídos na exposição coletiva *Sobras do Cotidiano II: Deslocar, Re(ver) e Transformar*, realizada no final de 2019, na Garagem Experimental, um espaço cultural no Centro de Pelotas, junto com produções artísticas dos alunos e professores dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Artes Visuais do CA/UFPel que colaboram com o projeto com catálogo online, disponível em: [https://issuu.com/alicemon/docs/catalogo\\_dia\\_31-12sobras\\_do\\_cotidiano\\_ii\\_finaldivu](https://issuu.com/alicemon/docs/catalogo_dia_31-12sobras_do_cotidiano_ii_finaldivu).

Considerando as dificuldades encontradas para nos comunicar com os participantes jovens do projeto, podemos, apenas, mostrar resultados parciais da proposta de Arte Postal com os jovens do Quadrado. A proposta está sendo realizada totalmente online e requer a comunicação remota com as crianças que é mediada e indireta. Outro fator que dificulta a realização da proposta de Arte Postal com os alunos da aula da Professora Susan O'Brien, que ensina a 4ª série numa escola pública do Unified School District em San Diego-CA, foi a necessidade de esperar até o recomeço do ano letivo, pelo motivo de as aulas estarem em recesso.

A proposta de Arte Postal de 2020 tem como foco evidenciar as relações das crianças participantes com seu meio, além de como o isolamento os afeta, a relação com sua casa e visão que tem do mundo fora dela, no contexto de vivência em meio a uma pandemia. Através da correspondência com outros participantes jovens dos EUA, poderemos observar a maneira como relatam, como expressam suas sensações, usando como ferramenta a arte postal, que por sua vez se faz quase que necessária, devido às normas de distanciamento social e isolamento. Tendo em vista também abordar as adaptações necessárias para viabilizar uma proposta extremamente interativa e criar, assim, novas discussões sobre o trabalho, a arte, tecnologia de ensino e comunicação e relações em meio a pandemia.

Como adaptação ao ano letivo norte-americano para poder viabilizar as oficinas que irei ministrar para os alunos do Instituto Hélio D'Angola por meio de vídeo e conversas gravadas, foi necessário criar um "plano B" no qual comecei a proposta dentro da minha própria casa com meus três irmãos mais novos, cujas idades são 11, 14 e 15 anos. Começando assim, uma experiência com os cartões postais na qual poderão usar materiais diversos que lhes interessam, sempre repensando a proposta de reutilizar materiais que são *sobras*. Proposta essa que conversa com o trabalho de reciclagem que é desenvolvido por minha mãe, Eloa Azevedo da Silva, que nos ensinou desde cedo que "o lixo de um pode ser o tesouro de outro". Além de trabalhar essa experiência material das *sobras do cotidiano*, como conceitua a profa. Monsell, aplicada nos postais, seja desde a o suporte de folha de papel sustentável A4 ou outra sobra material da casa, tais como o lápis

usado no desenho e na escrita. Tais objetos, na maioria das vezes, são coletados, reciclados e trazidos pela minha mãe Eloa para o nosso uso em casa.

Foram produzidos por mim, com o auxílio e incentivo da coordenadora, alguns cartões que contêm meu pensar artístico. Foram feitos como exemplos de confecção de um postal para as crianças, visando promover uma relação de empatia e coletividade, já que estarei produzindo junto com eles (Figura 2).



Figura 2. Cartão Postal produzido pelo autor.

#### 4. CONCLUSÕES

Apesar das dificuldades da pandemia, nossas ações extensionistas seguem pela mediação das redes sociais, e com as adaptações necessárias dos métodos utilizados nas oficinas presenciais para enfrentar os desafios da vida modificada pelo coronavírus. Realizar as oficinas num tempo mais lento permite desenvolver a Arte Postal e trocas online de correspondência com jovens em outros locais – uma proposta que somente imaginamos devido à pandemia! Espero compartilhar com as crianças remotamente e, depois, com a volta das oficinas presenciais, o valor “de ouro” que é o ato de reciclar e respeitar os ambientes dentro e fora de nossas casas.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MONSELL, Alice J. **A desordem doméstica**: Disposições, desvios e diálogos. 2009. 307 f. Data de publicação. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Programa de Pós-graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/18663> . Acesso em: 15 set. 2020.

## AMBULATÓRIO VETERINÁRIO CEVAL - AÇÃO SOCIAL E SUPORTE À COMUNIDADE NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA: VOCÊ FEZ PARTE DA HISTÓRIA

REBIS ARAUJO<sup>1</sup>; TÁBATA P. DIAS<sup>2</sup>; GABRIELA DE CARVALHO JARDIM<sup>3</sup>;  
ALESSANDRA A. ANDRADE<sup>4</sup>; HELENA P. GONÇALVES<sup>5</sup>; MARLETE B. CLEFF<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [rebis.araujo@gmail.com](mailto:rebis.araujo@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [tabata\\_pd@yahoo.com.br](mailto:tabata_pd@yahoo.com.br)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [gabrieladecarvalhojardim@gmail.com](mailto:gabrieladecarvalhojardim@gmail.com)

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – [aleandrade1508@hotmail.com](mailto:aleandrade1508@hotmail.com)

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas – [helena.piuma@gmail.com](mailto:helena.piuma@gmail.com)

<sup>6</sup>Universidade Federal de Pelotas – [marletecleff@gmail.com](mailto:marletecleff@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 certamente será lembrado pela população mundial, a maioria das pessoas dos diferentes lugares do planeta estão vivendo um dos momentos mais atípicos e apavorantes testemunhados pela humanidade (BENVENUTO, 2019; PEREIRA, 2020). O caos social, econômico e na saúde pública global, foi então trazido a todos por esse inimigo até então desconhecido, silencioso e imprevisível com suas vítimas, somando centenas de milhares de óbitos direta e indiretamente a nível mundial (PIMENTEL & SILVA, 2020), mas também fazendo, de certa forma, com que as pessoas e a sociedade se acercassem dos sentimentos e das atitudes de empatia, mais verdadeiras, vindas da solidariedade, da consideração e voluntarismo presentes em cada um no enfrentamento à pandemia da COVID-19 (OLIVEIRA, 2020; REIS-FILHO & QUINTO, 2020).

E nesse cenário, povoado pela insegurança de muitos, em meio à paralisação compulsória, parcial ou até total, de muitos serviços essenciais à saúde de pessoas e animais, em meio à falta de perspectiva e do abandono destas comunidades vulneráveis (CALMON, 2020), que a equipe do projeto desenvolveu suas atividades neste ano. Durante o período de pandemia, os participantes do projeto de extensão realizaram um conjunto de ações coletivas, voltadas à manutenção da assistência, acolhimento e à orientação das pessoas que vivem hoje nas comunidades carentes do entorno do Rio São Gonçalo, Simões Lopes e antiga comunidade Ceval na cidade de Pelotas, RS, Brasil. Neste trabalho, apresentamos as formas encontradas para manutenção do atendimento aos animais e a comunidade, com o intuito de enfrentar e diminuir as consequências diretas e indiretas da pandemia da COVID-19 na vida das pessoas.

Assim, o objetivo deste estudo foi apresentar as atividades desenvolvidas no ano de 2020 pelo projeto “Medicina Veterinária na Promoção da Saúde Humana e Animal: Ações em comunidades Carentes como enfrentamento da Desigualdade Social” da Faculdade de Veterinária - UFPel.

### 2. METODOLOGIA

Á partir de março de 2020, as atividades semanais do projeto foram modificadas, e a equipe e o bolsista, se dedicaram a campanhas de arrecadação

e organização de ações beneficentes, para a comunidade atendida pelo projeto de forma coordenada com a orientadora.

Durante o período, foram realizadas arrecadações e entrega de alimentos não perecíveis, itens de higiene pessoal e doméstica, roupas e agasalhos, brinquedos, além de máscaras que foram confeccionadas e distribuídas, com o foco nas famílias cadastradas para atendimento no Ambulatório Veterinário Ceval.

O cadastramento, as atualizações de nomes, bem como as relações de moradores selecionados para recebimento dos alimentos, foram realizados através de avaliação socio-econômica e listagem de assiduidade nos atendimentos veterinários. Sendo que estes, foram detalhados e realizados por assistente social atuante no projeto, priorizando logicamente, pessoas em condições de vulnerabilidade social e sanitária que morem naquela região da cidade.

A fim de manter a rotina de atendimento para os animais da comunidade, foi criado grupo de Whatsapp com moradores da comunidade para atendimento as demandas e encaminhamento de animais para HCV-FV-UFPEL quando necessário. Sendo que os atendimentos clínicos-veterinário, com o objetivo de se manter assistidos os atuais pacientes originários da comunidade, foram realizados mediante agendamento prévio, em acordo com todas as normativas de distanciamento social propostas pelas autoridades em saúde para o combate à COVID-19. Sendo os atendimentos agendados e realizados por professora do Depto. de Clínicas Veterinárias da FaVet – UFPEL, com o auxílio do bolsista de extensão.

Através de agendamento, os pacientes eram trazidos ao ambulatório - após triagem, anamnese e coleta de dados pessoais dos tutores esses animais eram medicados quando necessário, eram realizados procedimentos ambulatoriais como fluido-terapia, coletas de sangue, coletas de material biológico para análise laboratorial, vermifugação, pesagem, entre outros procedimentos ambulatoriais de baixa complexidade que pudessem ser executados no local.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo do ano de 2020, foram realizadas 9 ações solidárias iniciadas á partir do mês de Abril, incluindo as datas comemorativas a páscoa, dia das mães, dia dos pais e dia das crianças. Sendo distribuídas 800 kilos de alimentos não perecíveis, incluindo arroz, feijão, óleo de soja, farinha de trigo, macarrão, açúcar, leite, biscoito, achocolatado. Em algumas ações incluiu-se sabonete, sabão e água sanitária. Ainda foram distribuídos ração para cães, roupas e brinquedos.

Para cada ação social foi planejado um esquema de circulação para as pessoas, que transitaram exclusivamente pelas dependências externas do ambulatório, retirando os alimentos de forma rápida, tipo *pegue-e-leve*, com o objetivo de agilizar o processo de entrega e manter a segurança, mantendo assim o distanciamento social, evitando, dessa forma, a aglomeração de pessoas, estando de acordo com as recomendações para prevenção ao COVID-19 (PIRES, 2020).

Em todas ações, houve a distribuição de máscaras faciais de uso individual ao público, além do oferecimento de panfletos informativos sobre cuidados com a higienização correta das mãos, lavagem e confecção de máscaras caseiras e sobre a diminuição das chances de contágio pela COVID-19 através da permanência em casa. Segundo estudos, a pandemia não afetará a todos da mesma maneira, sendo que populações que vivem em situações de vulnerabilidade, sofreram de forma mais grave as consequências da pandemia.

Assim, além de precisarem ser orientadas quanto a formas de contágio proteção e cuidados de saúde, irão necessitar de materiais de higiene pessoal e ambiental, assim como garantia de alimentos básicos (PIRES, CARVALHO & XAVIER, 2020).

Durante o período, contamos com a contribuição da comunidade da Faculdade de veterinária, outras Unidades acadêmicas, doadores individuais, empresas parceiras e colaboradores do Ambulatório Veterinário Ceval, já que os alimentos distribuídos foram oriundos destas doações. Todos os parceiros, provavelmente foram sensibilizados com o atual momento econômico, sanitário e social comprometedor, principalmente para as populações de baixa renda (CAMPBELL, 2020), como o público de pessoas assistida pelo atendimento veterinário do Ambulatório Veterinário Ceval, local onde as ações sociais foram realizadas.

A desigualdade social faz com que os mais frágeis encarem consequências mais dramáticas na situação de pandemia, devido a falta de acesso a serviços de saúde, falta de medicamentos ou impedimento para cumprir orientações médicas de cuidado e higiene, dieta deficiente, etc. Pessoas subnutridas, ou sem alimentos de qualidade, serão mais suscetíveis a desenvolver sintomas mais graves relacionados ao Coronavírus (PIRES, CARVALHO & XAVIER, 2020). Outras questões como a alta densidade de pessoas por residência, baixa educação e ausência de estrutura sanitária representam potencializadores de transmissão desse vírus (SANTOS, 2020).

O grupo fechado no aplicativo *whatsapp* com tutores dos pacientes, é utilizado para intercomunicação digital e possui 36 pessoas, consideradas líderes comunitários. No grupo são retransmitidas informações através do bolsista de extensão, que auxilia na divulgação de informes, orienta remotamente os tutores sobre a saúde dos animais, agenda horários para consultas clínicas ou reavaliações. Durante os atendimentos clínicos aos animais, auxilia no atendimento aos pacientes durante as consultas clínicas com preceptores, coleta amostras de material biológico para exames complementares, encaminhamento e transporte de materiais dos pacientes para os laboratórios e para o Hospital de Clínicas Veterinárias (FaVet-UFPEL). Nestes momentos, os tutores sempre eram orientados da melhor maneira possível, em relação a saúde dos animais e em relação a medidas higiênicas que focassem no enfrentamento à pandemia.

O público-alvo atendido pelo ambulatório veterinário tem baixa escolaridade, por isso todas as ações e eventos realizados no local, que visem a orientação das pessoas tem tido sempre uma importância dobrada. Apesar do ambulatório veterinário Ceval, ser um serviço exclusivamente voltado à manutenção da saúde e bem-estar dos animais, seria impraticável se ignorar a condição de vida das pessoas, que são os responsáveis e guardiãs desses animais, logo esse contingente de pessoas também acabou sendo um dos focos das ações efetivadas no projeto.

#### 4. CONCLUSÕES

Apesar de ainda possuírem um alcance restrito às cercanias dos locais onde está situado o Ambulatório Veterinário Ceval, essas ações coletivas demonstraram na prática o quanto a proximidade da Universidade com a sociedade, pode auxiliar de maneira imprescindível em momentos de extrema dificuldades sociais, assim como auxiliar na manutenção da saúde dos animais.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Benvenuto, D. et al. The 2019-new coronavirus epidemic: Evidence for virus evolution. **Journal Medical Virology**. p.1–5. 2020.

CALMON, T. V. L. As condições objetivas para o enfrentamento ao covid-19 – abismo social brasileiro, o racismo e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes. **Nau social**, v.11, n. 20, p.131-136, 2020.

CAMPBELL, A. An increasing risk of family violence during the covid-19 pandemic: strengthening community collaborations to save forensics. **Forensic Science International: Reports**: v.2, p. 1 - 4, 2020.

PEREIRA, M. D.; OLIVEIRA, L. C. A pandemia de covid-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. **Research Society and Development**, v.9, n.7, p.5-17; 2020.

REIS-FILHO, J. A. & QUINTO, D. Covid-19, social isolation, artisanal fishery and food security: How these issues are related and how important is the sovereignty of the fishing workers in the face of the dystopian scenario. Acesso 15 set. 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/54/64>.

OLIVEIRA, L. D. A pandemia de Covid-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégia de enfrentamento: Uma revisão integrativa. **Research Society and Development**, v.9, n.7, p.1-35; 2020.

PIRES, L. L.; CARVALHO, L. & XAVIER. Covid-19 e desigualdade no Brasil – Acesso 15 set. 2020. Disponível em: <http://www.zh.com.br/especial/index.htm>.

PIRES, R. R. C. Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da covid-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. Acessado em 15 set. 2020. Online. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200408\\_not\\_a\\_tenica\\_diest.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200408_not_a_tenica_diest.pdf)

## O RACISMO PRESENTE NA LINGUAGEM: FRASES DE CUNHO RACISTA USADAS NO COTIDIANO

ROSE MARI FERREIRA<sup>1</sup>; SÔNIA MARIA FERREIRA CRUZ<sup>2</sup>; DANIEL CANAVESE DE OLIVEIRA<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do RS-rosemariferreira344@gmail.com

<sup>2</sup>Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul/RS-soniamariaferreiracruz@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal do RS-daniel.canavese@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O racismo é a forma de exercício de poder de um grupo de pessoas( considerados dominantes ) sobre outro(s) grupo(s) considerados dominados ou subalternizados. E esse poder se exerce de maneira social, política e econômica. O Racismo é estrutural porque constitui as relações sociais em um padrão de normalidade, não se caracterizando como uma patologia, como anormalidade (ALMEIDA, 2019).

É através da linguagem que sociedades estabelecem maneiras de comunicação. E exatamente por conta de ser pela linguagem que pode se estabelecer um tipo de comunicação, que negros e negras escravizados quando chegavam ao Brasil, trazidos em condições desumanas, eram imediatamente separado de seus companheiros de mesmo grupo linguístico, para que não pudessem manter a comunicação (GELEDÉS, 2020).

O processo de desumanização iniciado na escravização do povo negro, transformando os corpos de negras e negros em mercadorias, causou feridas que ainda não encontraram cicatrização. Fannon (1968) em seu clássico “os condenados da terra” nos traz que o racismo, invenção do branco, na sua condição brutal de aniquilar com o outro, estabeleceu pela violência, as relações de poder e dominação. A artista plástica, escritora e teórica Grada Kilomba (2019) nos diz que o racismo cotidiano reproduz à dinâmica do colonialismo, quando uma pessoa negra é agredida pelas palavras, em uma tentativa de reduzi-la aquilo em que as pessoas brancas gostariam que ela fosse (KILOMBA, 2019).

“A normalização do racismo como prática diária pode ser evidenciada quando frases que dizem “Ele é um negro de alma branca” coloca o branco como modelo único de sujeito e que o negro estaria tentando chegar perto desse modelo.”. Algumas negras escravizadas trabalhavam nas cozinhas da casa grande, lugar em que além de todo o serviço escravo era realizado, também oferecia o chão como lugar para dormir. E essas mulheres negras escravizadas, em que o estupro pelo senhor escravagista foi mais uma das práticas de desumanização, tiveram filhas e filhos de pele mais clara, chamados de “mulatas” e mulatos. Também daí a origem da expressão racista “pé na cozinha” indicando o lugar das a que pertenciam essas mulheres.

Djamila Ribeiro em seu livro “Quem tem medo do feminismo negro “(2018) informa aos mais desavisados que as mulheres e homens negros escravizados foram expostos em zoológicos humanos”. Então, pensar na expressão que diz que mulheres negras são exóticas ou têm beleza exótica, mais uma vez está comparando mulheres negras aos animais. Adilson Moreira em seu livro “racismo recreativo” aponta que pessoas racistas não deixam de ser racistas por terem amigos negros ou até mesmo, por estarem se relacionando com pessoas negras, o que dá embasamento para confirmar o cunho racista da expressão “ Eu até tenho amigos negros!”.

Com o racismo sendo estruturante das relações sociais, objetivo geral da atividade é de desconstruir práticas racistas através da informação sobre frases de cunho racista cujo uso foi “normalizado” na sociedade brasileira. E os objetivos específicos foram de estimular os sentidos (da audição/fala) e tentar perceber-se no ato da fala, a presença do Racismo; refletir sobre atitudes que são consideradas “normais”, aceitas como “normais” no contexto da sociedade brasileira; estimular os sentidos da visão ( através das imagens do Power-point), da audição (para aqueles que estiverem escutando) e da fala ( para os que se sentirem a vontade para pronunciar a frase);relembrar que é na escola nos anos iniciais de estudo que muitas das ideias são estruturadas (através da imagem das colagens, do papel, envelope, cores ( branco, preto, púrpura e vermelho ).

## 2.METODOLOGIA

Esse trabalho foi realizado como atividade prática em sala de aula, pela primeira vez, em uma aula do Mestrado em Saúde Coletiva na UFRGS. Ela foi realizada pela segunda vez, na semana de atividades em comemoração ao “Novembro Negro”, promovida por alguns cursos da UFRGS, em uma aula da graduação em Saúde Coletiva, em que a autora foi gentilmente convidada pelo professor da disciplina. E é dessa experiência, da realização da atividade com os graduandos em Saúde Coletiva que trago esse relato.

A atividade foi proposta para os discentes e docentes da disciplina, como uma dinâmica em que a era totalmente livre a decisão de participar. Inicialmente foi feita uma apresentação em Power-point com imagens e temas sobre racismo, comentário sobre a “Carta de Linch “e a origem da expressão “Linchamento”, finalizando com o convite aos estudantes que lesem autoras e autores negros”. Após a apresentação, foi solicitado aos participantes que se posicionassem em grupos, totalizando sete grupos, de acordo com a formação que eles desejassem. Foram distribuídas sete folhas de cartolina, previamente preparadas pelas autoras, cada uma contendo um envelope pardo, uma folha para cada grupo. No interior do envelope, frases de cunho racista ( escritas de formas diversas para exemplificar que somos diferentes e diversos) e a explicação referente a cada uma delas, juntamente com a referência. Foi determinado um tempo de mais ou menos 10 minutos para que os participantes pudessem ler o conteúdo do envelope. Após esse tempo, aqueles (as) que se sentissem à vontade, poderiam ler em voz alta a frase escrita, juntamente com a respectiva explicação dos termos presentes nas frases.

A dinâmica da atividade: Em cada cartolina, **números** de identificação em vários locais no papel, para que fosse lembrado que os negros escravizados recebiam “marcas” de ferro em brasa, muitas marcas, demarcando a propriedade de seus corpos pelos donos escravagistas; um número em **vermelho**, lembrando do sangue do povo negro escravizado;o envelope *pardo*, remetendo às questões de cor e o que representa na sociedade falar / ouvir a palavra “*pardo*”;no lado em que está a cor “**púrpura**”, mais uma vez remetendo às questões raciais ( A cor púrpura – Alice Walker); as letras que compõem a palavra **R A C I S M O** nas cores branco e preto;

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para as frases “*Como eu posso ser racista? Eu até tenho um amigo negro!*” e

“*Imagina se eu sou racista, eu tenho uma amiga negra e adoro o cabelo dela!*” uma das participantes revelou que jamais poderia pensar que essas duas frases remeteriam a conteúdo racista, acrescentando ainda que por algumas vezes ela mesma teria repetido essas frases, sem, entretanto ter noção do significado.

Quando a frase “ *você é um negro de alma branca*” um dos alunos comenta ter ouvido essa frase por parte de um familiar seu, referindo-se a um vizinho, homem negro, que costumava frequentar sua casa. Foram feitos mais comentários sobre as frases de cunho racista, com abordagens diversas, incluindo a perspectiva de não ter conhecimento sobre o conteúdo e também discussão sobre os privilégios da branquitude.

**Figura 1: Frases que foram trabalhadas na atividade**

***“Você é um negro de alma branca!”*** *“Como eu posso ser racista? Eu até tenho um amigo negro!”* *“Imagina se eu sou racista, eu tenho uma amiga negra e adoro o cabelo dela!”* *“Amo a cor de vocês, mulheres negras são exóticas!”* *“Você tem uma beleza exótica!”* **Trabalho de preto; Feito nas coxas; pé na cozinha; “Não sou tuas negas”; “disputar a nega ”**  
**Nossa, o mundo tá chato, agora tudo é racismo! Deixa de vitimismo, foi só uma brincadeira! A escravidão já acabou, esqueçam isso; Negros são descendentes de escravos! Você é até bonita pra uma negra! Preto quando não suja na entrada, suja na saída! É negro, mas é honesto. Você não é negra, tem traços finos. Você se daria bem na Europa, europeus amam mulatas!**  
**Se você está cansado de ouvir falar em Racismo, imagine eu que vivo isso todos os dias!”**

#### 4. CONCLUSÕES

A realização da atividade mobilizou sentimentos e sensações. Algumas de desconforto por se tratar de assunto sobre racismo. **Os estudantes participaram da atividade. A maioria fez comentários sobre as frases de cunho Racista. Revelaram algumas que não sabiam, não tinham conhecimento dessa conotação. Algumas discentes agradeceram pela oportunidade de ser apresentado esse conteúdo. As autoras acreditam que trazer à discussão assuntos que possam produzir reflexão sobre o Racismo, sobre atitudes Racistas e as consequências desses comportamentos no meio em que vivemos (não somente o acadêmico), ainda que cause desconforto para alguns, se demonstra como uma maneira de trabalhar atividades Antirracistas.**

**Ao participarem da atividade, com a possibilidade de se ouvirem falando frases que são “naturalizadas” no cotidiano, os estudantes puderam vivenciar e lembrar cenas e falas comuns nos encontros familiares, nas relações de trabalho, na própria academia e na vivência de alguns. Também foi estimulado que os estudantes lessem autoras e autores negras e negros, para compreender o que é racismo e adotar práticas antirracistas.**

#### 5. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução: Heci Regina Caidiani-1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANNON, F. **Os condenados da Terra** (título em francês: LES DAMNÉS DE LA TERRE). Editora civilização brasileira S.A, Rio de Janeiro, 1968.
- GELEDÉS. **18 expressões racistas que você usa sem saber**. Acessado em 19 nov.2019. Online.

Disponível em:< <https://www.geledes.org.br/18-expressoes-racistas-que-voce-usa-sem-saber/>.

**GELEDÉS. A presunção de inocência e o “negro de alma branca”.** Acessado em 19 nov.2019. Online. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-presuncao-de-inocencia-e-o-negro-de-alma-branca/>

**KILOMBA, G. Memórias da Plantação Episódios de Racismo Cotidiano.**

Tradução Jess Oliveira-1 ed: Rio de Janeiro:Cobogó, 2019.

**MOREIRA, A. Racismo Recreativo. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.**

Ribeiro, D. **Quem tem medo do feminismo negro?**1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

WALKER, A.**A cor púrpura.** Tradução Betúlia Machado, Maria José Silveira e Peg Bodelson.-17ª ed.-Rio de Janeiro:José Olympio, 2019.

**GELEDÉS. A História da Escravidão Negra no Brasil, Prof. Vítor Hugo Garais.2012.Acessado em set 2020. Online. Disponível em <https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>.**